



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO**

VÍTOR DE ABREU CORRÊA

Os diários de Taunay e Euclides da Cunha.

Um estudo sobre o início da correspondência de guerra no Brasil

Brasília, DF

– 2012 –

VÍTOR DE ABREU CORRÊA

Os diários de Taunay e Euclides da Cunha.

Um estudo sobre o início da correspondência de guerra no Brasil

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Universidade de Brasília, como exigência parcial para a obtenção de Grau de Mestre em Comunicação – Área de Jornalismo e Sociedade, sob orientação da Profa. Dra. Maria Jandyra Cavalcanti Cunha.

Brasília, DF

– 2012 –

VÍTOR DE ABREU CORRÊA

Os diários de Taunay e Euclides da Cunha.

Um estudo sobre o início da correspondência de guerra no Brasil

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Universidade de Brasília, como exigência parcial para a obtenção de Grau de Mestre em Comunicação – Área de Jornalismo e Sociedade, sob orientação da Profa. Dra. Maria Jandyra Cavalcanti Cunha.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria Jandyra Cavalcanti Cunha (FAC/UnB)

Profa. Dra. Elga Pérez Laborde (IL/UnB)

Prof. Dr. Paulo Roberto Assis Paniago (FAC/UnB)

Profa. Dra. Célia Ladeira Mota (FAC/UnB)

Brasília, DF

– 2012 –

Agradecimentos

Agradeço à minha orientadora, Jandyra, pela dedicação, oportunidade e por, muitas vezes, acreditar mais no meu potencial do que eu mesmo.

Agradeço à minha noiva, Ana, pelo amor, carinho e paciência de sempre.

Agradeço à minha mãe, Leila, por ela apostar em seu filho nos momentos mais difíceis e também pela leitura atenciosa deste original.

Agradeço ao meu pai, Moysés, que inspirou parte de minha fascinação pelo conhecimento.

Agradeço aos meus irmãos, Daniel, Camila e Gabriel, pelo prazer de tê-los em minha companhia.

Agradeço aos camaradas do Pátria Livre pelo aprendizado e sinceridade na luta por um Brasil soberano e justo.

Agradeço ainda às pessoas que me ajudaram indiretamente a chegar até aqui, uns amigos do peito, alguns amigos que perdi contato no decorrer da caminhada e outros colegas que contribuíram para a elaboração deste trabalho: Bruno Spada, Eduardo Lobo, Gustavo de Castro, Fábio Bessa, Janaína Goulart, José Rezende Jr., Leonardo Corrêa, Luiz Cláudio, Lunde Braghini, Marcone Gonçalves, Marinês Trindade, Mônica Andrade, Paulo Paniago, Renato Guimarães, Ricardo Silvestre, Ronaldo Perdigão, Sara Reis e Thiago de Melo.

“– Eu pinto a foto [*de guerra*] que não pude tirar.”

(Frase de Andrés Faulques, protagonista de *O Pintor de Batalhas*, de Arturo Pérez-Reverte)

“– Eu romanceio a correspondência de guerra que não pude narrar”

(Reflexão do autor desta dissertação em seu diário de pesquisa sobre a correspondência de guerra)

Resumo

Esta dissertação discorre sobre um projeto de pesquisa que investigou o início da correspondência de guerra no Brasil. Usando uma abordagem qualitativa, o projeto foi desenvolvido durante dois anos (2010-2012) e perquiriu, nos estudos teóricos do jornalismo, o estado da arte sobre gêneros jornalísticos no Brasil, enfocando o diário – este formato de gênero frequente na correspondência de guerra. Os resultados da pesquisa evidenciaram que uma multiplicidade de gênero foi utilizada para retratar os sangrentos combates que, desde a chegada da esquadra de Pedro Álvares Cabral, marcaram os cinco séculos de nossa história. A pesquisa também acentuou que, com o desenvolvimento da imprensa brasileira, a partir da metade do século XIX, a cobertura de guerra, ancorada no testemunho de correspondentes, ganharia um jeito novo de ser narrada em jornais. As guerras – cujo entendimento até então dependia da recuperação de cartas pessoais e documentos oficiais – não mais seriam registradas parcial e privadamente depois de *A Retirada da Laguna*, de Alfredo Maria Adriano d’Escragnole-Taunay (1843-1899), conhecido como Visconde de Taunay, um autor que colaborava com periódicos da época, tais como *A Nação* e *A Semana Illustrada*. Sua narrativa sobre um determinado episódio da Guerra do Paraguai (1864-1870), completa e pública, gerada em um período no qual ganhavam força os ‘jornais literários’, abriu espaço para o surgimento da correspondência de guerra na imprensa brasileira. Mais tarde, já no final do século XIX, Euclides da Cunha (1866-1909), com seu *Diário de uma Expedição*, foi o responsável por imortalizar o ofício do correspondente de guerra ao cobrir a Guerra de Canudos (1896-1897). Enviado pelo *O Estado de S. Paulo* em uma época no qual se implementava uma imprensa com melhor tecnologia e que já começava a se ver como capitalista, Euclides da Cunha foi considerado por muitos (entre eles, Ribeiro, 2003) como o mais importante correspondente brasileiro de guerra em todos os tempos, pois conseguiu aliar, em seu trabalho sobre a luta no sertão, questões práticas, do dia-a-dia do teatro de operações, com a busca pelo profundo entendimento das razões da guerra.

Palavras-chave – correspondência de guerra, gênero jornalístico, diário.

Abstract

This M. A. thesis deals with a research project that investigated the beginning of war letters in the Brazilian press. Using a qualitative approach, the project was developed during two years (2010-2012) and examined, in the theoretical studies of journalism, the state of the art of journalistic genres in Brasil, focusing the journal – a genre frequently used by war correspondents. The research results also showed that a large number of genres were used to depict the bloody battles which have marked five centuries of Brazilian history since the arrival of Pedro Álvares Cabral's fleet. The investigation also stressed that, along with the development of Brazilian press in the middle of 19th century, the coverage of these battles – now based on the testimony of war correspondents – started a new way of being expressed in newspapers. The wars, whose understanding so far depended upon recovering personal letters and official documents, would no longer be registered partially and privately after *A Retirada da Laguna*, by Alfredo Maria Adriano d'Escragnoille-Taunay (1843-1899), known as Viscount of Taunay, an author who contributed to papers and magazines of his time such as *A Nação* e *A Semana Illustrada*. His narrative, complete and public, on a specific episode of the Paraguayan War (1864-1870) was generated in a period of growth of 'literary papers' and opened up the path to the appearance of war letters in the Brazilian press. Later, at the end of 19th century, Euclides da Cunha(1866-1909), with his book *Diário de uma Expedição*, was the responsible for making the activity of war correspondent immortal when he covered the Canudos War inland Brazil. Sent by the newspaper *O Estado de S. Paulo*, and thanks to the technological enhancement in a press that was beginning to see itself as capitalist, Euclides da Cunha would be appointed (among others, Ribeiro, 2003) as the most important Brazilian war correspondent of all times because he was able to unite, in his journal about the sertão, practical issues of the theater of operations' routine with the search for a deep understanding about the purposes of war.

Keywords – war report, journalistic genre, journal.

Lista de quadros

Quadro 1: Tipologia de gêneros de Beltrão Lima	27
Quadro 2: Informativo <i>versus</i> opinativo, por Marques de Melo	28
Quadro 3: Tipologia de gêneros de Marques de Melo	29
Quadro 4: Modelo comunicacional de Francisco de Assis	30
Quadro 5: Tipologia de gêneros, por Paulo Paniago	32
Quadro 6: Relato <i>versus</i> comentário, por Manuel Carlos Chaparro	34
Quadro 7: Tríplice Aliança <i>versus</i> Paraguai, em números	85
Quadro 8: Percentual de perdas de paraguaios durante a guerra	90
Quadro 9: Quadro Geral das Categorias Analíticas (em <i>A Retirada da Laguna</i>)	116
Quadro 10: Produção industrial, por estado, em 1907	121
Quadro 11: Crescimento da população brasileira entre 1872 e 1890	121
Quadro 12: Quadro Geral das Categorias Analíticas (em <i>Diário de uma Expedição</i>)	149

Sumário

Apresentação.....	11
Notas da Apresentação.....	15
1. Introdução.....	16
1.1. Notas da Introdução.....	19
2. A pesquisa.....	20
2.1. Seleção do <i>corpus</i>	20
2.2. Procedimentos metodológicos.....	21
2.3. O diário de pesquisa.....	22
2.4. Perguntas de pesquisa.....	23
2.5. Notas do capítulo 2.....	24
3. Gêneros em guerra: a fronteira de gênero na correspondência.....	25
3.1. A questão de gênero no jornalismo.....	26
3.2. Os gêneros e formatos jornalísticos.....	35
3.2.1. Jornalismo informativo.....	35
3.2.2. Jornalismo opinativo.....	37
3.2.3. Jornalismo interpretativo.....	41
3.2.4. Jornalismo diversional.....	43
3.2.5. Jornalismo utilitário.....	44
3.3. O caráter testemunhal da correspondência de guerra.....	46
3.4. A estratégia textual do diário na correspondência.....	58
3.5. Notas do capítulo 3.....	68

4. O diário na correspondência de guerra no Brasil	6969
4.1. As narrativas de guerra têm a mesma idade das guerras	69
4.2. Genealogia das narrativas brasileiras de guerra.....	73
4.3. O precursor Visconde de Taunay.....	79
4.3.1. Guerra do Paraguai, o conflito sul-americano mais sangrento.....	82
4.3.2. A fase do ‘jornal literário’ antecede a correspondência.....	91
4.3.3. O avanço da literatura em diário para o jornalismo de guerra	1000
4.4. O pioneiro Euclides da Cunha	117
4.4.1. Guerra de Canudos, a violenta reação republicana à miséria sertaneja	1200
4.4.2. A ‘inauguração’ da correspondência no Brasil imortaliza o conflito.....	130
4.4.3. Dos confins à capital: a estratégia comunicativa do diário de guerra	137
4.5. Notas do capítulo 4	151
5. Considerações finais	154
Referências bibliográficas.....	157
Anexo I – Análise dos ‘tópicos-resumos’ de <i>A Retirada da Laguna</i>	164

Apresentação

Como aluno do curso de Comunicação Social, habilitação Jornalismo, do Centro Universitário de Brasília (UniCeub), em 2003, fui apresentado pelo professor Paulo Paniago à coleção *Jornalismo Literário*, da editora Companhia das Letras. Li diversos livros da coleção, com destaque para *Hiroshima*, de John Hersey, e *O segredo de Joe Gould*, de Joseph Mitchell. Eles tiveram importância de inaugurar minha paixão pela leitura extensiva de textos de não-ficção.

Lá pela metade do curso, quando o tempo das aulas práticas chegou, passei a ler frequentemente jornais diários e revistas semanais. Lembro que certa vez questionei meu pai, Moysés Corrêa, também jornalista, sobre uma notícia veiculada pelo *Correio Braziliense*. Era uma matéria do caderno de Economia sobre a queda da taxa básica de juros. No abre do texto, estava o lide e, em seguida, vários parágrafos levantando os efeitos e impactos da decisão do Banco Central do Brasil. No pé da matéria, havia o depoimento de dois populares, apresentados rapidamente com nome, idade e profissão, falando que a medida os estimularia a comprar mais e de modo parcelado.

– Pai, por que o repórter colocou as aspas dessas pessoas nesse texto? Ele já falou dessa questão ao longo de toda a notícia?

– Vítor, é para humanizar o texto, tornar mais próximo do leitor. A história deles pode também ser a sua história.

Após aquele diálogo, o texto jornalístico foi me interessando cada vez mais. O uso de personagens como figuração me incomodava. A história, a boa história das pessoas, pensava, deveria ser o centro da narrativa – e não um apêndice. Eu pegava as obras da Companhia das Letras e as notícias dos jornais e sentia uma abissal diferença. Ao cursar a disciplina *Jornal Laboratório*, percebi que a construção de uma reportagem que, de um lado, seja informativa e, de outro, atraente, é tarefa das mais árduas: narrar como Hersey e Mitchell era para poucos. Vivi dificuldades de todos os níveis ao redigir, da incapacidade pessoal às limitações de tempo e espaço do jornal.

Continuei praticando na faculdade e fora dela, em estágios e empregos. Evoluí, porém sempre dizendo a mim mesmo:

– Não estou preparado ainda. Preciso estudar mais, ler mais livros e conhecer os teóricos e formuladores.

Na hora de definir o tema para a monografia final de curso, procurei novamente o professor Paulo Paniago. Primeiro, pedi-lhe que me orientasse formalmente. Para aceitar, ele queria ter uma melhor ideia do que era o meu trabalho. Não sabia bem, respirei fundo e disse:

- Queria estudar John Reed, autor de *Dez Dias que Abalaram o Mundo*.
- Muito bom. Está certo, vou te orientar. Comece a estudar.

E assim foi. Li toda a obra de Reed em português, alguns ensaios em inglês e fiz um trabalho que analisava a importância do testemunho, para uma boa apuração jornalística, e o valor que tem uma ágil narrativa, capaz de envolver o leitor e transformar determinados acontecimentos em histórias inesquecíveis. Reed vivenciava os acontecimentos, narrava sem o constrangimento de apelar à subjetividade. Seu livro clássico sobre a Revolução Russa é uma das maiores reportagens do século XX. Minha monografia de graduação intitulou-se *Testemunho e Técnica no Jornalismo Literário: a contribuição de John Reed*.

Quase três anos haviam passado desde então, quando me matriculei, no 1º semestre de 2009, como aluno especial do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Comunicação (FAC) da Universidade de Brasília (UnB), na disciplina *Tópicos Especiais em Comunicação 3: o livro reportagem*, ministrada pela professora Jandyra Cunha, que mais tarde viria a ser minha orientadora. A proposta do curso era analisar, a fundo, quatro livros-reportagemⁱ sobre a temática da guerra e escolher um deles para redigir um ensaio. À parte dessa leitura compulsória, havia uma lista adicional de 12 títulos da qual se extrairia um para novo ensaioⁱⁱ. As leituras me fizeram voltar ao tempo de graduação, resgatando as inquietações sobre a narrativa jornalística – incluindo o tratamento dado às personagens – e também sobre a subjetividade no texto. Reed, como alguns dos autores propostos para leitura no curso, deixava a objetividade de lado e partia para a reportagem autoral, muitas vezes em primeira pessoa. Reli, com prazer, Joel Silveira e abri um leque imenso de livros de não-ficção sobre conflitos armados, com as indicações da professora.

Concluída a disciplina, os estudos avançaram e, para minha surpresa, vi-me envolto a livros de narrativas de guerra empilhados na escrivaninha e nas prateleiras de meu quarto. A correspondência de guerra, um relato testemunhal dos acontecimentos, passou a me despertar especial atenção. Propus-me, então, o desafio de fazer um projeto para o ingresso em 2010 no mestrado da FAC/UnB. Tendo obtido êxito, as pilhas de publicações cresceram ainda mais e deparei-me com a carência de estudos brasileiros

sobre ‘narrativa de guerra’, particularmente sobre ‘correspondência de guerra’ – o que, neste trabalho, conceituo de formas distintas. Um livro de referência destaca-se diante dos demais, o antológico *A Primeira Vítima: o correspondente de guerra como herói, propagandista e fabricante de mitos da Crimeia ao Vietnã*, no qual Philip Knightley conta a história da correspondência ao redor do planeta. Sob o efeito de sua leitura, passei, então, a refletir especificamente sobre a trajetória dos relatos de guerra, seus antecedentes e construtos narrativos, no Brasil, ao longo do tempo.

Em todo esse período, entretanto, ficou à minha mente uma afirmação do correspondente de guerra inglês Gavin Young, em 1974: “Só um romance, talvez, será capaz de reunir todos os aspectos da conflagração [*de uma guerra, no caso a do Vietnã*]”¹. Essa frase me move até hoje, pois me pergunto, em primeiro lugar, como a correspondência deve se estruturar para responder à amplitude de uma guerra e, em segundo, como fazer para que a narrativa jornalística perdure ao longo da história, sem cair rapidamente no esquecimento ou, como se diz no jargão jornalístico, que seu conteúdo, publicado em jornal, não vire embrulho de peixe na feira ainda na tarde em que foi para a rua?

Até a fase de qualificação do mestrado, no início de 2011, tinha em mente escrever sobre os correspondentes de guerra brasileiros na Segunda Guerra Mundial: Rubem Braga e Joel Silveira. Na banca, além da minha orientadora, tive dois examinadores, cujas intervenções contribuíram grandemente para que este trabalho tomasse novos rumos e se apresentasse como ora se apresenta. O professor Gustavo de Castro, da Faculdade de Comunicação da UnB, disse que gostaria de ver uma pesquisa que aprofundasse a história da correspondência de guerra no Brasil, pois, segundo ele, a temática carece de informações bem fundamentadas. Sugeriu ainda a envolvente leitura do romance *O Pintor de Batalhas*, de Arturo Pérez-Reverte, como uma possibilidade de entendimento sobre a complexidade da guerra. A professora Elga Laborde, do Instituto de Letras da UnB, abordou a importância de uma figura crucial para os estudos da correspondência brasileira de guerra: Euclides da Cunha, escritor tão caro em diversas áreas do conhecimento, entre as quais a sua, Teoria da Literatura, e a nossa de Jornalismo.

Durante esse período eu fazia a disciplina *Processos Interpretativos da Comunicação: narratologia – as narrativas da mídia*, com os professores Luiz Gonzaga

¹ Young in Andrade, 2002.

Motta, Jandyra Cunha e Célia Ladeira, para a qual deveríamos escrever um artigo em conjunto com o orientador como avaliação final do curso. O artigo que escrevemos – *O Lugar de Fala de Taunay. Um estudo sobre o enquadramento da narrativa na Guerra do Paraguai* – serviu para esse fim, mas também, ampliado e melhorado, foi apresentado no XIV Congresso Internacional de Humanidades, que se realizou em outubro de 2011, em nossa universidade. O artigo foi inclusive publicado na íntegra na revista do evento.²

Outro trabalho que ajudou a maturar esta dissertação foi a reflexão sobre o formato de gênero diário na correspondência de guerra, que fizemos para o VI Simpósio Internacional de Estudos de Gêneros Textuais (Siget), realizado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), em Natal, em agosto de 2011. O texto, intitulado *Gêneros em Guerra. Estudo sobre a narrativa jornalística em conflitos armados*, novamente em coautoria, está publicado nos anais do evento.³

A partir desses três momentos – a qualificação, o Congresso de Humanidades e o Simpósio de Gêneros –, meu trabalho guinou para uma análise de dois marcos na história da correspondência de guerra no Brasil: os diários de Taunay e os de Euclides da Cunha.

² Cunha; Corrêa, 2011b.

³ Cunha; Corrêa, 2011a.

Notas da Apresentação

ⁱ Os quatro livros iniciais foram: *Hiroshima*, de John Hersey; *O inverno da guerra*, de Joel Silveira; *O gosto da guerra*, de José Hamilton Ribeiro; e *O livreiro de Cabul*, de Àsne Seierstad.

ⁱⁱ Os 12 livros da segunda lista foram: *A Retirada da Laguna*, de Taunay; *Eichmann em Jerusalém*, de Hannah Arendt; *Crônicas da Guerra na Itália*, de Rubem Braga; *A Face da Guerra*, de Martha Gellhorn; *Despachos do Front*, de Michael Herr; *Um Milhão de Dólares por Vietcong*, de Jean Larteguy; *Dez Dias que Abalaram o Mundo e México Rebelde*, de John Reed; *Área de Segurança Gorazde: a guerra na Bósnia Oriental e Palestina: uma nação ocupada*, de Joe Sacco; *Diário de Guadalcanal*, de Richard Tregaskis; e *Heróis Esquecidos*, de Paulo Vidal.

1. Introdução

O diário é um **‘formato de gênero’**, ou, como chamam os estudiosos da linguagem, um **‘gênero textual’**ⁱⁱⁱ, bastante frequente na correspondência de guerra. Observamos que os linguistas, entre os quais incluímos os professores Luiz Carlos Marcuschi, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)⁴ e Maria Jandyrá Cavalcanti Cunha⁵, da UnB e minha orientadora nesta dissertação, enfatizam que o gênero textual é um produto sócio-histórico e cultural, em que o texto é fortemente marcado pelo contexto, isto é, pelas condições de sua produção. Discutiremos mais adiante as características formais do diário, na **seção 3.4**.

Ainda trazemos de outras áreas do conhecimento o conceito de **‘guerra’**, que, como o gênero textual, é também indexado ao momento sócio-histórico e cultural, como afirma o filósofo e sociólogo francês Raymond Aron:

A guerra é de todas as épocas e de todas as civilizações. Os homens sempre se mataram, empregando os instrumentos fornecidos pelo costume e a técnica disponível: com machados e canhões, flechas ou projéteis; explosivos químicos ou reações atômicas.⁶

A guerra leva a psique humana a situações de extremo limite. A guerra, em si, já é limítrofe para o convívio social. Segundo o diplomata Rafael Rodrigues Paulino, ela é “mais do que a negação da vida, a guerra é a tradução da grande falha do espírito humano em conviver com suas próprias diferenças e contradições”.⁷

A psicanalista Izabel Vieira, ao analisar o binômio guerra e violência, explica o surgimento das guerras.

As guerras acontecem pelo autoritarismo, pela arbitrariedade e pela imposição por um poder indevido, porque exacerbado, assumido pelo Estado, por um indivíduo ou grupo de indivíduos, que se julga com direito, por sua capacidade de discernimento, por sua ideologia, por seus interesses, de impor seus valores e critérios a uma comunidade, a uma população, a uma nação, ao mundo. A imposição não se efetiva sem o uso da ‘violência’, daí essas duas formas de atuação social – autoritarismo e violência – caminharem sempre juntas.⁸

Nesta dissertação consideramos a guerra como um conflito armado em que a oposição de ideias e interesses entre as partes é, sobretudo, uma luta de valores e por poder, com o objetivo de neutralizar, lesar ou destruir o ‘outro’ – este visto como

⁴ Marcuschi, 2008.

⁵ Cunha, 1997-1999.

⁶ Aaron, 1986: 219.

⁷ Paulino, 2009: 6.

⁸ Vieira, 2007: 236.

inimigo, rival ou opositor. Por isso, não restringimos o estudo a conflitos internacionais entre nações soberanas, de igualdade jurídica, mas o ampliamos com a inclusão de disputas domésticas nas quais se armam uma e outra parte.

Faz-se necessário que também esclareçamos o que compreendemos por ‘**correspondência de guerra**’. Para definir o conceito, partimos da reflexão de Maria Jandyra Cunha (que passamos a identificar neste trabalho como Cunha, a fim de distingui-la do jornalista e escritor Euclides da Cunha, aqui identificado como Da Cunha, cujo diário é analisado na **seção 4.4.3.**), nos textos *Diário com Sangue. Ação e reflexão em narrativas jornalísticas de guerra*⁹ e *História com Tinta, Voz e Sangue. Narrativas na correspondência de guerra do século XX*¹⁰, em que ela diferencia ‘**correspondência de guerra**’ de ‘**jornalismo de guerra**’ e ‘**narrativa de guerra**’. Cunha categoriza os três relatos sobre conflitos armados, levando em consideração o aspecto testemunhal do autor diante do teatro de operações, entre outros fatores. Ao fazê-lo, reforça uma das características centrais da correspondência de guerra, o que a difere das outras duas narrativas:

*Narrativa de guerra [é] o relato mais amplo da guerra feito por narradores diversos, não necessariamente jornalistas. Quando o são, suas narrativas não são produzidas para o órgão de imprensa para o qual trabalham [...]. O jornalismo de guerra, embora trate do tema, não é necessariamente desenvolvido no teatro da guerra. Também não é obrigatoriamente produzido por jornalistas, mas deve ser feito por quem está a serviço do jornalismo [...]. A correspondência de guerra é a transmissão periódica de notícias de uma guerra feita por repórteres enviados por órgãos de imprensa – incluo aqui os *free lancers*.¹¹*

Em todo caso, para que fique claro, em nosso entendimento, correspondência de guerra não é um gênero, tampouco um formato de gênero, mas um jeito de fazer jornalismo, específico das coberturas de conflitos armados, quando o repórter se dirige, pessoalmente, à frente de batalha com o objetivo de reportar ao público o desenrolar do teatro de operações simultaneamente ao seu desenvolvimento, independentemente do suporte (jornal, TV, rádio, internet).

O correspondente de guerra utiliza-se de diferentes formatos de gênero para enviar sua informação grafada – entre outros, telegrama, nota, artigo, entrevista, crônica, reportagem, fotografia e diário, objeto desta dissertação. É um profissional que relata sobre um conflito armado, como testemunha dos fatos com a intenção de publicar

⁹ Cunha, 2011a.

¹⁰ Cunha, 2011b.

¹¹ Ibidem.

seus escritos. Tradicionalmente, ele é pensado como enviado especial de um veículo de comunicação, como no exemplo clássico de Da Cunha, enviado pelo *O Estado de S. Paulo*, doravante Estadão, para a Guerra de Canudos (1896-1897) – ou mesmo dos brasileiros Joel Silveira (1918-2007) e Rubem Braga (1913-1990), correspondentes dos *Diários Associados* e *Diário Carioca* na Segunda Guerra Mundial (1942-1943), e também José Hamilton Ribeiro (1935–), correspondente da revista *Realidade* na Guerra do Vietnã (1959-1975).^{iv}

O conceito de ‘**narrativa**’ trazemos do trabalho de Luiz Gonzaga Motta, jornalista e teórico da Comunicação, que afirma: “Narrar é relatar eventos de interesse humano enunciados em um suceder temporal encaminhado a um desfecho”.¹² Ou seja, a narrativa é toda e qualquer construção literário-textual capaz de organizar os acontecimentos da realidade e promover ação ao curso do estado das coisas. Assim, a evolução de uma campanha, o dia-a-dia na frente de batalha ou o ataque de um grupamento são narrativas de guerra, não importando o gênero e o formato de gênero a que estejam vinculados.

As narrativas de Alfredo d’Escragolle-Taunay (que trataremos, a partir de agora, por Taunay) e de Da Cunha sobre episódios das guerras do Paraguai (1865-1870) e de Canudos, respectivamente, são analisadas nesta dissertação como do formato de gênero diário e balizadoras para a correspondência de guerra no Brasil.

¹² Motta, 2005: 7.

1.1. Notas da Introdução

ⁱⁱⁱ Neste trabalho vamos adotar a terminologia clássica do jornalismo. Quando falarmos em ‘gênero’, estaremos nos referindo a uma categoria mais ampla – por exemplo, jornalismo informativo e opinativo –, tratando o ‘formato de gênero’ como uma subcategoria – e.g., notícia e coluna. Portanto, a nomenclatura dos estudos da linguagem – ‘gênero textual’ e ‘tipo textual’ – é utilizada somente quando trazemos à tona as ideias desse campo do conhecimento.

^{iv} A correspondência de guerra hoje é transmitida em tempo real, com o uso da rede mundial de computadores e o avanço tecnológico dos *blogs* e *twitters*. É importante, no entanto, entender em que contexto e circunstâncias deu-se a sua origem no Brasil, quando o telégrafo começava a funcionar por aqui e os relatos eram publicados com atrasos de dias – e não de segundos como atualmente. O instrumento do diário de guerra seria decisivo nessa fase ‘amadora’ da imprensa.

2. A pesquisa

Esta pesquisa, calcada em abordagem qualitativa, está ancorada numa análise histórico-textual da correspondência de guerra no Brasil. No exame dos textos selecionados – *A Retirada da Laguna*, de Taunay, e *Diário de uma Expedição*, de Da Cunha – consideramos, explícita ou implicitamente, três pontos:

- a) o contexto histórico dos conflitos armados abordados nos dois relatos, em que incluímos o funcionamento da imprensa naquele momento;
- b) o lugar de fala de seus autores;
- c) o conteúdo dos textos narrados em diário.

2.1. Seleção do *corpus*

A seleção do *corpus* seguiu os seguintes critérios:

- a) os autores escolhidos deveriam ser jornalistas brasileiros;
- b) suas narrativas deveriam tratar de guerras nas quais o Brasil tivesse se envolvido;
- c) esses relatos deveriam ter sido escritos no formato de gênero diário;
- d) de alguma forma, a presença de seus autores no campo de batalha deveria estar ligada ao jornalismo;
- e) os textos, independentemente de notabilidade em outras áreas, deveriam ter reconhecimento no campo do jornalismo.

Taunay e Da Cunha eram jornalistas brasileiros, muito embora tivessem feito observações participantes como militares. Ou seja, eles estavam no campo de batalha como oficiais e suas narrativas têm essa perspectiva.

Como veremos na **seção 4.3.3.**, Taunay está citado pelo historiador Nelson Werneck Sodré como correspondente de *A Semana Ilustrada*,^v na Guerra do Paraguai. O periódico não estava entre os de maior tiragem na década de 1860, quando eclodiu o conflito. Teve curta existência, circulando de 1860 a 1876, e caracterizou-se por ser uma das mais bem sucedidas revistas ilustradas da época. Os 16 anos de vida no longínquo século XIX fazem que seja difícil a recuperação dos possíveis escritos de Taunay em *A Semana Ilustrada*. O trabalho ficou conhecido por seu diário, narrado entre abril e junho de 1867, consagrado em livro – primeiramente escrito em francês, a língua de seus pais, e posteriormente em português.

Da Cunha teve seu trabalho publicado em *O Estado de S. Paulo*, doravante *Estadão*, que já era um jornal de prestígio. Até hoje se cultua no *Estadão* a memória de suas reportagens. Seu diário, escrito entre agosto e outubro 1897, foi posteriormente publicado em livro.

O reconhecimento do trabalho dos dois autores selecionados no campo do jornalismo é feito por um dos mais notáveis correspondentes de guerra brasileiros, José Hamilton Ribeiro, considerado ‘o repórter brasileiro do século’.^{vi} Para Ribeiro,

a qualidade excepcional da correspondência de guerra no Brasil está ancorada em três pilares monumentais: Euclides da Cunha (com Canudos), o Visconde de Taunay (com a retirada da Laguna) e Rubem Braga (com sua cobertura da Segunda Guerra Mundial).¹³

Ribeiro afirma que, sem Taunay, “quem teria hoje a dimensão dramática e humana desse episódio” ocorrido no Mato Grosso, durante a Guerra do Paraguai? Sem Da Cunha, do mesmo modo, “o massacre do Conselheiro e de seus beatos talvez não passasse, hoje, de um episódio militar de rotina, descrito em relatório burocrático e só acessível (acessível?) a erráticos e reduzidos historiadores da caserna”.¹⁴

2.2. Procedimentos metodológicos

No desenvolvimento da pesquisa traçamos os seguintes passos:

- a) localização de e familiarização com narrativas de guerra no Brasil;
- b) leitura crítica dos principais correspondentes brasileiros, entre eles, os já citados Taunay, Da Cunha, Braga, Silveira e Ribeiro;
- c) identificação dos formatos de gênero usados nos escritos desses profissionais;
- d) seleção do formato de gênero diário como objeto das narrativas a serem analisadas;
- e) estudo do arcabouço teórico sobre gênero no campo do jornalismo e dos estudos da linguagem;
- f) delimitação das unidades de análise;
- g) estudo do contexto histórico e midiático das obras em análise;
- h) redação reflexiva da dissertação, com o apoio de um diário de pesquisa.

¹³ Ribeiro, 2003: 18.

¹⁴ Ibidem.

2.3. O diário de pesquisa

Nas leituras sobre o diário, chegamos a um dos primeiros artigos escritos por Cunha sobre o tema, *O Uso do Diário na Pesquisa Etnográfica da Sala de Aula de Português como L2*.¹⁵ Nele, a pesquisadora faz uma revisão do uso do diário em pesquisas de diferentes áreas do conhecimento (entre as quais, os estudos antropológicos e educacionais) como apoio para a reflexão do fenômeno científico em observação.

A partir desse artigo, resolvemos utilizar um diário de pesquisa durante a redação deste trabalho. Foi no diário que registramos pela primeira vez, por exemplo, os efeitos das releituras de *Diário de uma Expedição*:

O dia de ontem foi importante para meus estudos, pois concluí a leitura de *Diário de uma Expedição*. Livro interessante que pontua bem como era a correspondência de guerra no Brasil daquele período: longas distâncias, atrasos no recebimento dos despachos e texto em formato diário.¹⁶

Também foi no diário de pesquisa que começamos a refletir sobre a estrutura analítica do *corpus*, como mostra o trecho abaixo:

A análise [*de Da Cunha*], pelo que previ, será dividida em duas partes: a análise histórica da imprensa [*na época*] e a inserção de Euclides como correspondente no período; e a análise estilística de *Diário de uma Expedição*. Creio que, assim, poderia tratar um maior número de aspectos. A partir dessa compreensão, fiz a leitura de partes de *No Calor da Hora: a Guerra de Canudos nos jornais*, que me ajudou a apontar que havia outros correspondentes de guerra cobrindo o conflito [*Favila Nunes, pelo Gazeta de Notícias; Manuel Benício, pelo Jornal do Comércio; Alfredo Silva, pelo A Notícia; Siqueira de Menezes, pelo O País; Luís Calvi, pelo Jornal do Brasil; Lelis Piedade, pelo Jornal de Notícias; e um correspondente do Diário de Notícias, conforme apresentado na seção 4.4.2.*], inclusive antes de Euclides; e de *História da Imprensa no Brasil*, que situa a transição da imprensa artesanal para a capitalista, na virada do século XIX para o XX.¹⁷

A necessidade de levantar o perfil dos autores estudados e, conseqüentemente, localizá-los no contexto histórico em que estavam inseridos também foi registrada no diário de pesquisa:

Acabo de concluir os estudos de hoje. Fiz o perfil de Euclides da Cunha [*com o objetivo de localizar seu lugar de fala*] e comecei a

¹⁵ Cunha, 1997-1999.

¹⁶ Texto extraído do diário de pesquisa do autor.

¹⁷ Idem.

desenhar, comparativamente, como será o do Visconde de Taunay – já praticamente pronto, devido ao artigo em coautoria.¹⁸

2.4. Perguntas de pesquisa

Esta pesquisa parte da premissa de que os diários de Taunay e Da Cunha são fundamentais para o entendimento do que vem a ser a correspondência de guerra no Brasil. Por isso, a pergunta primeira a ser feita é:

Por que o diário é um formato de gênero recorrente na correspondência de guerra no Brasil?

Essa pergunta abraça outras questões:

- a) Os traços do diário dão conta de explicar a complexidade da guerra?
- b) Qual a relação entre o diário e o testemunho na correspondência de guerra?
- c) Como é abordada a subjetividade em textos desse formato?

As respostas nos levam à busca de uma definição para a correspondência de guerra. Para isso, temos que investigar os processos de produção desse fazer, a partir do que consideramos ser sua origem no Brasil, o que nos leva a uma segunda pergunta:

Como as características do diário são trabalhadas nos textos marcos da correspondência de guerra no Brasil?

Essa segunda pergunta leva em consideração o contexto da época em que as narrativas dos dois correspondentes foram elaboradas.

¹⁸ Idem.

2.5. Notas do capítulo 2

^v Há uma controvérsia acerca do título da revista *A Semana Illustrada*: se grafada com um ‘l’ ou com ‘ll’. Seja como for, Sodré (1999: 205) informa as características do periódico: “Seu formato era pequeno, com oito páginas, quatro de texto e quatro com ilustrações. Publicava poesias, crônicas, contos.”

^{vi} Um livro editado pela Ediouro – de nome *O Repórter do Século* (2006) – reúne as principais reportagens de Hamilton Ribeiro, todas ganhadoras do Prêmio Esso de Jornalismo. Na apresentação à obra, o jornalista Ricardo Kotscho diz que seu título mereceria um acréscimo. Para ele, Hamilton Ribeiro é o repórter brasileiro dos séculos XX e XXI.

3. Gêneros em guerra: a fronteira de gênero na correspondência^{vii}

O avanço tecnológico e o desenvolvimento da correspondência abriram incontáveis possibilidades para o jornalismo de guerra, tornando-se cada vez mais difícil classificar seus textos como gêneros estanques. O mergulho nos estudos de gênero no Brasil nos permite entender o fazer jornalismo e clarear as ideias sobre o universo de formatos de gênero classicamente estudados. Esse debate mostra-se relevante para a compreensão, que trataremos no **capítulo 4**, a respeito dos escritos de guerra de Taunay e Da Cunha.

Antes de ingressarmos no estudo de gêneros do jornalismo, porém, cabe, brevemente, trazermos à luz a percepção de Aristóteles, um dos precursores do tema. Marcuschi observa que o estudo de gênero no passado estava centrado unicamente no campo da literatura. Com o tempo, pesquisadores de diversas áreas do conhecimento se interessaram pela questão de gênero, tais como: tradutores, sociólogos, teóricos da literatura, linguistas, professores de línguas e, em menor grau, comunicólogos.¹⁹

Foi Aristóteles (384 a.C.-322 a.C.), reforça Marcuschi, quem primeiro teorizou uma sistemática acerca dos três gêneros da retórica, em seu clássico *Retórica* (1358): judiciário (com objetivo de acusar ou defender), deliberativo (aconselhar ou desaconselhar) e demonstrativo (louvar ou censurar). Os estudos de Aristóteles propiciaram a composição de três elementos do discurso: a pessoa que fala, o assunto de que se fala e a pessoa a quem se fala.

Pelo entendimento de Marcuschi, qualquer comunicação verbal tem um gênero e um texto, pois ela se dá “por meio de textos realizados em algum gênero”. O linguista adota o termo ‘gênero textual’²⁰, para o que no jornalismo chamamos de ‘formato de gênero’. Marcuschi integra a tradição dos estudos da linguagem, mas afirma que o estudo de gênero é multidisciplinar. Cita o filósofo russo Mikhail Bakhtin (1895-1975), autor do clássico *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (1929), como um dos mais importantes estudiosos do assunto.

A professora da Universidade Federal do Ceará (UFC), Aurea Zavam, em apresentação durante o VI Siget, realizado em Natal, em agosto de 2011, defendeu a

¹⁹ Marcuschi, 2008: 147-9.

²⁰ Idem: 154.

característica transmutacional dos gêneros. Afirmou ela, na mesa *Gêneros: a tensão entre versatilidade e permanência*: “Os gêneros desaparecem, migram para dentro de outros, intercalam-se, transformam-se, num contínuo processo de evolução”. Zavam pontuou ainda que a definição de um gênero aplicado ao texto se baseia em três pilares: tema, composição e estilo.

Na conferência de abertura do Simpósio de Gêneros, o professor Jean-Michel Adam, da Université de Lausanne, Suíça, um dos mais destacados nomes do estudo de gêneros textuais da atualidade, apontou que “os gêneros são categorias dinâmicas”, em permanente variação, e que todo e qualquer texto “participa de um ou de vários gêneros”. Ele chegou a sustentar a tese de que há regimes de generacidade, segundo o autor, o leitor, o editor e o tradutor. “A generacidade de um texto resulta de um diálogo contínuo, sempre conflituoso, entre as instâncias autoral, editorial, leitorial e tradutorial”, assegurou Adam. Daí porque, embora produzido para um fim, o texto em determinado gênero pode ser percebido por um terceiro como outro completamente diferente.

3.1. A questão de gênero no jornalismo

A discussão de gênero no jornalismo é complexa e ainda pouco frequente entre as duas pontas diretamente envolvidas na questão: de um lado, os profissionais da mídia tratam-na superficialmente sem dar a devida importância, relegando-a a segundo plano, diferentemente do que acontece a outros campos do conhecimento como, por exemplo, a literatura. De outro lado, os ‘leitores’ da mídia que, inclusive pelo descuido dos primeiros, pouco entendem desse debate, o que infelizmente não contribui para uma análise crítica do público sobre o material jornalístico, embora já tenhamos casos de atenção ao tema, como a plataforma *Parâmetros Curriculares Nacionais*, de 1998, do Ministério da Educação (MEC), que insere os gêneros jornalísticos no conjunto de temas a serem tratados em salas de aula do ensino médio.²¹

No ambiente acadêmico, é crescente a preocupação e a dedicação de pesquisadores nessa área. A Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom) mantém, no âmbito dos estudos de jornalismo, cinco grupos de pesquisa, entre os quais o de ‘Gêneros Jornalísticos’^{viii}, que está dividido em quatro categorias de interesse: gêneros no jornalismo impresso, no radiojornalismo, no

²¹ Melo, 2009: 13.

telejornalismo e no ciberjornalismo. O GP Gêneros Jornalísticos da Intercom foi fundado em 2009, pelo atual coordenador José Marques de Melo^{ix}, professor emérito da Universidade de São Paulo (USP).

Nas palavras de Marques Melo a importância dos gêneros está na possibilidade de tal reflexão proporcionar a compreensão do “discurso manifesto” do jornalismo, que corresponde ao “relato do real”. Assim, o estudo dos gêneros

constitui um ponto de partida seguro para descrever as peculiaridades da mensagem (forma/conteúdo/temática) e permitir avanços na análise das relações socioculturais (emissor/receptor) e político-econômicas (instituição jornalística/Estado/corporações mercantis/movimentos sociais) que permeiam a totalidade do jornalismo.²²

Além de Marques de Melo, que prima pela classificação dos gêneros jornalísticos de acordo com a intencionalidade do texto, outro teórico rivaliza com ele, compondo-se, assim, os dois mais influentes estudiosos da área no jornalismo no Brasil: Manuel Carlos Chaparro^x, também professor da USP, que prioriza a discussão sobre a estrutura linguística do discurso jornalístico. A referência em matéria de gêneros jornalísticos, todavia, recai na figura de Luiz Beltrão de Andrade Lima, primeiro coordenador do curso de Jornalismo da Universidade Católica de Pernambuco, ainda nos anos 1960, e autor da trilogia *A Imprensa Informativa* (1969), *Jornalismo Interpretativo* (1976) e *Jornalismo Opinativo* (1980).

A preocupação de Beltrão Lima com a sistematização dos gêneros jornalísticos proporcionou um esquema com três categorias, à semelhança do título da trinca de livros e de acordo com a intencionalidade do texto: informativo, quando o objetivo é informar, interpretativo, quando é explicar e, por fim, opinativo, quando é orientar. Marques de Melo parte desses parâmetros para construir sua própria taxonomia, nas décadas seguintes, primeiramente no modelo categoria, como forma mais ampla, e gênero, como característica fim. Eis, em síntese, o trabalho de Beltrão Lima:

Quadro 1: Tipologia de gêneros de Beltrão Lima²³

Categorias	Gêneros
Jornalismo informativo	Notícia, reportagem, história de interesse humano, informação pela imagem
Jornalismo interpretativo	Reportagem em profundidade

²² Melo, 1985: 35-6.

²³ Lima *apud* Melo, 1985: 59.

Jornalismo opinativo	Editorial, artigo, crônica, opinião ilustrada e opinião do leitor
----------------------	---

Marques de Melo admite e corrobora as três categorias propostas e, mais tarde, iria até aumentar seu número – acrescentando o jornalismo diversional e o jornalismo utilitário. O que o teórico não aprova é a definição e a acomodação de alguns gêneros. Para ele, as denominações de reportagem em profundidade e de reportagem não se justificam, pois “as respectivas técnicas de captação, redação e edição, bem como dos modos de expressão que assumem na superfície impressa, não se tornam convincentes a sua segmentação”.²⁴ Isto é: a reportagem engloba a totalidade do gênero.

A criação do gênero informação por imagem, para Marques de Melo, tampouco tem sentido, pois a fotografia compõe a notícia ou a reportagem e não tem autonomia em si mesma, diferentemente do que acontece com a opinião ilustrada, na qual a expressividade tem características singulares, como na caricatura, por exemplo. Por fim, o teórico critica a amplitude do termo opinião do leitor, que não significa apenas a carta, mas também entrevista, depoimento, enquete.²⁵

De todo modo, Marques de Melo pontua que são apenas duas as categorias textuais clássicas no jornalismo: informativo e opinativo, respectivamente a “reprodução do real” para o público “saber o que se passa” e a “leitura do real” para “saber o que se pensa sobre o que se passa”.

Reproduzir o real significa descrevê-lo jornalisticamente a partir de dois parâmetros: o atual e o novo. Ler o real significa identificar o valor do atual e do novo na conjuntura que nutre e transforma os processos jornalísticos. Num caso, temos a observação da realidade e a descrição daquilo que é apreensível à instituição jornalística. Noutro caso, temos a análise da realidade e sua avaliação possível dentro dos padrões que dão fisionomia à instituição jornalística.²⁶

Dáí resulta o primeiro esquema desenhado por Marques de Melo, pautado na histórica dualidade entre informar e opinar:

Quadro 2: Informativo *versus* opinativo, por Marques de Melo

Categorias	Gêneros
Jornalismo informativo	Nota, notícia, reportagem, entrevista
Jornalismo opinativo	Editorial, comentário, artigo, resenha,

²⁴ Melo, 1985: 60-1.

²⁵ Ibidem.

²⁶ Idem: 62-63.

	coluna, crônica, caricatura, carta
--	------------------------------------

A nota, a notícia e a reportagem são definidas pela profundidade que cada uma dá ao fato, enquanto a entrevista é o relato circunstanciado de um ou mais protagonistas do acontecimento. Já a opinião do comentário, do artigo, da resenha e do editorial está pautada centralmente pela autoria de cada um deles: jornalista veterano, especialista, crítico ou ‘jornalista cultural’ e veículo de comunicação. A coluna e a caricatura estão organizadas apoiando-se nos fatos como maneira de repercuti-los. Por sua vez, a crônica e a carta têm uma angulação que acompanha o desenrolar dos acontecimentos.

Marques de Melo concorda com a abordagem dos cientistas da linguagem sobre o caráter dinâmico dos gêneros, daí porque viu a necessidade de criar um grupo de estudos permanentes sobre gêneros jornalísticos na Intercom. Devido a isso seus estudos evoluíram no decorrer dos anos e a classificação que fazia de categoria (jornalismo informativo e opinativo, por exemplo) e de gêneros (notícia e comentário, por exemplo) tornou-se mais complexa, revisando as variações estilísticas, segundo os estudos midiáticos do europeu Denis McQuail²⁷: gêneros representam a intencionalidade da mensagem (e substituiria o que antes nomeava como categoria) e formatos de gênero, os tipos textuais usados para transmitir tais mensagens (o que antes era tratado como gênero).

Próximo da virada para o novo milênio, Marques de Melo propôs uma nova classificação:

Quadro 3: Tipologia de gêneros de Marques de Melo²⁸

Gêneros	Formatos
Jornalismo Informativo	Nota, notícia, reportagem e entrevista
Jornalismo Opinativo	Resenha, coluna, comentário, caricatura, crônica, editorial, artigo e carta
Jornalismo Interpretativo	Dossiê, análise, perfil, enquete e cronologia
Jornalismo Diversional	História de interesse humano e história colorida
Jornalismo Utilitário	Indicador, cotação, roteiro e serviço

²⁷ Melo: 2011.

²⁸ Idem: 12.

Recuperando o trabalho dos pioneiros do Velho Continente sobre os estudos de gêneros jornalísticos nos anos 1960, Jacques Kayser e Raymond Nixon, Marques de Melo vê na dupla de pesquisadores uma das bases para sua nova taxonomia: “Informativo (vigilância social), opinativo (fórum de ideias), interpretativo (papel educativo) e diversional (entretenimento ou lazer)”.²⁹ A exceção está no jornalismo utilitário, um fenômeno mais recente, da era da informática.

O autor acentua, de início, que sua classificação é volátil, seguindo a consagrada lógica dos ‘gêneros dinâmicos’, sujeita a alterações de acordo com estudos posteriores. Marques de Melo cita dois trabalhos – de Lailton Alves da Costa³⁰ e de Janine Marques Passini Lucht³¹ – para sugerir acréscimos de formatos aos gêneros propostos. Enquanto Costa se debruça sobre o uso de gêneros jornalísticos nos principais jornais de cada uma das cinco regiões do Brasil, Lucht se concentra nos gêneros no radiojornalismo, praticado pela Rádio Eldorado de São Paulo. Ambos encontram formatos não catalogados e, desde então, aceitos por Marques de Melo, tais como: chamada, texto-legenda e errata, enquanto gênero informativo; memória, enquanto interpretativo; citação (frase), enquanto gênero opinativo; história de viagem enquanto, gênero diversional; e trânsito e tempo, enquanto utilitário.³²

O vice-coordenador do GP Gêneros Jornalísticos da Intercom, Francisco de Assis, professor da Universidade Metodista de São Paulo, apresenta um modelo comunicacional, que vai da maior unidade – o campo – à menor – o formato de gênero^{xi}. Os grifos do autor desse trabalho servem para destacar o caminho do jornalismo, em cada etapa, neste processo.

Quadro 4: Modelo comunicacional de Francisco de Assis³³

Campo (domínio, esfera, âmbito)	<ul style="list-style-type: none"> • <u>Comunicação</u>
Conjunto (reunião das partes que formam o todo)	<ul style="list-style-type: none"> • Interpessoal • Grupal • <u>Massiva</u>
Modalidade (forma, aspecto ou característica)	<ul style="list-style-type: none"> • Bibliográfica (livros e assemelhados) • <u>Periódica (jornais e revistas)</u> • Cinematográfica (cinema) • Fonográfica (discos)

²⁹ Idem: 3.

³⁰ Costa, 2008.

³¹ Lucht, 2009.

³² Idem: 12.

³³ Assis, 2011b: 3

	<ul style="list-style-type: none"> • Radiofônica (rádio) • Televisiva (televisão) • Videográfica (vídeo) • Cibernética (computador)
Categoria (caráter, natureza, hierarquia)	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Jornalismo</i> • Propaganda • Educação • Entretenimento
Gênero (classe cuja extensão se divide em outras classes)	<ul style="list-style-type: none"> • Informativo • Interpretativo • Opinativo • Diversional • Utilitário
Formato (feitio, forma)	<ul style="list-style-type: none"> • Nota, notícia, reportagem, entrevista (jornalismo informativo) • Dossiê, perfil; enquete, cronologia (jornalismo interpretativo) • Editorial, comentário, artigo, resenha, coluna, crônica, carta, caricatura (jornalismo opinativo) • História de interesse humano e história colorida (jornalismo diversional) • Indicador, cotação, roteiro e serviço (jornalismo utilitário)

Já Paulo Paniago, professor de Jornalismo na UnB, propõe outra sistemática para os gêneros jornalísticos, partindo da discussão do estudo de gêneros no jornalismo e na literatura. Enquanto neste campo a produção é individual e o autor “sabe em que gênero produz”, naquele campo, “em que um texto passa por muitas mãos”, os gêneros devem “estar muito bem definidos”. O autor argumenta, ao citar o espanhol Lorenzo Gomis, segundo o qual no jornalismo é preciso saber não só o que se diz, mas o que se faz (em que gênero se produz): “É preciso ter o gênero definido para que um jornalista, um editor, um diagramador possa saber do que se trata aquele texto que muitas vezes passa a acompanhar no meio de algum processo”.³⁴

Embora o foco de sua tese de doutoramento tenha sido o gênero perfil nas revistas *The New Yorker* e *Realidade*, Paniago apresenta o seu pensamento sobre a temática, usando as terminologias “formas” e “gêneros”:

³⁴ Paniago, 2008: 14.

Quadro 5: Tipologia de gêneros, por Paulo Paniago³⁵

Formas	Gêneros
Opinativas	Editorial, comentário, artigo, resenha ou crítica, coluna, crônica, ilustração, carta, nota, ensaio e folhetim
Informativo-interpretativas	Notícia, entrevista, reportagem, perfil, livro-reportagem, infográfico, nota, fotografia e foto-legenda

Paniago, diferentemente de Marques de Melo, concebe uma forma híbrida, na qual o jornalismo informativo e o jornalismo interpretativo convivem mesclados, por meio do frágil argumento de que “a preocupação com o valor supostamente intrínseco da informação prevalece sobre a opinião”. A presença da nota nas duas formas é explicada porque a nota de opinião está presente nas colunas. O autor chama a atenção para um recurso jornalístico, amplamente utilizado em jornais e revistas, que contribuiu para o entendimento do público sobre o texto ora lido no que se refere ao que “se diz e o que se faz”: a retranca ou adereço, que pode, a depender do caso, indicar o próprio gênero.³⁶

O interessante do modelo de Paniago é a inclusão do livro-reportagem como gênero jornalístico, devido ao tamanho da reportagem, à liberdade editorial e à ausência de periodicidade. Nesse caso, Marcuschi veria o livro como suporte, como discutimos na **seção 4.3.3**. Isto é: o livro-reportagem continuaria sendo reportagem.

Também da UnB, mas professor do Instituto de Letras, Rildo Cosson tem tratado o romance-reportagem^{xii} em formato de livro enquanto gênero híbrido do jornalismo e da literatura. O autor situa o período mais emblemático do fenômeno como sendo a década de 1970, marcadamente pela repressão do regime militar. De um lado, os escritores procuravam “desficcionalizar” seus escritos como forma de se aproximar da realidade e fazer a denúncia social e, de outro, os jornalistas migravam para a escrita “romanceada” para burlar a voraz censura política da época.³⁷

No entanto, o professor observa que essa relação promíscua entre jornalismo e literatura tem lastro histórico no Brasil e recupera os casos de *Os Serões* (1902), de Da Cunha, e *Casa de Pensão* (1884), de Aluísio Azevedo. Ele não se preocupa em

³⁵ Idem: 19-25.

³⁶ Idem: 18.

³⁷ Cosson: 2001.

categorizar o romance-reportagem em uma tipologia específica de gênero e, de maneira prática, define gênero como “uma forma historicamente reconhecida de comunicação”.

³⁸ O objetivo de Cosson é caracterizar o romance-reportagem, que pode

ser compreendido em dois sentidos, um mais estrito e outro mais amplo. O primeiro é o romance-reportagem como uma forma específica de narrar, o qual poderia ser considerado uma ‘reportagem romanceada’, isto é, uma reportagem em forma de livro, em que estão combinadas ‘a objetividade jornalística’ e ‘uma certa intervenção do subjetivo, aquilo que elevaria ao estatuto de literatura’, cuja referência imediata era a bem-sucedida literatura de não-ficção norte-americana. O segundo sentido considera o romance-reportagem como decorrente da expansão do jornalismo em direção à ficção ou da invasão da literatura pelos repórteres, a ‘migração jornalística’, que segundo as palavras dos dois autores [*Heloísa Buarque de Hollanda e Marcos Augusto Gonçalves*] é ‘a literatura de olho no jornalismo, a reportagem de olho na literatura’.³⁹

De outro modo, Manuel Carlos Chaparro raciocina sob um paradigma diferenciado. Reconhece a importância, no passado, da dualidade entre informação e opinião, mas está convicto da necessidade contemporânea de “novas buscas, teóricas e de observação, para um novo entendimento da questão dos gêneros jornalísticos”. A separação entre *news* e *comments* é antiga, e está situada no início do século XVIII, em 1702, com a criação do jornal inglês *The Daily Courant*, uma inovação criada pelo seu diretor, Samuel Buckley.⁴⁰

À época, Buckley, que se notabilizaria como um dos precursores da objetividade no jornalismo em escola planetária, decidiu deixar claro aos leitores o que era notícia, centrada na informação, e o que era comentário, pois, segundo Chaparro, não se queria mais “contaminar’ as informações [*com opinião*], porque os ‘os leitores são capazes de refletir por eles próprios’”.⁴¹

A crítica de Chaparro às tipologias dos gêneros jornalísticos está ancorada nas ciências da linguagem, exploradas por Marcuschi, pois, para ele, “gêneros são formas do discurso” e não estão ligados especificamente à intencionalidade da mensagem⁴². Um único texto convive, a um só tempo, com informação e opinião, o que os difere é a estrutura formal do texto: uma narrativa e outra argumentativa. A questão está localizada na eficácia jornalística como estratégia para a transmissão do conteúdo – e não em qualquer outra coisa. Como associar, por exemplo, o ‘formato’ artigo ao

³⁸ Lima *apud* Cosson, 2001: 31.

³⁹ Cosson, 2011: 13.

⁴⁰ Chaparro, 2011.

⁴¹ *Idem*: 1.

⁴² *Idem*: 15-6

‘gênero’ opinião? Para Chaparro, são dois processos em planos diferentes: opinião atribui valor a algo, enquanto o artigo estrutura argumentos. “Artigo está na dimensão da forma; opinião, na dimensão do conteúdo”, observa.

Quando Samuel Buckley decidiu separar as notícias (*news*) dos comentários (*comments*) não levantou qualquer barreira entre opinião e informação, ainda que tivesse pensado fazê-lo. O que ele separou foram dois tipos de texto, um com estrutura formal argumentativa, outro com estrutura formal narrativa. Nos conteúdos, porém, e nas intencionalidades, lá estão informação e opinião, substâncias que permanecem, interativas, na totalidade do jornalismo, para que nele se conserve a característica essencial, a de ser linguagem asseverativa.⁴³

Portanto, de acordo com Chaparro, é inconcebível esboçar um gênero interpretativo para o jornalismo, pois esse conceito ultrapassa a vontade do autor. “Aos leitores cabe dar sentido aos textos”, avisa.⁴⁴ A pretensa objetividade, que gera o “policiamento da opinião”, não passa de um escudo com “viés moralista, como se a opinião, só por si, tornasse suspeita a informação”. Ele reforça novamente a tese de que tudo não passa de “estratégia interlocutória: para o relato dos acontecimentos, a narração é mais eficaz”, em contraposição à argumentação. Põe por terra, uma vez mais, informação *versus* opinião:

A cultura jornalística produziu, pois, um equívoco. Até a notícia dita objetiva, construída com informação ‘pura’, *hard*, como se diz no jargão de inspiração americana, resulta de seleções e exclusões deliberadas, controladas pela competência opiniática do jornalista.⁴⁵

A pesquisadora Tyciane Viana Vaz, em trabalho apresentado no Intercom, traça a proposta de Chaparro para a discussão de gênero no jornalismo. A perspectiva está baseada na dualidade relato e comentário, exibida abaixo:

Quadro 6: Relato *versus* comentário, por Manuel Carlos Chaparro⁴⁶

Gêneros	Espécies
Relato	1. Narrativas Reportagem, notícia, entrevista e coluna 2. Práticas Roteiros, previsão de tempo, indicador, agendamento, carta-consulta e orientação útil
Comentário	3. Argumentativas Artigo, crônica, carta e coluna

⁴³ Ibidem.

⁴⁴ Idem: 8.

⁴⁵ Idem: 15-6.

⁴⁶ *Apud* Vaz, 2011: 7-8.

	4. Gráfico-artísticas Caricatura e charge
--	--

Como observado em diferentes casos, os gêneros jornalísticos têm se transformado ao longo dos anos. Seus formatos de gênero multiplicam-se à medida que se multiplicam também as variações comunicacionais dos tempos modernos. Faz-se necessário, após esta pesquisa bibliográfica, discutirmos gênero a gênero e formato a formato, pois somente assim poderemos localizar a correspondência nesta verdadeira guerra de gêneros.

3.2. Os gêneros e formatos jornalísticos

Considerando o avanço das pesquisas de Marques de Melo, este trabalho vai se concentrar na discussão dos gêneros e formatos jornalísticos propostos pelo autor no **quadro 3**, da **seção 3.1.**, a fim de levar adiante a discussão sobre a correspondência de guerra nesse cenário.

No didático artigo *Fundamentos para a Compreensão dos Gêneros Jornalísticos*, Francisco de Assis passeia pelos cinco gêneros jornalísticos da tradição de Marques de Melo, que discutiremos a seguir, e refaz, historicamente, seus percursos: no século XVII nasceu o jornalismo informativo; no século XIX, o opinativo; e no século XX, o interpretativo, o diversional e o utilitário. Entretanto, Assis lembra, de pronto, que a sistematização tem por objetivo “sinalizar a principal finalidade dos conteúdos jornalísticos”, expressando a intencionalidade do texto. Acrescenta: “As fronteiras entre informação, opinião, interpretação, diversão e serviço não são extremamente rígidas, a ponto de que um gênero possa ser considerado puro”.⁴⁷

3.2.1. Jornalismo informativo

O gênero informativo é a raiz do jornalismo, pois a informação configura-se como o ponto de partida para todo e qualquer texto da profissão. A preocupação está baseada na apresentação dos fatos, com a perspectiva única de descrevê-los, sem que a presença da opinião do repórter seja notada.

A sofisticação do gênero está no método construído nos idos do século XX, nos Estados Unidos, e importado para o Brasil na década de 1950, fundamentado no conceito de objetividade (pelo qual o autor não deve deixar rastros no texto produzido),

⁴⁷ Assis, 2011a: 18.

veracidade (confeção textual próxima do real) e neutralidade (que estabelece espaço igual para os dois lados em questão e a exibição das versões contraditórias).

A relevância da informação torna-se de tal forma significativa que a essas três questões somam-se mais duas: o lide, segundo o qual o texto deve responder no primeiro parágrafo a seis perguntas fundamentais: O que aconteceu? Com quem? Quando? Onde? Como? Por quê?; e a pirâmide invertida, que, embora subjetiva na essência, prima pela hierarquia da informação conforme o desenvolvimento dos parágrafos no texto. O jornalismo informativo é o que classicamente se conhece como o ‘relato do real’ ou os ‘fatos falam por si’, tendo quatro formatos básicos:

- a) Nota: está condensada na informação pura de uma faceta do acontecimento, sem aprofundamento ou qualquer preocupação com a elaboração estética. A nota é formada por poucas frases e geralmente organizada na forma direta. Tem o objetivo de informar ao público de maneira rápida, restringindo-se basicamente ao lide. Marques de Melo define: “A nota corresponde ao relato de acontecimento que está em processo de configuração”.⁴⁸
- b) Notícia: tem uma construção mais elaborada e está definida pela informação inteira do acontecimento. A notícia, apresentada em parágrafos, tem no lide e na pirâmide invertida suas características textuais mais marcantes. Embora mais profunda que a nota, não contextualiza o fato e contém geralmente apenas duas versões para o ocorrido. De acordo com Marques de Melo, “é o relato integral de um fato que já eclodiu no organismo social”.⁴⁹
- c) Reportagem: talvez, o formato jornalístico mais reverenciado, pois tem a pretensão de abordar a totalidade de possibilidades do acontecimento, suas diferentes versões, origem histórica e perspectivas futuras. A reportagem quer informar, mas não só: quer informar absolutamente tudo. Por isso, não tem rígido limite de parágrafos, podendo ocupar diversas páginas (a depender do caso até um livro, o livro-reportagem). Para atrair o público e devido ao tamanho, sua estrutura narrativa é bem elaborada. “A reportagem

⁴⁸ Melo, 1985: 65.

⁴⁹ Ibidem.

é o relato ampliado de um acontecimento que já repercutiu no organismo social e produziu alterações que são percebidas pela instituição jornalística”, aponta Marques de Melo.⁵⁰

- d) Entrevista: típico formato que está no interior de qualquer outro, mas que pode, em si, configurar-se enquanto formato de gênero do jornalismo. A entrevista é também a informação em estado bruto, mas sob o ponto de vista de um ou mais cidadãos definidos previamente, assim como escreve Marques de Melo: “É um relato que privilegia um ou mais protagonistas do acontecer, possibilitando-lhes um contato direto com a coletividade”.⁵¹ Está frequentemente organizada no modelo perguntas e respostas ou por temas, com a extração dos melhores trechos das respostas.

3.2.2. Jornalismo opinativo

Enquanto o jornalismo informativo descreve os acontecimentos, o jornalismo opinativo argumenta sobre os acontecimentos. Em vez da objetividade, a subjetividade e a abertura de espaço nos jornais para outros atores sociais, além do repórter: o colaborador externo, o leitor, o próprio veículo de comunicação. Assis situa a origem do gênero simultaneamente nos Estados Unidos, com a evolução da discussão “anticolonial”, e na França, com a “antiabsolutista”. À época, as folhas da imprensa se transformavam em verdadeiras arenas de combate.⁵²

No Brasil, o caso mais emblemático foi o de Hipólito da Costa, fundador e redator de *Correio Braziliense*^{xiii}, fundado em 1808 e escrito e impresso a partir da capital inglesa, Londres. O rigor do período colonial impunha a censura aos materiais produzidos em terras tupiniquins. Embora pioneiro, considerado por alguns estudiosos nosso primeiro jornal, o *Correio Braziliense* expunha exclusivamente a opinião manifesta de seu criador, característica elementar do pasquim, que encontraremos em detalhes na **seção 4.3.2.**

Como pretende defender posições e ganhar o público, o jornalismo opinativo tem na credulidade fator preponderante. A multiplicidade de vozes que a opinião traz tem pouca valia se a confiabilidade do autor e do veículo de comunicação for tacaña. A

⁵⁰ Ibidem.

⁵¹ Ibidem.

⁵² Assis, 2011a: 20.

relação da opinião com os acontecimentos também assume importância, caracterizando-se como a angulação que dá sentido aos fatos (seja ela temporal ou espacial). Dificilmente o repórter de coberturas diárias (cidades, esporte, polícia) tem liberdade para opinar em seus textos, ficando essa tarefa a cargo de profissionais alheios ao jornal ou de repórteres especiais (entre eles, podemos considerar o correspondente de guerra).

Para a professora e jornalista Thaís Mendonça-Jorge, “escrever em primeira pessoa” só deve ser feito se o repórter “viveu realmente uma experiência relevante”, que sirva “de lição ou alerta para o restante da humanidade”.⁵³ Voltaremos a esse debate acerca da subjetividade na correspondência de guerra, mais adiante, na **seção 3.3**. Cabe agora a apresentação dos oito formatos básicos do jornalismo opinativo:

- e) Resenha: também configurada como crítica, pois está associada à opinião sobre obras e expressões culturais. De autoria explícita, a resenha não possui caráter de continuidade, havendo pouca ligação entre um e outro texto. Marques de Melo observa que a resenha faz uma “apreciação ligeira”, sem penetrar no âmago das questões culturais, sendo então destinada “a *orientar* o público na *escolha* dos produtos culturais em circulação no mercado. Não tem intenção de oferecer julgamento estético”⁵⁴. A organização textual interna contém introdução, histórias sobre o produto e seu autor e, por fim, opinião do crítico, aprovando ou reprovando. Em muitos casos, os jornais adotam uma escala de satisfação, indo de uma a cinco estrelas, por exemplo.

- f) Coluna: tem espaço e autor antecipadamente definidos, sendo de conhecimento prévio do público o conteúdo abordado. A coluna tem forte sincronia com os acontecimentos, sendo pautada pelos bastidores das notícias. Marques de Melo a define como “um mosaico, estruturado por unidades curtíssimas de informações e de opinião” e como “comentários rápidos sobre situações emergentes”. Mais direto, aponta a coluna como “pílulas, flashes, dicas”. A coluna social, a política e a esportiva são as mais usuais atualmente.⁵⁵

⁵³ Mendonça-Jorge, 2008: 73-4.

⁵⁴ Melo, 1985: 128.

⁵⁵ Idem: 136-8.

- g) Comentário: comumente usado nos jornais como ‘análise da notícia’, pois complementa o texto do jornalismo informativo e destaca espaço especial para a opinião diretamente relacionada ao fato. O comentário tem autor estabelecido, frequentemente um jornalista veterano, e angulação temporal manifesta. “O comentário surgiu como tentativa de quebrar o monopólio opinativo do editorial”, afirma Marques de Melo, ao citar dois dos grandes nomes do formato no Brasil: Newton Carlos (1927–) e Paulo Francis (1930-1997).⁵⁶
- h) Caricatura: em vez de texto, a imagem. A caricatura tem no traço a emissão de opinião pelo exagero ou ausência de feições de uma personagem. Conta com um profissional específico e atento ao dia-a-dia, pois a caricatura caminha em paralelo à coluna: no sincronismo dos acontecimentos. Sua “finalidade satírica e humorística pressupõe a emissão de juízos de valor”, de acordo com Marques de Melo. Há outras versões de caricatura, quais sejam: charge (humor por imagem de um fato), *cartoon* (crítica de fundo, composta por desenhos e sem personagens reais) e *comic* (história em quadrinhos). Nossos primeiros caricaturistas foram Frei Vicente do Salvador (1564-1636), Gregório de Matos (1623-1696) e Padre Lopes da Gama (1793-1853).⁵⁷
- i) Crônica: tem o objetivo, segundo Marques de Melo, de ser o “relato poético do real, fronteira entre informação de atualidade e a narração literária”. A crônica tem relação total com o acontecimento, vai ao seu encaixe, observando outras perspectivas. Autores consagrados da literatura tiveram vida longa nos jornais com publicação de crônicas periódicas, como Machado do Assis (1839-1908) e José de Alencar (1829-1877), na época de ouro dos ‘jornais literários’, que abordaremos na **seção 4.3.2**. O caso mais ilustre, entretanto, é o de Rubem Braga (1913-1990), que seria correspondente na Segunda Guerra Mundial.⁵⁸

⁵⁶ Idem: 106.

⁵⁷ Idem: 163.

⁵⁸ Idem: 146.

- j) Editorial: único texto de autoria do veículo de comunicação, sendo conhecida como ‘opinião da empresa’. Em verdade, compreende-se ‘a empresa’ como os interesses em torno do veículo, seus acionistas, anunciantes e corpo profissional. O editorial repercute e analisa os acontecimentos em curso, tendo a temporalidade como recurso fundamental que dá sentido à opinião institucional. Marques de Melo advoga quatro atributos do editorial: impessoalidade (texto sem assinatura), topicalidade (tema bem definido), condensalidade (breve, claro) e plasticidade (efêmero, ligado ao acontecimento).⁵⁹
- k) Artigo: também se caracteriza pela autoria explícita, variando entre o jornalista e, na maioria dos casos, o colaborador externo: especialista ou acadêmico. O sucesso do artigo está intimamente ligado ao desempenho estético-argumentativo de seu autor e se organiza com título, introdução, discussão/argumentação e conclusão. Sinteticamente, Marques de Melo categoriza: “Trata-se de uma matéria jornalística onde alguém (jornalista ou não) desenvolve uma ideia e apresenta sua opinião”. Há duas espécies: o artigo, propriamente dito, e o ensaio, respectivamente, o texto mais curto, com opiniões provisórias e conhecimento pessoal do autor, e o texto longo, com conhecimento alicerçado e pesquisa documental para fundamentar a opinião.⁶⁰
- l) Carta: texto pelo qual o público se manifesta, repercutindo e analisando no ‘rastros’ dos acontecimentos. A carta se configura como o único formato capaz de responder ao conteúdo permanente dos jornais. Na antiga União das Repúblicas Soviéticas Socialistas (URSS), o líder comunista Vladimir Lênin (1870-1924) se preocupava tanto com a participação popular nos jornais que chegou a defender a formação de “correspondentes operários e camponeses”. Contudo, o comum nos jornais brasileiros é a publicação de cerca de 2/5 das cartas recebidas.⁶¹ O advento da internet fez crescer significativamente o acesso à carta do leitor. Basta acessar uma página

⁵⁹ Idem: 100.

⁶⁰ Idem: 118.

⁶¹ Idem: 175-6.

noticiosa e postar sua própria opinião. Vale lembrar que o termo carta refere-se ao jornal impresso; a ligação telefônica, ao rádio e à televisão; e o comentário, à web.

3.2.3. Jornalismo interpretativo

O jornalismo interpretativo centra-se na lógica de que é preciso dar sentido às informações, apontar caminhos. Por isso, tem forte caráter analítico. Assis avalia que o gênero configura-se como uma “análise da informação”, sem possuir “uma escala de valores própria, pessoal” no que concerne ao autor, sendo seus princípios o “aprofundamento” e a “explicação”. Segundo o teórico, a interpretação ganha destaque durante a Segunda Guerra Mundial, diante da falta de informações que projetassem o futuro para o conflito.⁶²

No Brasil, tem seu início situado na formação do Departamento de Pesquisa e Documentação do *Jornal do Brasil*, na década de 1960, o que permitiu maior exame bibliográfico por parte da redação. Alberto Dines, responsável pela reformulação do *JB* à época, ilustra a característica marcante do gênero: produzir matérias “redondas”,

isto é, que contivessem todo o desenvolvimento de um fato [...]. O leitor de hoje não quer apenas saber o que acontece à sua volta, mas assegurar-se da sua situação dentro dos acontecimentos. Isto só se consegue com o engrandecimento da informação a tal ponto que ela contenha os seguintes elementos: a dimensão comparada, a remissão ao passado, a interligação com outros fatos, a incorporação do fato a uma tendência e a sua projeção para o futuro. Enriquecidos com esta nova angulação, chegamos bem mais perto do jornalismo interpretativo e do jornalismo investigativo.⁶³

O gênero interpretativo afasta-se do opinativo na medida em que pretende dar sentido aos acontecimentos, enquanto este faz juízo valorativo. É diferente do informativo, que relata o que aconteceu, porque vai além: traz o complemento às informações e faz pesquisa histórica, como explica Dines. Importante destacar que o termo interpretativo não se refere, como vimos, a um possível julgamento do repórter sobre os acontecimentos, mas à apresentação, ampla, de diferentes perspectivas e por meio de cinco formatos de gênero para que o público – este sim – possa interpretar o acontecimento.

⁶² Assis, 2011a: 22.

⁶³ Dines *apud* Assis, 2011a: 24.

Há muita controvérsia sobre o gênero. Uma delas – talvez a mais significativa – é que o formato reportagem está mais para interpretativo do que para informativo, pois, embora sendo um único formato, traz a amplitude analítica necessária.

m) Dossiê: explica, por meio de elementos secundários em relação à narrativa principal, eventos importantes para a percepção plena do público. O dossiê pode ser denominado como os ‘boxes’ dos jornais. Marques de Melo e Ana Maria Cordenonssi, em trabalho conjunto sobre jornalismo interpretativo, definiram o formato como um “mosaico destinado a facilitar a compreensão dos fatos noticiosos”, que procura “detalhar ao máximo para apresentar a informação completa”. Pode ser também gráfico, mapa, tabela.⁶⁴

n) Análise: como o nome já diz, tem relação com a análise da informação sob diferentes perspectivas (histórica, geográfica, sociológica). A análise geralmente acompanha a informação, sendo também usada como ‘box’ da notícia ou como ‘saiba mais’. Há uma linha tênue entre a análise, do gênero interpretativo, e o comentário, do opinativo.

o) Perfil: está concentrado na personagem, sendo esta a figura central para a condução da narrativa. Paniago define assim o formato: “Um texto que se detém naquilo que deveria ser a essência do relato jornalístico – o ser humano em sua trajetória através da vida”. O perfil não se preocupa necessariamente com os acontecimentos em que a personagem se envolveu; preocupa-se com “a visão de mundo” dessa pessoa. Em outras palavras, “é um esboço conciso de uma vida”, que registra a personagem naquele momento à semelhança da “foto polaroide, registro de um instante que daqui a pouco se torna outra coisa”. O perfil, segundo Paniago, foi desenvolvido pela primeira vez na revista *The New Yorker*, ainda na década de 1920.⁶⁵

⁶⁴ Melo; Cordenonssi: 2008: 4.

⁶⁵ Paniago: 2008: 25-33.

- p) Enquete: popularmente conhecida como ‘fala povo’. A enquete é realizada com a população em geral, escolhida aleatoriamente para opinar sobre determinados eventos. Marques de Melo e Cordenonssi defendem que os depoimentos de cidadãos comuns, assim como “elementos históricos e geográficos”, servem como “recursos formadores de opinião” e podem ser “quantitativos (ibope)” e/ou qualitativos (minidepoimento)”.⁶⁶
- q) Cronologia: tem no fato temporal sua principal característica. A cronologia reconstitui (em décadas, anos, horas ou minutos) eventos que antecederam e se relacionam à cobertura em curso. Fornece maior compreensão ao público, que, no jogo entre passado e presente, detecta a relação que as cenas têm no tempo.

3.2.4. Jornalismo diversional

Polêmico, o jornalismo diversional tem a intenção de divertir, conferindo-se um tom ameno e preocupação estética. Enquanto os outros gêneros querem informar, opinar e interpretar, o diversional, que não possui o rigor da objetividade, tem a “função lúdica”, na expressão de Luiz Beltrão Lima⁶⁷, e é um “gênero emocional”, no entendimento de Marques de Melo⁶⁸. Situa-se historicamente no pós-guerra, nos anos 1940, em textos capazes de ocupar o tempo de ócio dos trabalhadores (nas horas de descanso ou nas férias), cansados de tristezas, angústias e mortes.

Assis equiva o jornalismo diversional ao *new journalism*^{xiv} dos Estados Unidos e ao jornalismo literário^{xv} do Brasil, que descreveremos na **seção 4.3.3**. Isso é dotar o gênero não somente da capacidade de divertir o leitor, mas de fazê-lo contemplar uma peça jornalística como se fosse uma peça de ficção. O divertimento no jornalismo é, assim visualizado, como o lazer e o entretenimento extraídos de um livro de literatura: o prazer e o sabor da história em si. Seja como for, Assis assim compreende o gênero:

Corresponde, em resumo, a conteúdos destinados à distração do leitor, mas que, ao mesmo tempo, em nada deixam a desejar em termos de verossimilhança das informações e de seu conteúdo. Trata-se de um tipo de texto voltado à apreciação do público que tem a possibilidade

⁶⁶ Melo; Cordenonssi: 2008: 4-5.

⁶⁷ Lima *apud* Assis, 2011a: 25.

⁶⁸ Melo *apud* Assis, 2011a: 25.

de ocupar seu tempo livre com a leitura de tais relatos (geralmente extensos).⁶⁹

Cabe ressaltar, porém, como sugerem os dois formatos deste gênero – história de interesse humano e história colorida –, que o jornalismo diversional não é composto por seções dos jornais dedicadas exclusivamente a distração do leitor: palavra cruzada, jogo dos setes erros etc.

- r) História de interesse humano: tem elevada carga emocional ao ampliar o fato noticioso para uma dimensão humana, a fim de suscitar a curiosidade e a comoção do público. A história de interesse humano tem relação direta com as *features* estadunidenses. Beltrão Lima vê quatro características centrais nesse formato: “ação” (fato narrado), “clímax emocional” (surpreender o leitor), “veracidade absoluta” (sem dados imaginativos) e “adequação” (uso de recursos literários).⁷⁰

- s) História colorida: preocupa-se com a composição e o desenrolar do acontecimento, mas não necessariamente com a informação. A história colorida não reproduz o lide, tampouco adota a pirâmide invertida como recurso narrativo. Marques de Melo valoriza o formato como “uma leitura impressionista”: “Penetra no âmago dos acontecimentos, identificando detalhes enriquecedores, capazes de iluminar a ação de agentes principais e secundários”. Tem um paralelo com a *nota de color* ou *nota color*, do jornalismo espanhol, caracterizada enquanto “relato de estilo livre” e estruturada “a partir de aspectos pessoais dos protagonistas e do ambiente em que se desenrola um fato”.⁷¹

3.2.5. Jornalismo utilitário

O jornalismo utilitário ou operacional emerge no bojo da sociedade da informação, já no final do século XX, e pode classificar-se como ‘jornalismo de serviço’. Mais objetivo do que o gênero informativo, o utilitário está preocupado em transmitir a informação rapidamente para que o cidadão decida que ação tomar. É pautado pela orientação ao leitor. Embora reconhecido recentemente por Marques de Melo, o jornalismo utilitário é praticado no Brasil há algumas décadas. Beltrão Lima,

⁶⁹ Assis, 2011a: 26-7.

⁷⁰ Lima *apud* Assis, 2011b: 11.

⁷¹ Melo *apud* Assis, 2001b: 11.

nos anos 1960, registrava sua manifestação na maioria da imprensa brasileira em notas sobre linhas e horários de ônibus e trens, bem como de avisos sobre funcionamento de bancos e comércios.

Alberto Dines conta como encontrou uma saída para que o jornalismo de serviço fosse de fato aproveitado na íntegra pelo público. O *JB* circulava com a informação completa sobre as bolsas de valores do Rio de Janeiro e de São Paulo e Dines achou por bem passar a publicar, em vez de uma página diária, somente “um bom resumo da bolsa paulista, deixando que o leitor especializado fosse buscar nos jornais de São Paulo ou nos veículos técnicos a informação detalhada”.⁷²

Em síntese, o jornalismo utilitário valoriza o espaço e o tempo para a informação ligeira e útil que orienta o público numa tomada de decisão. Não à toa, seus formatos podem estar em números (indicador e cotação), em notas (serviço) ou até em mapas (roteiro).

- t) Indicador: informação sintetizada em números e ligada ao sistema financeiro. O indicador traz dados consolidados sobre o dia-a-dia das principais bolsas de valores pelo mundo afora e orienta o público específico sobre as melhores opções de ‘investimentos’ e o público em geral sobre o comportamento da economia de mercado em nível global.
- u) Cotação: semelhante ao indicador, mas centrada na valorização e desvalorização das moedas nacionais ou regionais. A cotação tem no câmbio a informação crucial para ‘investidores’ e turistas. Geralmente é apresentada de maneira breve com números e gráficos.
- v) Roteiro: exibido como programações culturais ou mapas. O roteiro é peça imprescindível nos jornais dos tempos modernos, pois alerta o público a respeito dos horários do cinema, da localização de shows e até de itinerários para viagens.
- w) Serviço: contempla a prestação de serviços que surgem eventualmente na imprensa. O serviço pode ser a informação econômica do crescimento do

⁷² Dines *apud* Assis, 2011a: 28.

Produto Interno Bruto (PIB), de trânsito sobre os engarrafamentos ou de clima sobre a umidade relativa do ar.

E a correspondência de guerra, como se insere nessa tipologia de gêneros textuais e formatos de gênero cunhada por Marques de Melo? Não é porque a narrativa tem como tema a guerra que de pronto podemos classificá-la dentro de uma ou outra tipificação. Dessa maneira teríamos incontáveis gêneros: político, econômico, esportivo, policial, cultural. Faz-se necessário, agora, discutirmos as características da correspondência no que se refere à intencionalidade da mensagem e ao tipo de texto manifesto para comunicar tais coberturas. Daí, devemos tecer novas reflexões e situar melhor o ofício acerca desse debate.

3.3. O caráter testemunhal da correspondência de guerra

Ainda no âmbito das discussões de gênero, refletimos sobre o recurso testemunhal na correspondência de guerra, a fim de destrinchar a sua intencionalidade textual e de diferenciá-la do que se convencionou chamar de jornalismo de guerra e, de maneira mais amplificada, narrativa de guerra. Afora qualquer finalidade de classificar a correspondência como jornalismo informativo (para apresentar os fatos), opinativo (argumentar), interpretativo (analisar), diversional (divertir) ou utilitário (prestar serviço), a correspondência é, na essência, um relato de caráter notadamente testemunhal. O que significa isso em matéria de gênero?

A correspondência está alicerçada no envio de material jornalístico de um a outro lugar simultaneamente ao desenvolvimento de uma guerra. No caso, da conflagração para a sede do veículo de comunicação ou, nos tempos modernos, diretamente para a internet (em blogs ou *twitters*, por exemplo). O dicionário Aurélio tem seis definições para o verbete ‘correspondência’, entre elas: “Ato ou efeito de corresponder (-se)” e “troca de cartas, bilhetes ou telegramas”. Para ‘correspondente’, tem sete, entre as quais:

jornalista que representa uma empresa de comunicação em determinada cidade, região ou país, distintos daquele onde se situa a sede da empresa; é responsável, naquele local determinado, pela cobertura e envio regular de notícias e artigos para a empresa.⁷³

O dicionário Aurélio é ainda mais sintético ao caracterizar o verbete ‘correspondente de guerra’: “Repórter encarregado de fazer a cobertura de uma região

⁷³ Ferreira, 2010: 594.

em guerra ou revolução”.⁷⁴ Em todas as referências etimológicas, a condição para a existência do correspondente é o envio de textos no decorrer da cobertura, diferentemente do jornalista convencional, que apura o evento ocorrido, retorna à redação e redige a matéria para veiculação na imprensa. Nos primórdios, enviava-se a correspondência por mensageiro, pombo-correio ou lombo de animais, como no tempo de Taunay. Posteriormente, por via telegráfica e postal, como à época de Da Cunha. Mais recentemente, pela internet. Aqui, não importa o meio de transmissão! O fato é que, ao se caracterizar pelo envio de conteúdo de um a outro lugar, a correspondência de guerra está, na origem, associada ao deslocamento do profissional para a região de conflito, com o objetivo de testemunhar o desenrolar dos fatos e noticiá-los com a propriedade de quem vê as coisas diretamente.

Cunha observa que o texto testemunhal da correspondência de guerra não está ancorado somente no ‘ver’, mas também no ‘ouvir’. Relata-se o que se vê e o que se ouve um terceiro dizer que viu. Um e outro, seja qual for, é testemunho. O que há, segundo a pesquisadora, é a hierarquização de confiabilidade dos dois sentidos: visão e audição. A esse respeito, o linguista estruturalista Émile Benveniste é categórico: “Se agora dois homens disputam entre si, um dizendo ‘eu vi’, o outro dizendo ‘eu ouvi’, o que diz ‘eu vi’, é nele que devemos acreditar”.⁷⁵ Está aí uma das forças da correspondência, um texto que vê e ouve ao mesmo tempo. De acordo com Joel Silveira e José Hamilton Ribeiro, correspondentes brasileiros na Segunda Guerra Mundial e na Guerra do Vietnã, respectivamente, a correspondência pode também identificar o cheiro e o gosto da guerra.

Joel Silveira, enviado pelo *Diário dos Associados* para acompanhar os pracinhas no fim da Segunda Guerra, no norte da Itália, testemunhou (viu, ouviu e cheirou) o conflito durante o gélido inverno europeu. Em entrevista anos antes de sua morte, Silveira reconheceu o odor daquele combate: de diesel queimando para que a neblina artificial servisse de esconderijo às tropas e de sangue dos combatentes feridos à espera de ambulância. “Quando me falam em guerra me vem às narinas aquele cheiro de sangue velho e óleo diesel”⁷⁶, ponderou o veterano correspondente. Hamilton Ribeiro, enviado pela revista *Realidade* ao conflito entre Estados Unidos e Vietnã, foi além e sentiu o verdadeiro gosto do *front* de batalha. Ao ser atingido por uma mina

⁷⁴ Ibidem.

⁷⁵ Benveniste *apud* Cunha, 2011a.

⁷⁶ Silveira, 2009.

interpessoal, em meio a um sofrimento sem tamanho, confessou: “Sentia na boca um gosto ruim, como se tivesse engolido um punhado de terra, pólvora e sangue – hoje eu sei, era o gosto da guerra”⁷⁷.

Portanto, um repórter da *Folha de S. Paulo* que entrevistasse, por exemplo, o comandante das tropas da Organização das Nações Unidas (ONU) no Haiti, por telefone ou mesmo presencialmente quando do retorno do militar ao país de origem, estaria fazendo correspondência de guerra? A resposta é não. Estaria fazendo jornalismo de guerra, a partir da cidade sede do veículo de comunicação, sem remeter texto para outra localidade e testemunhando apenas o que se fala sobre o que se viu, ouviu, sorveu e cheirou durante a ocupação na ilha caribenha.

O original estudo de Cunha conclui que toda correspondência de guerra é jornalismo de guerra, porém o contrário não é verdadeiro. E que ambas são narrativas de guerra. “Juntos, a correspondência de guerra, o jornalismo de guerra e a narrativa de guerra podem ser identificados simplesmente como narrativas sobre a guerra”⁷⁸.

A pesquisadora enumera uma série de exemplos de correspondência de guerra para ilustrar suas características. Não cabe nominá-los um a um, pois teremos a oportunidade, no decorrer desta pesquisa, de abordá-los com novas citações. Como narrativa de guerra, ela traz à discussão os relatos de Annelisse Frank, a menina que escreveu um angustiante diário aos 13 anos sobre o seu dia-a-dia durante a dominação nazista dos Países Baixos, em *O Diário de Anne Frank* (1947); de Agnès Humbert, que resistiu às prisões nazistas e publicou diário e memórias sobre a resistência francesa à ocupação do III Reich, em *Resistência. A história de uma mulher que desafiou Hitler* (2008); e de Barbara Tuchman, ex-correspondente que fez pesquisa histórica e recuperou o primeiro mês da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), em *Canhões de Agosto* (1998).

Cunha seleciona, como ilustração, três obras indissociáveis da realidade: uma composta como diário; outra hibridamente como diário e memórias; e a última como construção histórica. Importante lembrar, porém, que o romance – portanto, qualquer formato de gênero ficcional – também pode estar incluído no rol de ‘narrativas sobre a guerra’, sendo definido como ‘narrativa de guerra’, para ficar nas terminologias adotadas pela pesquisadora.⁷⁹

⁷⁷ Ribeiro, 2005: 20.

⁷⁸ Cunha, 2011b.

⁷⁹ Ibidem.

Os livros *Bao Chi, Bao Chi: um romance da Guerra do Vietnam* (2002) e *O Pintor de Batalhas* (2008), respectivamente, do brasileiro Luís Edgar de Andrade e do espanhol Arturo Pérez-Reverte, ilustram perfeitamente como a peça de ficção está inserida neste contexto. Em 1967, após ser dispensado pelo *JB*, Andrade foi, por conta própria, para Saigon, antiga capital do Vietnã do Sul, em plena Guerra do Vietnã. Sua cobertura da guerra era para ser despreziosa, mas Andrade permaneceu por seis meses no país e, com o tempo, começou a publicar textos na imprensa do Rio de Janeiro e de São Paulo, como *free lancer*. No entanto, a experiência de 180 dias na região de conflito, nos anos 1960, não estaria apresentada no livro *Bao Chi, Bao Chi*^{xvi}, de sua autoria, como costumeiramente fazem os correspondentes: durante a guerra, noticiam regularmente na imprensa e, após, reformatam os textos e lançam uma coletânea ou revisitam os escritos e editam um livro-reportagem.

Andrade esperou transcorrer mais de 30 anos de sua viagem à Ásia para recuperar aquela história. Em vez de contar a própria campanha no Vietnã, fez um romance, tendo como protagonista justamente um correspondente de guerra, de nome Miguel de Arruda (qualquer semelhança com o correspondente Luís Edgar de Andrade não é mera coincidência). A obra tem um misto de personagens fictícios e reais, de modo que não se sabe até que ponto os fatos ocorreram ou deixaram de ocorrer. Andrade preferiu a veia literária para elaborar a sua narrativa de guerra, numa publicação bem aceita pela crítica. O episódio factual da explosão da mina interpessoal, que golpeou Hamilton Ribeiro, surgiu nas páginas do livro (veremos na **seção 3.4.** sua história verídica). Surgiu com outros nomes, novos personagens e cenas prováveis, todavia.

Quando José Airton Rodrigues voltou a si, depois da operação na perna, teve a surpresa de ver dois brasileiros, em pé, junto à sua cama: Miguel de Arruda e Ricardo Romão. O ferido está nu, embaixo do lenço verde-oliva, que o cobre da cintura para baixo. Sofreu queimaduras na mão esquerda. O braço esquerdo foi enfaixado. Na veia do outro braço, recebe o soro por um tubo.⁸⁰

À semelhança de Andrade, Arturo Pérez-Reverte constrói, em seu *O Pintor de Batalhas*, um romance cujo protagonista é um fotógrafo cansado de guerra, ex-correspondente. Extenuada por retratar imagens da gente sofrida dos combates, a personagem Andrés Faulques passa a viver confinada no alto de uma torre isolada, na costa da Espanha. A trama foi pautada na ânsia de Faulques de pintar um imenso mural, com cenas de guerras capazes de simbolizar a essência do horror de se pegar em armas

⁸⁰ Andrade, 2002: 103.

para matar, e no inusitado encontro com um de seus fotografados mais célebres, que lhe rendeu capas de revistas e prêmios internacionais: Ivo Markovic, que voltou para se vingar de quem ganhou dinheiro e fama à custa do sofrimento alheio.

Inúmeros trechos de *O Pintor de Batalhas* trazem reflexões e lembranças sobre a ‘arte de matar’. Um em especial arrepia pela crueldade e minudência. Foi quando Faulques esteve no julgamento de Borislav Herak, ex-combatente da Guerra da Bósnia. No currículo, Herak tinha 32 assassinatos pessoais, sendo 16 de mulheres – todas, além de mortas, estupradas por ele e seus colegas.

E quando, perante o tribunal e os jornalistas, Herak contou, com a devida mímica, o assassinato de uma moça de vinte anos – ‘mandei ficar nua, e ela gritou, mas lhe bati outra vez, e ela tirou a roupa, então a violentei e a entreguei aos meus companheiros, e, depois que todos a violentaram, a levamos de carro até o monte Zuc, onde lhe dei um tiro na cabeça e jogamos no mato’ –, Faulques, que enquadrava o rosto de Herak no visor da sua câmera – um rosto insignificante, vulgar, que em tempos de paz seria considerado próprio de um coitado –, baixou-a lentamente, sem apertar o disparador, com a certeza de que nenhuma fotografia do mundo, nem sequer a imagem e o som que nesse instante eram registrados pelas câmeras de televisão, poderia refletir ou interpretar aquilo [...]. E desse modo chegaram ao fim os trinta anos de fotografia de guerra vividos por Faulques.⁸¹

Coincidência ou não, Reverte, assim como o protagonista do livro, Faulques, largou a fotografia de guerra: este pela pintura, aquele pela literatura. Cenas como as de Herak podem ter contribuído para essa migração profissional, pois o escritor espanhol foi repórter de 1973 a 1994, sendo que durante nove anos ficou a serviço da Televisão Espanhola (TVE), dedicado exclusivamente à cobertura de conflitos armados ao redor do mundo. Esteve no *front* em dezenas de guerras, entre elas: Guerra do Líbano (1982), Guerra das Malvinas (1982), Guerra do Golfo (1990-91), Guerra da Croácia (1991) e Guerra da Bósnia (1992-94).

Ao centrar a discussão no jornalismo de guerra, Cunha referencia os relatos do repórter John Hersey, da *The New Yorker*, que cobriu os efeitos da bomba atômica de Hiroshima (1945) um ano após sua explosão, publicados na revista nova-iorquina e em *Hiroshima*; e da filósofa Hannah Arendt, que, também enviada pela *The New Yorker*, escreveu sobre o julgamento do nazista Adolf Eichmann (1906-1962) para o periódico mensal, assim como no livro *Eichmann em Jerusalém*.⁸²

Um relato que demonstra a prática do jornalismo de guerra realizado simultaneamente ao conflito armado, embora não seja correspondência, é o de Jorge

⁸¹ Reverte, 2008: 191.

⁸² Cunha, 2011b.

Amado (1912-2001). Em meados da década de 1940, o escritor, já festejado como autor de *Capitães de Areia* (1937) e *Mar Morto* (1938), havia se exilado na Argentina e no Uruguai. Era o tempo do Estado Novo, do presidente Getúlio Vargas (1883-1954). O ingresso do Brasil na Segunda Guerra ao lado das forças aliadas fez que Jorge Amado regressasse e cerrasse fileiras contra o nazifascismo em terras nacionais. Entre dezembro de 1942 e janeiro de 1945, assinaria a coluna *Hora da Guerra*, criada sob medida para ele no jornal *O Imparcial*, de sua cidade natal, Salvador, Bahia.

Em *Hora da Guerra*, Jorge Amado fez jornalismo opinativo de guerra, comentando os desdobramentos da congelante guerra no velho continente, a partir do sol tórrido do Farol da Barra. Para o escritor, a coluna era uma “pequena trincheira” de crônicas diárias usadas como “armas em punho” em favor da liberdade e contra o III Reich. Engajado, a pena do autor carregava a tinta de militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), referindo-se aos Aliados como as “forças do bem” e aos países do Eixo como as “forças do mal”.⁸³ O historiador Boris Fausto, na introdução da coletânea de textos de *Hora da Guerra*, cita o “tom apaixonado” de Jorge Amado, mas observa que não se pode analisar os escritos daquela época sem levar em conta o contexto: a Segunda Guerra foi “uma das poucas guerras justas do mundo contemporâneo”, na qual “jogava-se o destino da civilização”.⁸⁴

Na coluna *Aniversário de Stalingrado*, Jorge Amado lembrou e comemorou o primeiro ano da decisiva vitória do Exército Vermelho sobre as forças nazistas, que marcou a ofensiva da União Soviética sobre os países ocupados pelos hitleristas, culminando com a chegada até Berlim, Alemanha.

Os soldados soviéticos marcham com uma decisão inabalável e não existe obstáculo que eles não derrubem, que eles não vençam, que eles não transponham. São soldados da vitória, da liberdade, da cultura. Aos seus pés caem os assassinos vencidos, aqueles que um dia se proclamaram os deuses da guerra. Mas nós bem sabemos quais são os deuses da guerra, os verdadeiros!⁸⁵

No encerramento da coluna, Amado, comunista notório, saudou o líder supremo da URSS ao encurrular 180 mil homens das tropas nazistas na histórica cidade russa de Stalingrado. Escreveu: “Cento e oitenta mil, dez divisões, diz a ordem do dia do marechal Josef Stálin, o dos longos bigodes, aquele que tem um sorriso de criança

⁸³ Amado, 2008: 28.

⁸⁴ Fausto, 2008: 16.

⁸⁵ Amado, 2008: 170.

inocente na face serena de sábio e de condutor de homens. Cento e oitenta mil nazistas a menos!”.⁸⁶

O que Jorge Amado faz em *Hora da Guerra* é jornalismo de guerra, do gênero opinativo, formato coluna. O texto está identificado ideologicamente com a foice e o martelo, marca manifesta posição. É jornalismo, tem cobertura simultânea, tem relativo caráter testemunhal (o ouvir ou ler sobre) ao considerar que o autor escreve diante do que testemunha nas páginas de jornal. Mas não é correspondência, não tem o envio de textos do *front* de batalha, tampouco o pleno caráter testemunhal que somente a correspondência de guerra pode ter, como vimos anteriormente.

Encaminhada a discussão sobre os outros dois tipos de relatos de guerra – narrativa de guerra e jornalismo de guerra – cabe, nesse momento, debruçarmo-nos sobre a correspondência, objetivo final de análise deste trabalho. Dois casos clássicos ilustram historicamente como o ofício se desenvolveu. Em épocas e contextos diferentes, nomes como Winston Churchill (1874-1965) e John Reed (1887-1920) simbolizaram o efeito do testemunho em nível internacional, com o uso, aliás, da primeira pessoa do singular.

Churchill, que no futuro seria o primeiro ministro da Inglaterra durante a Segunda Guerra^{xvii}, era ainda um repórter pouco conhecido, do *The Morning Post*, no final do século XIX. Em 1899, viajou para a África do Sul, à época ainda colônia inglesa, com dupla ocupação: integrante da Cavalaria Ligeira Sul-Africana e correspondente do já extinto jornal. A animosidade entre os chamados bôeres, colonos holandeses e franceses, e a Inglaterra provocou a Segunda Guerra dos Bôeres (1899-1902), para a qual Churchill foi escalado. Preso como inimigo, ele contou a incrível história de sua fuga, um relato jornalístico saboroso em que o protagonista é o próprio.

Após escapar engenhosamente da cela, Churchill deixou o presídio pelo portão principal andando naturalmente, com um quepe na cabeça, “passei pela sentinela a menos de cinco metros”. Contou que não sabia o que acontecera à guarda, “se estava olhando para mim ou não, eu não sei, pois não virei a cabeça. Mas após caminhar uns 100 metros sabia que o segundo obstáculo fora transposto. Eu estava solto em Pretória”.⁸⁷ Era preciso agora atravessar o país e vencer 500 quilômetros até o porto de Lourenço Marques (hoje Maputo), sob seguro domínio português.

⁸⁶ Ibidem.

⁸⁷ Churchill, 2008: 62.

Livre, Churchill buscou rapidamente a ferrovia e conseguiu embarcar, escondido, num vagão de cargas, enterrando-se entre “sacos macios cobertos de poeira de carvão”. Receoso do destino do trem, antes do amanhecer saltou do transporte para tomar água e buscar nova locomoção sob trilhos, dessa vez para o destino procurado. O plano era não andar de dia, apenas à noite, para não ser encontrado. Então, sob companhia indesejável de um abutre, passou mais de 14 horas à espera da lua, para prosseguir a fuga, e desabafou: “Tinha uma consolação: ninguém no mundo sabia onde eu estava – nem eu mesmo”.⁸⁸

Chegou à noite e, enfim, saiu do esconderijo a salvo do pássaro. Caminhou cerca de 30 quilômetros a pé, por mais de seis horas. A cansativa rotina repetiu-se por cinco dias, nos quais Churchill se manteve “obtendo comida com grande risco aqui e ali, repousando escondido de dia e só viajando de noite”.⁸⁹ Soube, posteriormente, que a essa altura já tinha sido constituída uma comissão especial para investigar o paradeiro do correspondente e militar inglês.

Finalmente no sexto dia identificou um trem para Lourenço Marques, o lugar da salvação. Chegando lá, Churchill rastejou para fora do trem, “cansado, imundo, faminto, mas livre mais uma vez”, após a última viagem, que detalhou assim:

O vagão onde me escondi ia carregado com grandes sacos de uma mercadoria mole, e descobri entre eles buracos e fendas pelas quais consegui enfiar-me até os mais recônditos recessos. O duro piso do vagão estava coberto de grossa poeira de carvão, e fazia uma cama muitíssimo desconfortável. O calor era quase sufocante. Mas eu estava decidido que nada me atrairia a sair do esconderijo até chegar em território português. Esperava que a viagem durasse 36 horas; arrastou-se por dois dias e meio. Eu mal me atrevia a dormir, por medo de roncar.⁹⁰

Churchill viveu a experiência de um sobrevivente da guerra, além de militar e correspondente. Foi preso, fugiu, lutou contra a sede e a fome, correu risco de ser devorado por animais ou encontrado pelos inimigos, sofreu com a falta de sono e o esgotamento físico. A condição de sobrevivente é a característica apontada pela pesquisadora Maria Madalena Rodrigues como uma das bases da escrita testemunhal, recuperando seu significado em latim: *testis*, “aquele que assiste como espectador”. Em nível mais profundo, há o *superstes*, que “não só testemunha, mas também aquele que sobrevive, que se salva”.⁹¹

⁸⁸ Idem: 64.

⁸⁹ Idem: 67.

⁹⁰ Idem: 69.

⁹¹ Rodrigues, 2006: 112.

Em sua tese de doutoramento, Rodrigues analisa as fronteiras narrativas em livros de ficção, história e testemunho^{xviii} e evidencia que há, em matéria de literatura de testemunho, duas vertentes mundiais. A primeira está ligada aos relatos de experiências de pessoas que escaparam com vida dos campos de concentração nazista, durante a Segunda Guerra Mundial. E a segunda, conhecida por *testemunio*, fundada no contexto latino-americano de ditaduras militares, com grave teor de denúncia e reportagem.

Longe de querer entrar no debate de testemunho enquanto literatura, trazemos aqui reflexões que permitem ampliar os horizontes do caráter testemunhal de textos jornalísticos, sobretudo da correspondência de guerra. Rodrigues faz uma defesa intransigente do valor do testemunho para a construção de uma narrativa, que o difere do texto histórico e aplica-se fortemente no contexto que temos focalizado, como no exemplo de Churchill:

Os relatos individuais abrem sulcos profundos na superfície generalizante e impessoal da história oficial, contando *estórias* que são também *histórias*. As narrativas individuais penetram as camadas profundas da experiência humana, em certo sentido, iluminam a história, fazendo brilhar o olho humano em meio à impessoalidade dos arquivos.⁹²

Sem a correspondência de guerra do repórter do *The Morning Post*, poucos saberiam da fragilidade das prisões bôeres na África do Sul, na virada entre os séculos XIX e XX. “A testemunha revela-se um arquivo vivo capaz de modificar a percepção que se tem da história”, avalia Rodrigues⁹³. Efeito mais determinante tiveram os “relatos individuais” do correspondente de guerra John Reed^{xix} durante a Revolução Russa de 1917, os quais permitiram abrir os “sulcos profundos” da “história oficial” ao penetrarem fundo no cotidiano das ruas no decorrer daqueles dias revolucionários na Rússia. Reed fez de sua “estória” a grande “história”, para ficar com os termos da pesquisadora.

Nascido nos Estados Unidos, Reed foi jornalista e militante político de esquerda. Esteve, como correspondente, também na Guerra Civil Mexicana (1913-1920) e na Primeira Guerra Mundial^{xx}. É autor de um dos maiores clássicos do jornalismo, *Dez Dias que Abalaram o Mundo* (1919), sobre a primeira revolução comunista do planeta, que transformou a czarista e agrária Rússia na potência socialista e industrial da URSS.

Correspondente do periódico comunista *The Masses*, para o qual chegou a enviar textos antes de o singelo veículo fechar as portas ainda em meados de 1917, Reed

⁹² Idem: 113-4.

⁹³ Idem: 115.

desembarcou em Petrogrado, Rússia, para acompanhar os desdobramentos do levante popular que derrubou o czar Nicolau II. A disputa estava estabelecida, pois o Governo Provisório, comandado por Alexander Kerênski (1881-1970), pregava uma transição gradual, enquanto os bolcheviques, liderados por Vladimir Lênin, defendiam a tomada imediata do poder.

Reed ficou na Rússia ao longo daquele histórico ano, 1917, e acompanhou apaixonadamente a evolução das ações na então capital russa, em efervescente agitação. Presenciou, fascinado nas ruas, os soldados cantando vivas à revolução e lançando panfletos pelos ares. Esteve ao lado da tropa quando os primeiros soldados do Exército Vermelho invadiram e dominaram o Palácio de Inverno, sede tanto do governo czarista como do provisório. Pouco tempo após a tomada do Palácio, neste ingressou e viu os soldados saqueando os bens, “tapetes, cortinas, peças de linho, porcelana, pratos cristais... Um homem saiu correndo envolto com um relógio de bronze pendurado no ombro; outro encontrou uma pluma de avestruz, que enviou no chapéu”. Acompanhou também a revista a que oficiais do Exército Vermelho submeteram os próprios soldados, aos gritos de “Disciplina revolucionária. Propriedade do povo!”.⁹⁴

Porém, um dos instantes mais incríveis dessa história foi um detalhe que Reed não deixou escapular. Ele testemunhou o cenário da última reunião de ministros do Governo Provisório, na vã tentativa de evitar a vitória dos bolcheviques nas ruas:

Penetramos por fim na câmara de ouro e malacacheta [*um mineral*] com cortinados de brocado, onde o Ministério esteve em sessão o dia todo e a noite [...]. A longa mesa, coberta de baeta verde, se achava exatamente como eles a haviam deixado, presos. Diante de cada cadeira viam-se caneta, tinta e papel; os papéis escritos com indícios de planos de ação, toscos rascunhos de proclamações e manifestos. A maioria fora riscada, pois a inutilidade deles tornara-se evidente, e o resto da folha coberta de desenhos geométricos distraídos, enquanto os autores se sentavam melancólicos ouvindo um ministro após outro propor planos quiméricos. Peguei uma dessas páginas com a letra de Konovalov, que dizia: ‘O Governo Provisório apela a todas as classes que apoiem o Governo Provisório’.⁹⁵

O relato de Reed tem a essência e a plenitude do caráter testemunhal no texto, fazendo “brilhar o olho humano em meio à impessoalidade dos arquivos”. Alguém que esteve na Rússia, em 1917, remeteu material jornalístico para um jornal nos Estados Unidos e registrou, posteriormente, isso em livro tem sua importância histórica relacionada ao imediatismo dos escritos. *Dez Dias que Abalaram o Mundo* foi

⁹⁴ Reed, 2002a: 201-2.

⁹⁵ Ibidem.

publicado em 1919, menos de dois anos após a Revolução Russa, quando o mundo ainda refletia sobre o que havia acontecido ali. O testemunho, nesse caso, dá um subsídio inquestionável ao público, aproxima um acontecimento distante, do outro lado do globo, da população estadunidense, leitora final de seus escritos, numa época em que a sociedade da informação era impensável, sem telefone, tampouco televisão. Rodrigues observa que, em geral, os textos testemunhais estão centrados na experiência do narrador. “A assunção da primeira pessoa como lugar de elocução do sujeito contribui para estabelecer uma relação própria entre autor e leitor”⁹⁶, pondera.

Essa relação própria é fundamental, pois a correspondência de guerra, como registro testemunhal, traz à luz um cenário ‘inusitado’ ao público, o qual ele pouco conhece: situações extremas de dor e sofrimento em localidades muitas vezes remotas. “São histórias radicalmente estranhas ao repertório de quem ouve”, acrescenta Rodrigues. “O narrador e seu relato são inexoravelmente lançados à categoria do estranho”⁹⁷.

Como bem lembra Cunha, ao citar Benveniste: se um diz que viu e outro que ouviu dizer, acredite no que viu⁹⁸. Reed viu o levante popular de perto e sobreviveu a diversas situações adversas, o que o aproxima a quem lê seu texto, pois se o autor viveu aquilo qualquer cidadão poderia viver também. Uma das situações limites, de risco de morte, aconteceu quando, com a vitória dos bolcheviques já sendo comemorada nas ruas, Reed foi quase fuzilado por um par de soldados numa estrada a caminho da cidade de Tsarkoye Selo.

De carona numa ambulância, Reed e os demais passageiros foram parados pelas sentinelas, portando fuzis, e obrigados a exhibir os documentos. Como os de correspondente eram diferentes, “expedidos pelo Estado-Maior Revolucionário do Smolni”^{xxi}, ele foi interceptado, sendo o veículo liberado para seguir viagem.

Os soldados trocaram ideias baixinhas e em seguida colocaram-me contra um muro. Logo percebi o que iria acontecer: eles vão me matar! Olhei para os lados. Não se via viva alma em nenhuma direção. O único sinal de vida era a fumaça proveniente de uma dacha, um casebre de madeira, a cerca de um quilômetro e meio adiante. Os soldados já se afastavam da estrada para tomar distância. Desesperado, corri até eles.⁹⁹

⁹⁶ Rodrigues, 2006: 118.

⁹⁷ Idem: 133.

⁹⁸ Cunha, 2011a.

⁹⁹ Reed, 2002a: 160-2.

Suplicando, Reed deu explicações e convenceu os soldados a caminhar até aquela casa para resolver a questão, uma vez que os militares assumiram ser analfabetos e desconhecer o que estava escrito no documento. Chegando a dacha, a moradora, “hesitante”, leu o papel em voz alta e em russo: “O portador deste passe, John Reed, é representante da social-democracia norte-americana, um internacionalista...”. A leitura fez que Reed ganhasse tempo e fosse permitida, sem fuzilamento, sua ida até Tsarkoye Selo. Os soldados, ainda desconfiados, entregaram Reed rendido ao presidente do Comitê do Quartel de Fuzileiros da cidade. Ele deu as boas-vindas ao olhar a papelada oficial e “o clima apreensivo deu lugar à euforia geral. Todos queriam apertar minha mão”.¹⁰⁰

O caráter testemunhal da correspondência apresenta, pelo menos, uma diferença clara entre o testemunho originário na Segunda Guerra Mundial e os relativos aos regimes autoritários da América Latina. Enquanto nestes o cidadão passa forçosamente por tais experiências e conta o que vivenciou como sobrevivente, o repórter enviado para teatro das operações coloca-se na situação por livre e espontânea vontade. Uma vez convidado pelo veículo de comunicação, do qual é contratado, tem a alternativa de recusar ao chamado, avaliando os riscos da empreitada.

A disposição voluntária, no entanto, altera pouco a classificação de testemunha como sobrevivente – nesse caso, correspondente de guerra –, pois este também passa por situações de trauma e dor. Recuperando o pensamento do psicanalista Sigmund Freud, Rodrigues elenca três palavras – angústia, medo e susto – que, embora tratadas como sinônimos, são distintas e importantes para avaliar o impacto da guerra na percepção de uma pessoa. Ao entendermos o significado da trinca de palavras, podemos hierarquizar o nível de trauma vivido por um sobrevivente.

A angústia descreve um estado de espera e preparação para o perigo, mesmo que seja desconhecido. O medo diferencia-se pela existência de uma motivação definida, uma causa de temor conhecida. O susto ‘é o nome que damos ao estado em que alguém fica, quando entrou em perigo sem estar preparado para ele, e tem sua ênfase no fator surpresa’. A angústia prepara o sujeito e protege-o contra as neuroses dos sustos ou horror, que se inserem na ordem do perigo. O susto, ou, mais propriamente, o horror, não é antecedido de preparação. É súbito e motiva o trauma.¹⁰¹

Em síntese, Rodrigues busca explicar as características do texto testemunhal:

É o relato de alguém que sofreu intensamente, em latim, o *martyr*, derivado do grego, ou *mártir*, que também significa testemunha. Ele

¹⁰⁰ Ibidem.

¹⁰¹ Rodrigues, 2006: 125.

é, em pessoa, a prova do martírio, do grego *martyrion*, isto é, testemunho e prova. O autor do testemunho quer resgatar a verdade, falar do que ‘de fato ocorreu’.¹⁰²

Marques de Melo defende, pelo que estudamos até aqui, que todo e qualquer relato deve ter a sua classificação de gênero definido segundo a intencionalidade do texto. Se for assim, entendemos que a correspondência de guerra, antes de querer apresentar, argumentar, analisar ou emocionar, quer testemunhar. É condição para sua própria existência testemunhar plenamente o palco da guerra, na retaguarda, no *front*, na sala de imprensa ou onde quer que seja. Tem que ouvir, ver, cheirar, sentir...

Após essa fase de ‘vivência’, o correspondente de guerra, a depender de seu estilo, pode confeccionar uma narrativa que esteja enquadrada em qualquer um dos formatos de gênero do jornalismo cunhados por Marques de Melo. Um, em especial, tem recebido pouca atenção nos estudos da comunicação, mas tem presença antiga e permanente na correspondência, embora não tenha sido lembrado nenhuma vez nas tipologias vistas até agora: o diário.

3.4. A estratégia textual do diário na correspondência

O formato de gênero diário tem sido usado em relatos de diferentes áreas de conhecimento. Tradicionalmente, na etnografia e na literatura. Neste trabalho, usamos o diário como uma ferramenta auxiliar de registro do andamento de nossa pesquisa, principalmente na fase de redação (ver **capítulo 1**).

Em artigo sobre procedimentos metodológicos em projetos de pesquisa qualitativa, Cunha afirma que o diário é um importante “instrumento metodológico”. Cita o estudioso Bronislaw Malinowski, que, em suas pesquisas antropológicas avançadas, teve no formato diário a ferramenta para registrar a vida cotidiana dos nativos das ilhas Trobiand, na Nova Guiné. O diário, explica Cunha, foi apontado como necessário “para tratar o que ele [*Malinowski*] chamou de ‘imponderável da vida concreta’, isto é, os diferentes comportamentos do grupo em estudo”.¹⁰³

No Brasil, a pesquisadora chama a atenção para os trabalhos de etnologia indígena feitos por antropólogos, viajantes e missionários, registrados em diário. Em especial, o do antropólogo Darcy Ribeiro, autor de *Diários Índios* (1996). Entre 1949 e 1951, relembra Cunha, Ribeiro realizou expedições a aldeias indígenas, na fronteira entre os estados do Pará e Maranhão, a fim de anotar “o que via, o que acontecia e o que

¹⁰² Idem: 119.

¹⁰³ Cunha, 1997-1999: 73.

os índios diziam”.¹⁰⁴ O curioso é que, no diário de Ribeiro, não era somente o autor que escrevia. Embora os índios estivessem alheios a qualquer prática de letramento, de tanto observarem Ribeiro a minutar em grossos blocos de capa dura, também se puseram a participar diretamente dos diários. “Observando minha escrevinhação sem fim, eles pediam o caderno, sentavam-se, como eu, e rabiscavam arabescos sobre a pauta”¹⁰⁵, conta Ribeiro. Aqueles diários foram publicados tardiamente, em 1996, e saíram com a colaboração dos sujeitos pesquisados.

Em relação às pesquisas educacionais, Cunha cita o trabalho de Katheleen Bailey, que utilizou a redação de diários individuais como forma de autorreflexão dos professores.¹⁰⁶ A estratégia possibilitou a descoberta de duas questões centrais a serem enfrentadas para a melhoria da qualidade do ensino em sala – competitividade e ansiedade –, “que poderiam ter sido negligenciadas nas observações tradicionais de aula”. Bailey apresentou o diário enquanto relato de “registros simples e regulares em um jornal pessoal”.¹⁰⁷

Já J. Richards e C. Lockhart avaliam que há dois propósitos para o uso do diário como ferramenta de pesquisa educacional: “Anotar eventos e ideias para reflexão posterior e escrever para provocar a reflexão sobre o ensino/aprendizagem em questão”.¹⁰⁸ Em outras palavras, para a dupla de autores, o diário na educação serve para armazenar pensamentos imediatos e para, em escrevendo, buscar a inspiração para pensamentos que ainda não vieram à tona.

Após recuperar historicamente o uso do diário em pesquisas científicas, Cunha expõe o trabalho realizado^{xxii} com alunos de graduação em Letras, entre 1992 e 1997, que mantiveram a redação de um diário, quando lecionaram o Curso Básico de Português para Estrangeiros. Após análise dos resultados, verifica que os diários tinham finalidades distintas a cada professor/aluno, destacando-se nove usos:

- (1) Registrar o conteúdo ensinado;
- (2) descrever eventos ocorridos em sala de aula;
- (3) descrever as reações dos alunos aos eventos de sala de aula;
- (4) expressar as próprias reações aos eventos de sala de aula;
- (5) interpretar os eventos de sala de aula;
- (6) registrar a avaliação (objetiva ou subjetiva) dos alunos;
- (7) anotar propósitos para futuras ações;
- (8) registrar estratégias de aprendizagem usadas pelos alunos; e

¹⁰⁴ Idem: 74.

¹⁰⁵ Ribeiro *apud* Cunha, 1997-1999: 74.

¹⁰⁶ Cunha, 1997-1999: 75.

¹⁰⁷ Bailey *apud* Cunha, 1997-1999: 75.

¹⁰⁸ Richards; Lockhart *apud* Cunha, 1997-1999: 75.

(9) registrar autorreflexões sobre o próprio processo de ensino/aprendizagem no qual o orientando está inserido.¹⁰⁹

Interessante notar que, pelo resultado do estudo, o diário serve para descrever, interpretar, anotar e, principalmente, registrar os acontecimentos corriqueiros que se desenvolvem ao redor de quem escreve.

No campo da literatura, a pesquisadora Keila Mara Sant'ana Málaque sublinha as características do que ela denomina “gênero diarístico”, ao eleger como objeto de estudo o livro *O Amanuense Belmiro* (1937), de Cyro dos Santos. O romance é narrado ora como memória, ora como diário, segundo Málaque, e versa sobre a história de Belmiro, um cidadão solteiro aos 38 anos de idade, que se põe a escrever a mão (daí, o nome amanuense) sobre aflições e pensamentos internos, ficando ausente do que se passa no mundo exterior.¹¹⁰

A transição de memória para diário, em *O Amanuense Belmiro*, é marcada quando “os dados do presente vão dominando os do passado”, o que contribui para a definição de uma característica intrínseca ao diário: retratar os acontecimentos do tempo presente. “Enquanto o memorialista é capaz de ver a vida como um todo, o diarista apenas transmite o seu dia-a-dia”, compara.¹¹¹

No entanto, embora aborde o agora, Málaque avalia que o diarista nunca “termina sua obra”, sempre permanecendo “inconclusa”, pois os dias vão seguir e o relato diarístico também precisa continuar, sendo, “todo tempo, um texto em transformação”. Mas, revendo Paul Ricouer, ela enfatiza que um autor, ao optar por um tipo textual infundável, age propositalmente, uma vez que considera a situação relatada também “insolúvel”, “interminável”. Sendo assim, o segundo atributo desse formato seria o “caráter de fragmento”, advindo da “incapacidade de se perceber a realidade como um todo, mesmo que o fragmentário ligue-se a uma busca da totalização”.¹¹²

Sobre a estrutura textual, a pesquisadora da Universidade Estadual Paulista (Unesp) sustenta que o diário é caracterizado pela liberdade plena na escritura, sem regras fixas. E desfaz o senso comum segundo o qual o diário deve, obrigatoriamente, obedecer à lógica cronológica formal: de sete dias na semana, 30 dias no mês ou 365 dias no ano. Como condição genérica, o que interessa é o que abrange, isoladamente, aquele dia a ser contado.

¹⁰⁹ Cunha, 1997-1999: 78-81.

¹¹⁰ Málaque, 2011.

¹¹¹ Ibidem.

¹¹² Ibidem.

O diário não tem obrigação de continuidade. O diarista pode fazer interrupções e, como escrita do dia-a-dia, tem a liberdade de escrever o que quiser na ordem em que desejar. Não precisa se preocupar com a coerência de um enredo ou com a lógica da narrativa.¹¹³

Ao levantar esses três elementos – narração em tempo presente, caráter fragmentário e liberdade estrutural –, Málaque afirma que o diário está apropriado aos padrões das narrativas modernas, que também gozariam de tais predicados. Veremos, no **próximo capítulo**, como a correspondência de guerra no Brasil está baseada no uso do diário para se constituir enquanto ofício do jornalismo, desde sua origem, com Taunay e Da Cunha. Se é comparável aos tempos modernos, o diário é uma estratégia textual permanente da correspondência brasileira, do fim do século XIX ao começo do XXI.

Málaque retorna à dualidade entre o memorialista e o diarista, este tachado de “não ter obtido êxito na condução de sua vida”, um “sofredor, [*que*] vive sob o signo da impotência”, enquanto aquele é considerado “vencedor”. Na análise, não há maiores detalhes sobre essas percepções. Inferimos que quem escreve memórias escolhe o que vai contar, não precisa forçar a mente para recordar os momentos mais iluminados e gloriosos, enquanto que, ao relatar o dia-a-dia, o diarista apresenta um pouco de tudo, muito de corriqueiro, comum e, por vezes, banal. Daí o “sentimento de inferioridade que persegue o diarista” e a compreensão, aparente, de um “gênero mais fácil, apropriado para iniciantes”.¹¹⁴

Se nas pesquisas educacionais o diário contribui para o autoconhecimento das práticas desenvolvidas em sala de aula, na literatura está frequentemente voltado ao autor – num “mergulho na subjetividade” –, à “autoanálise, à reflexão com vistas à autoconsciência”¹¹⁵. O diário seria um espaço para, de acordo com os verbos empregados por Cunha, “expressar as próprias reações”, “interpretar os eventos”, “anotar os propósitos” e “registrar autorreflexões”.¹¹⁶

Na correspondência, o diário pode ser elaborado e divulgado de duas maneiras: publicação do material bruto das anotações feitas no calor da hora, que geralmente acontece quando o repórter morre e seus diários vêm a público; e publicação da correspondência, após retrabalho e edição do repórter e/ou do veículo de comunicação, servindo os escritos brutos como instrumento de registro dos fatos a serem publicados ou não no formato diário.

¹¹³ Ibidem.

¹¹⁴ Ibidem.

¹¹⁵ Ibidem.

¹¹⁶ Cunha, 1997-1999: 78-81.

O mais comum e popular diário de nosso tempo não está relacionado a nenhum dos exemplos já abordados até aqui. Aquele diário guardado a sete chaves, com cadeado, que a cada ano merecia um livro novo, este, sim, é o diário mais disseminado, embora tenha sido reformatado com o advento da internet. Na sociedade da informação, o diário, guardado em casa e escrito a mão, foi substituído por ferramentas online. Blogs e *twitters*, por exemplo, podem (mas não sempre, evidentemente) funcionar como espécies de diários, de registros instantâneos, de minuto a minuto. Porém, o que o antigo tinha de íntimo, privado e individual transforma-se em aberto e público.

Um e outro também preservam características dos diários usados em áreas científicas do conhecimento, com o efeito de “anotar eventos e ideias para reflexão posterior”¹¹⁷. No diário de papel, guardam-se bilhetes escritos no dia, embalagens de chocolates saboreados e outras marcas simbólicas daquelas 24 horas. No diário online, disponibilizam-se fotografias, vídeos e músicas que serão lembrados como alegorias determinantes para fatos ocorridos.

Afinal, após refletir sobre o uso do diário em diferentes campos, como se dá esse uso no jornalismo de guerra, mais especificamente na correspondência?

Cunha ingressa no debate e reconhece que o diário, “embora muito usado na correspondência de guerra, ainda tem sido pouco estudado na teoria do jornalismo”. Para tal, detém-se à análise de dois clássicos da correspondência: o estadunidense Richard Tregaskis, enviado pela agência de notícias *International News Service* para a Segunda Guerra Mundial, e o brasileiro José Hamilton Ribeiro, que cobriu a Guerra do Vietnã para a revista *Realidade*.¹¹⁸

É hora de revermos a importância do diário, pois seu esquecimento está ligado à tradição do formato como relato testemunhal unicamente da literatura. E já observamos que a educação e a antropologia, por exemplo, superaram esse estágio e investem esforços nas pesquisas desse tipo de texto.

Desde a virada do século tem havido um interesse acadêmico cada vez maior por diários, memórias e cartas, três gêneros textuais outrora ignorados. Novos estudos mostram que esses gêneros textuais revelam a intimidade de atitudes e sentimentos que dificilmente se tornariam conhecidos em documentos públicos.¹¹⁹

Cunha explica que o diário é uma oportuna estratégia textual para a correspondência de guerra, visto que, diante da complexidade de um conflito armado,

¹¹⁷ Richards; Lockhart *apud* Cunha, 1997-1999: 75.

¹¹⁸ Cunha, 2011a.

¹¹⁹ *Ibidem*.

ele permite um relato que inclua os “dramas e sofrimentos”. No diário cabe o objetivo, estatísticas e informações puras, mas também o subjetivo, o “emocional do indivíduo”.

A ‘leitura do mundo’ da guerra vivenciada pelo jornalista exige-lhe a capacidade de narrar não só atos, mas também sentimentos e emoções. Nesse sentido, o diário é um dos gêneros textuais narrativos que oportuniza grandes revelações sobre o mundo da guerra – em ações e em reflexões. Por suas características específicas, ele situa o jornalista não só nesse mundo da guerra, mas com esse mundo da guerra.¹²⁰

Didaticamente, Cunha enumera sete características principais do diário, algumas coincidem com autores já referidos¹²¹:

- 1) “Sequenciamento no registro dos fatos narrados”. Como também abordado por Málaque, o diário não segue obrigatoriamente a cronologia formal de anotações diárias, mas tem na “datação do texto” um de seus principais elementos.
- 2) “Temporalidade presente”. Também já discutido, “o diário trata de fatos *ainda* presentes, ao contrário das memórias que lidam necessariamente com o passado”.
- 3) “Armazenamento da matéria bruta”. Cunha defende que o “texto do diário, diferentemente das memórias, não é retrabalhado e polido”. Isso obviamente ocorre desse modo quando o diário é um instrumento para recolhimento de material no *front*. Em sua publicação como livro, por exemplo, mesmo mantendo o formato diarístico, o texto é geralmente editado.
- 4) “Sobreposição da autoria com a narração”. “O próprio autor do diário é o narrador”, o que intensifica o caráter subjetivo da correspondência.
- 5) “Caráter testemunhal”. Nesta dissertação, dedicamos uma **seção** – a **3.3.** – a essa característica, pois “o autor [*do diário*] narra fatos, eventos ou cenas em que ele próprio foi participante ou observador”.
- 6) “Subjetividade no narrar”. Málaque propõe a liberdade textual da estrutura do diário e Cunha, na mesma linha, considera que “o diário permite uma forma de narrar criativa e individualizada, que pode extravasar estados de ânimo, emoções, ou mesmo expectativas por parte do narrador”.
- 7) “Abordagem de temas diversos”. A perspectiva de ser subjetivo no narrar não significa absolutamente que o diário esteja restrito ao “espaço íntimo de seu autor”. O diário “pode abordar temas de interesse social, político e/ou histórico”, como já mencionado noutra oportunidade.

¹²⁰ Ibidem.

¹²¹ Ibidem.

Em *Diário de Guadalcanal*, citado por Cunha, Tregaskis publica o diário que escreveu sobre o primeiro combate em terra dos Estados Unidos, durante a Segunda Guerra Mundial, após o ataque japonês à base de Pearl Harbor (1941). As características desse formato de gênero marcaram o relato do correspondente como um dos mais lembrados pelos pesquisadores interessados no tema. Historiador de formação, Tregaskis era um “questionador inteligente” e “um tomador de notas escrupuloso”, trazendo “para o jornalismo um treino meticuloso na documentação dos fatos”.¹²²

O diário de Tregaskis foi escrito durante dois meses, de 26 de julho a 26 de setembro de 1942, e apresenta a marca eletrizante da ação, sempre cronometrada, com a subjetividade e a sobreposição entre autor e narrador, que o diário permite. Por exemplo, como quando chega a terra, junto às tropas estadunidenses, para tomar de assalto Guadalcanal.

Sexta-feira, 6 de agosto [*de 1942*]. [...] Nossa barragem naval, que deveria abrir caminho para o desembarque, havia começado. Olhei para o relógio. Eram 6h14. Dois minutos depois um cruzador na popa e a estibordo começou a disparar. [...] Às 6h17, finas linhas retas de balas traçantes, um feixe delas, desabaram em direção à orla, e simultaneamente ouvimos o ruído de motores de avião. Sabíamos que eram nossos aviões metralhando [...] Às 6h19, outro cruzador, exatamente na nossa frente, começou a disparar. [...] Às 6h28, notei uma brilhante mancha branca de fogo na água à frente e olhei fascinado, perguntando-me o que era, enquanto ela se abria numa folha espriada de chama vermelha. Os aviões deslocavam-se para frente e para trás como moscas sobre a mancha. ‘É um navio japonês’ – disse o oficial do navio próximo a mim. Seus binóculos miravam diretamente as chamas. ‘Eles estavam metralhando’. [...] Às 8h06, um anteparo protetor formado por aviões de caça surgiu e sobrevoou baixo a frota de transportes. Voavam de um lado para o outro acima dos barcos, tecendo uma rede protetora no céu. [...] Às 8h34, o timoneiro da Marinha girou nosso barco e nos dirigimos para a orla. [...] Às 9h02, nosso barco movia-se para a praia a todo o vapor, quando a fileira de cruzadores e contratorpedeiros à frente de nós começou um terrível bombardeio da orla.¹²³

Cunha considera a subjetividade e o testemunho como os dois elementos centrais da narrativa de Tregaskis, o que fez seu diário ganhar “grande valor histórico”. “Com a percepção de jornalista e o discernimento de historiador, Tregaskis entendeu a importância do que presenciaria e, em seu diário, narrou com detalhes”, afirma a pesquisadora.¹²⁴ Esses detalhes somente foram narrados porque o repórter lá esteve observando e anotando. Cunha acrescenta:

¹²² Ibidem.

¹²³ Tregaskis *apud* Cunha, 2011a.

¹²⁴ Cunha, 2011a.

Ora, a presença do autor como narrador no diário é uma das características desse gênero textual. O diário além de admitir que o narrador-autor descreva os fatos como participante ou observador, serve para que suas reflexões sobre esses fatos sejam apresentadas.¹²⁵

O outro caso analisado por Cunha¹²⁶ é o de Hamilton Ribeiro, enviado para cobrir 40 dias da Guerra do Vietnã para a revista *Realidade*, em 1968. Sua narrativa mostra como o aspecto dramático pode ser elevado ao extremo, quando se lança mão do diário como formato de gênero. O diário de Ribeiro foi parcialmente publicado em maio daquele ano com a reportagem *Eu Estive na Guerra*. No mês seguinte, junho, a segunda reportagem, *Guerra é Assim*. O relato ampliado e revisado de ambas as narrativas está no livro *O Gosto da Guerra* (2005).

A narrativa de Ribeiro começa com um sonoro “Vinte de março. Meu último dia na guerra”, em referência à data que, embora seja a derradeira, marcaria toda a história – e até a vida do autor – que os leitores acompanhariam em *Realidade*.¹²⁷ Ao precisar o tempo, já na primeira linha, o correspondente valorizou o aspecto diarístico de seu relato. Ele chegou ao Vietnã em meados de fevereiro de 1968 e cobriu o teatro da guerra até a operação de reconhecimento num local chamado de Estrada sem Alegria, precisamente o último em que ficaria no país.

O que se viu no diário, no entanto, não foi a cobertura dos 40 dias anteriores – em verdade esta somente apareceu na edição de junho da revista. O destaque, o que ganharia a foto e a reportagem de capa da edição de maio, seria a experiência vivida naquele dia e dali em diante. Em 20 de março, Ribeiro estava, ao lado do fotógrafo *freelancer* de *Realidade*, Kêi Shimamoto, acompanhando a exploração estadunidense à Estrada sem Alegria, em território predominantemente minado. Eis o arrepiante relato de Ribeiro:

Ouçõ uma explosão fantástica. É um tuimmm interminável que me atravessa os ouvidos de um para o outro lado, dá-me uma sensação de grandiosidade. [...]

Um segundo após me senti no chão, sentado. A cortina de fumaça se esgarçou e vi aproximar-se de mim Shimamoto, o fotógrafo japonês. Pergunto-lhe:

– Shima, você está bem?

Sem responder, ele continuou caminhando para mim. Foi aí que senti a perna esquerda. Os músculos repuxavam para a coxa com tal intensidade que eu não me equilibrava sentado. Para não cair, rodopiava sobre mim mesmo, em círculos e aos saltos. Instintivamente, levei as duas mãos para ‘acalmar’ a minha perna

¹²⁵ Ibidem.

¹²⁶ Ibidem.

¹²⁷ Ribeiro, 1968: 26.

esquerda, e foi então que a via em pedaços. A calça no lado esquerdo tinha desaparecido. A visão foi terrível. O sangue brotava como de torneiras. Depois do joelho, a perna se abria em tiras, e um pedaço largo de pele, retorcido, estava no chão. Olhei em volta e não achei meu pé. Fiz um balanço rápido da situação, senti a cabeça muito quente e um fio de sangue no rosto. A perna direita, empapada de sangue, parecia ferida, mas estava com a perna da calça e com a bota – senti certo alívio. A mão direita, muito queimada, minava sangue. Não sentia absolutamente nenhuma dor. O que mais incomodava era o incrível retesamento dos músculos da perna esquerda. [...] De repente, ganhando espaço, devagar mas implacável, veio a dor. Uma dor aguda, sufocante, que me fazia suar aos borbotões.¹²⁸

Ribeiro pisou numa mina terrestre que lhe levaria a amputar parte da perna esquerda e a realizar uma verdadeira peregrinação por acampamentos, postos médicos e hospitais do Vietnã, passando pelo Japão, até a iminente internação nos Estados Unidos, no dia 4 de abril de 1968. Foram 16 dias de sofrimento, detalhados em seu diário, sendo o correspondente, a um só tempo, narrador e autor, além de protagonista da história, como observa Cunha:

Ele [*Ribeiro*] não teria podido eliminar o repórter porque ele era o fato. Ribeiro escreveu um diário em que, menos do que narrar a ação, faz uma reflexão sobre a sua própria situação como ferido de guerra. Sem se vitimar, Ribeiro narra suas emoções e sentimentos. [...] O diário permitiu que, após a experiência social vivida pelo repórter na guerra, Ribeiro exprimisse sofrimento, revolta, decepção, frustração, tristeza – enfim toda uma gama de sentimentos e emoções que ele sentia jorrar, como o sangue que continuava a escorrer de sua perna.¹²⁹

O relato do dia 20 de março foi extenso, ocupou seis páginas e meia de *Realidade*, inclusive com uma foto estampada em página dupla, mostrando Ribeiro caído após a explosão da mina. Outra foto, de página única, exibia o helicóptero que o levaria, já ferido. A história do dia seguinte, 21, foi curta, possuía três parágrafos e seria construída a partir do Oitavo Hospital de Campo de Nha Trang.

Em sequência, então, os dias foram apresentados, com rápidas notas – nenhuma com mais de meia página – sobre o que se passou ao paciente-correspondente. Após a inscrição da data, sempre um subtítulo, aqui descrito pela ordem cronológica: “Estranhas canções”, “O homem da granada”, “Dor, morfina, náuseas”, “Agora, os olhos”, “A escuridão”, “Terceira operação”, “O médico amarelo”, “Chega o padre”, “Dor que não existe”, “Ainda o jejum”, “O menino baleado”, “Mais morfina”, “O ferido número 31.843”, “A grave doença do medo” e “Pra mim, acabou!”.

¹²⁸ Idem: 27-34.

¹²⁹ Cunha, 2011a.

Tanto em Tregaskis como em Ribeiro notamos que o formato de gênero diário é um instrumento poderoso usado, frequentemente, pelos correspondentes para retratar o ‘caos’ que é uma guerra. Por característica, foge ao relato puramente objetivo, no qual o autor e suas emoções seriam esquecidas. No diário, vale mais a localização espacial e temporal e o testemunho, que aproximam o leitor à história, configurando-se, ao mesmo tempo, como uma narrativa pessoal, pois conta o dia-a-dia do conflito armado a partir de quem o vivenciou de perto (o correspondente), e pública, na medida em que será veiculada ao leitor em paralelo ao desenvolvimento dos combates.

Cunha entende ser o diário de guerra o resultado de uma interação particular e universal, que tem texto e contexto, e não pode ser elaborado de modo alheio ao desenrolar das coisas ao seu redor.

O escrever um diário de guerra [...] não aliena o correspondente das questões e acontecimentos do meio social em que está imerso. As condições históricas e culturais que geram as anotações no diário marcam-no como produto do mundo que o gerou. É preciso ler esse mundo.¹³⁰

Embora seja forte a presença do diário na correspondência de guerra, na **seção 3.1.** deste trabalho, em que desenhamos o estado da arte da discussão de gênero do jornalismo, ao exibirmos a tipologia de diversos estudiosos do tema no Brasil, o formato de gênero não é citado uma vez sequer. Na **seção 3.2.**, por sua vez, na qual adotamos a classificação de Marques de Melo, destrinchando gênero a gênero, formato a formato, totalizando 5 gêneros e 29 formatos, o diário novamente é esquecido.

¹³⁰ Ibidem.

3.5. Notas do capítulo 3

^{vii} O título deste capítulo tem inspiração no artigo *Gêneros em Guerra. Estudo sobre a narrativa jornalística em conflitos armados*, de autoria da orientadora e do autor desta pesquisa, apresentado no VI Siget.

^{viii} Os demais grupos de pesquisa de jornalismo da Intercom são ‘História do Jornalismo’, ‘Jornalismo Impresso’, ‘Teoria do Jornalismo’ e ‘Telejornalismo’.

^{ix} Marques de Melo foi fundador e diretor do Departamento de Jornalismo e Editoração da Escola de Comunicações e Artes da USP, sócio-fundador e ex-presidente da Intercom e participou da criação do Laboratório de Estudos Avançados de Jornalismo da Universidade de Campinas (Unicamp). É autor de 25 livros e organizador de 73 coletâneas, tendo publicado diversos artigos em periódicos nacionais e internacionais.

^x Chaparro é português, radicado no Brasil desde 1961, e autor de livros sobre teoria do jornalismo. É professor aposentado da USP e já foi presidente da Intercom. Mantém no “ar” o blog www.oxisdaquestao.com.br.

^{xi} Embora Assis (2011b: 3) não aborde no **quadro 4**, reconhece que a evolução dos estudos de Marques de Melo compreende ainda uma unidade menor que o formato, o item “tipo” (exemplar, modelo). Exemplo: reportagem: reportagem-padrão; grande reportagem; reportagem investigativa etc.

^{xii} Cosson (2001:11) afirma que a expressão romance-reportagem aparece, pela primeira vez, “como o título de uma coleção publicada pela Editora Civilização Brasileira no final da primeira metade da década de 1970”. Alguns dos livros analisados pelo autor são: *O Caso Lou*, de Carlos Heitor Cony; *Lúcio Flávio, o Passageiro da Agonia*, de José Louzeiro; e *Reflexos do Baile*, de Antônio Callado.

^{xiii} Marques de Melo (1985: 92-3) enumera outros exemplos de periódicos opinativos do século XIX, escritos solitariamente por seus idealizadores: *Sentinelas*, de Cipriano Barata; *O Censo Maranhense*, de Garcia de Abranches; *O Carapuço*, do padre Lopes da Gama; *A Aurora Fluminense*, de Evaristo Veiga; *O Observador Constitucional*, de Líbero Badaró; e *Idade D’Ouro do Brasil*, de Gonçalo Vicente Portela e depois Inácio José de Macedo.

^{xiv} O *new journalism* é uma corrente do jornalismo que nasceu na década de 1960, nos Estados Unidos, pregando a soltura das amarras do texto jornalístico objetivo. Tem nos nomes de Gay Talese, Tom Wolfe e Truman Capote seus principais autores. Era aceito nesse estilo de jornalismo o uso de elementos narrativos da literatura (diálogos, construção cena a cena, riqueza de detalhes e pontos de vista particulares) para compor o relato jornalístico, embora a fidelidade ao fato fosse condição preponderante.

^{xv} No Brasil, o jornalismo literário é o *new journalism* nos tempos atuais. Aqui, nos anos 1960 e 1970, o *new journalism* ficou conhecido como novo jornalismo e teve suas principais expressões na revista *Realidade*, da editora Abril, e no *Jornal da Tarde*, do grupo *O Estado de S. Paulo*. O termo jornalismo literário foi popularizado pela coleção da editora Companhia das Letras denominada *Jornalismo Literário*, organizada pelo jornalista Matinas Suzuki. Em fevereiro de 2012, a coleção continha 29 livros de autores nacionais e internacionais, tais como: Joel Silveira, Zuenir Ventura, Antonio Callado, Gay Talese, Tom Wolfe e John Hersey.

^{xvi} Em português *Bao chi*, *bao chi* significa “somos jornalistas, somos jornalistas”.

^{xvii} Churchill recebeu o Prêmio Nobel de Literatura em 1953.

^{xviii} Rodrigues (2006), na tese de doutoramento, pesquisa três obras: *O Leitor*, de Bernhard Schlink; *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*, de Hannah Arendt; e *É isto um Homem?*, de Primo Levi.

^{xix} John Reed foi objeto de estudo do autor desta pesquisa para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), orientado pelo prof. dr. Paulo Paniago e defendido no Centro Universitário de Brasília (UniCeub), em 2006, cujo título é *Testemunho e Técnica no Jornalismo Literário: contribuição de John Reed*.

^{xx} Reed é autor de *México Rebelde* (1914), sobre a Revolução Mexicana, e *Guerra dos Bálcãs* (1916), sobre a Primeira Guerra.

^{xxi} Smolni era um palácio, localizado na cidade de Petrogrado, onde funcionava o QG dos bolcheviques.

^{xxii} O projeto Educação de professores/pesquisadores em Português como L2 é desenvolvido, desde 1990, pelo Programa de Ensino e Pesquisa em Português para Falantes de Outras Línguas (PEPPFOL) do Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução (LET) da Universidade de Brasília (UnB).

4. O diário na correspondência de guerra no Brasil

Vimos, no **capítulo 3**, a multiplicidade de gêneros e formatos de gênero do jornalismo e o uso, em particular, do recurso testemunhal e do diário como elementos frequentes da correspondência de guerra. Vamos agora passear historicamente pelas narrativas de guerras antigas, confeccionadas a partir de textos testemunhais, históricos e literários, que contribuíram para que, no início do século XIX, tivéssemos a primeira experiência de correspondência de guerra no mundo. No Brasil, isso aconteceria somente após a segunda metade do mesmo século.

Em seguida, dedicaremos espaço à contextualização e à análise da narrativa de guerra de duas figuras fundamentais para o desenvolvimento da correspondência no Brasil: Taunay, na cobertura da Guerra do Paraguai, e Da Cunha, na cobertura da Guerra de Canudos. Ambos narram os respectivos conflitos armados em diário.

4.1. As narrativas de guerra têm a mesma idade das guerras

A história da narrativa mundial de guerra vem de longe, tem a mesma idade das guerras. Afinal, como afirma o sociólogo Raymond Aron, referenciado na **introdução** deste trabalho, “os homens sempre se mataram”¹³¹ e, do mesmo modo, esses homens sempre se preocuparam em registrar tais matanças. Escritores, historiadores, ensaístas, memorialistas, enfim, uns sem-número de narradores, ao longo dos tempos, tiveram esse cuidado. Antes da Grécia antiga, porém, há pouca informação a respeito. Heródoto de Halicarnasso (484 a.C.-425 a.C.), considerado o pai da história ocidental, tem no clássico *História*, dividido em nove volumes, talvez o primeiro relato mundial de guerra. Ele descreveu a expansão militar do Império Persa, a conquista da Grécia e também as derrotas infligidas aos persas, tudo no século V a.C.

As civilizações medievais têm anotações ricas das guerras. Chegam a ser lendárias as histórias das Cruzadas (1096-1270) e do Cavalo de Tróia, na Guerra de Tróia (1300 a.C.-1200 a.C.) e de personagens como Alexandre, o Grande (356 a.C.-323 a.C.), e Júlio César (100 a.C.-44 a.C.). A Guerra do Peloponeso (431 a.C.-404 a.C.), entre as cidades gregas de Atenas e Esparta, seria documentada por Tucídides (460 a.C.-455 a.C.), testemunha dos combates, em *História da Guerra do Peloponeso*. O conflito

¹³¹ Aron, 1986: 219.

armado mais longo de que se tem notícia, até hoje, são as Guerras Romano-Persas (92 a.C.-627 d.C.).

No entanto, embora a China tenha inventado o papel ainda em 105 a.C., Werneck Sodré considera que a imprensa, como comunicação de massa, começa somente com a ascensão do capitalismo, e o acesso das massas à informação e ao avanço tecnológico, com a impressão em escala, em meados do século XVIII.¹³² Por essa razão, aliás, não poderíamos ter informação de qualquer correspondente de guerra nesses períodos remotos de nossa história.

Philip Knightley acentua que a história da correspondência de guerra, enquanto “esforço organizado [*de um veículo de comunicação*] para contar uma guerra à população civil da pátria empregando os serviços de um repórter civil”, surge na Inglaterra, no início do século XIX.¹³³ O jornal londrino *The Times*, já extinto, enviou o irlandês William Howard Russell (1820-1907) para a cobertura *in loco* da Guerra da Crimeia (1853-1856), composta por Grã-Bretanha, França e Turquia *versus* Rússia. Antes de Russell, assinala o autor de *A Primeira Vítima*, as experiências estavam pautadas na ‘contratação’ de militares diretamente envolvidos no conflito para, além de guerrear, enviar notícias aos jornais^{xxiii} – como aconteceu com Winston Churchill na cobertura da Segunda Guerra dos Bôeres, na África do Sul, na virada para o século XX, destacada na **seção 3.3**.

O ano era 1853 e a Rússia czarista preparava-se para converter parte da Europa em seu domínio, numa expansão imperialista. A Grã-Bretanha, a mais poderosa nação à época, reagiu em favor de manter seu comando junto aos países do continente. Estava conflagrada a Guerra da Crimeia, amplamente apoiada pelos cidadãos britânicos contrários ao autoritarismo do Czar. Knightley recupera os escritos de Mowbray Morris, diretor do *The Times*, então o mais influente periódico da Europa, sobre a decisão de enviar um repórter para a frente de batalha.

O público espera que tenhamos nossos próprios representantes. E como ele há muito está habituado a procurar no *The Times*... a verdade sobre todas as coisas, deixamos de corresponder a uma expectativa razoável, quando não oferecemos nada melhor do que matérias de outros jornais, embora autênticas.¹³⁴

Russel foi para a ilha de Malta, onde ficou por dois meses – fevereiro e março de 1854 – posicionado na retaguarda, até ali sem enviar material jornalístico. Quando

¹³² Sodré, 1999: 2-3.

¹³³ Knightley, 1978: 8.

¹³⁴ Idem: 9.

navegou ao lado das tropas para Gallipoli, na costa turca, a partir de 30 de março e, daí, por dois anos seguidamente, aconteceu o marco da correspondência de guerra: a publicação na imprensa do primeiro texto de um repórter enviado especificamente para uma batalha. “De lá, começou a enviar os despachos – sob a forma de cartas para [o editor do *The Times*, *John*] Delane – que o tornariam famoso”, informa Knightley.¹³⁵ A correspondência, então, inicia a sua história no formato de gênero carta.

A experiência de Russell na Guerra da Crimeia provocou uma reviravolta nas tropas britânicas, despreparadas para enfrentar a refrega, o que ocasionaria a substituição de todo o comando maior. O correspondente cobriu ainda inúmeras guerras, entre elas, a Guerra Civil Norte-Americana (1861-1865) e a Comuna de Paris (1871). Eis um trecho do calor de uma das cartas de Russell a Delane, publicada em 14 de novembro de 1854. A missiva dá conta da superioridade russa, que venceu um combate contra a cavalaria britânica com sangrentos disparos de canhões, em apenas 20 minutos:

Às onze e dez, nossa Brigada de Cavalaria avançou... Passou veloz e orgulhosamente, resplandecendo ao sol matinal com todo o orgulho e esplendor da guerra... À distância de 1.200 metros, toda a linha do inimigo vomitou, por trinta bocas de ferro, uma torrente de fumaça e chamas. O arremesso foi assinalado por lacunas imediatas em nossas fileiras, homens e cavalos mortos, corcéis fugindo feridos ou sem cavaleiros através da planície. [...] Nós os vimos cavalgar adiante e voltar, depois de romper uma coluna de russos e dispersá-los como farelo, quando o fogo de flanco das baterias sobre a colina os arrasou. Homens feridos e cavalarios desmontados que fugiam em nossa direção, contaram a triste história... Às onze e trinta minutos, nem um só soldado britânico, exceto os mortos e agonizantes, sobrara diante dos canhões moscovitas.¹³⁶

Russel, como ele próprio dizia, foi o “pai infeliz de uma tribo sem sorte”, pioneiro da correspondência de guerra ao redor do mundo.¹³⁷ Mas não se sabe ao certo quem foi o fundador do ofício no Brasil. Alguns pesquisadores apontam a cobertura da Guerra do Paraguai, como sendo a nossa Guerra da Crimeia para a correspondência, como veremos na **seção 4.3.3**. Seja quem for, Hamilton Ribeiro, quando questionado em discussões acadêmicas, defende, superficial e abstratamente, que não há tradição de correspondência de guerra entre os brasileiros por duas razões:

Eu respondo, sem blasonar muita serenidade, que jornalismo de guerra depende de no país haver guerra, e haver jornalismo. Por graça do destino, somos um país quase sem guerra, e quanto a jornalismo, não é também que tenhamos muito...¹³⁸

¹³⁵ Idem: 12.

¹³⁶ Russel *apud* Knightley, 1978: 7.

¹³⁷ Russel *apud* Knightley, 1978: 8.

¹³⁸ Ribeiro, 2005: 108.

De fato, a observação de Hamilton Ribeiro de que há pouco jornalismo por aqui pode ser explicada pela demora na edição do primeiro jornal brasileiro e, além disso, pela qualidade que deixava muito a desejar. Sodré cita a *Acta Diurna*, periódico dos antigos romanos, datado de 59 a.C., como uma espécie de primeiro jornal do planeta, porém de pouca tiragem e penetração, qualificando-a como “a transmissão de notícias nas tribos primitivas”.¹³⁹ Embora trate o início da imprensa a partir da Revolução Industrial, o historiador chama a atenção para o caso de o *The Times*, já em 1814, ter começado a rodar seus exemplares em máquinas a vapor.

Enquanto isso, o Brasil, ainda colônia de Portugal, inaugurou seu jornal apenas em 1º de junho de 1808, com o lançamento do *Correio Braziliense*. Em português, aquela folha era redigida, editada e impressa na Inglaterra, ingressando em terras brasileiras clandestinamente. “O *Correio* era uma brochura de mais de cem páginas, geralmente 140, de capa azul-escuro, mensal, doutrinário muito mais do que informativo”, registra Sodré.¹⁴⁰ Seu fundador, Hipólito da Costa, explica:

Resolvi lançar esta publicação na capital inglesa dada a dificuldade de publicar obras periódicas no Brasil, já pela censura prévia, já pelos perigos a que os redatores se exporiam, falando livremente das ações dos homens poderosos.¹⁴¹

Três meses mais tarde, em 10 de setembro de 1808, surgia o primeiro jornal impresso no Brasil, a *Gazeta do Rio de Janeiro*. Segundo Sodré, se a inserção do *Correio Braziliense* na imprensa daqui já é “discutível”, a *Gazeta* era denominada de “arremedo de jornal”: “Um pobre papel impresso, preocupado quase que tão-somente com o que se passava na Europa, de quatro páginas, poucas vezes mais, semanal de início, trissemanal depois”. Em realidade, um jornal oficial da Coroa Portuguesa no Brasil.¹⁴²

No entanto, quando Hamilton Ribeiro justifica a carência de correspondência pelo fato de o Brasil ser um “país quase sem guerra”, talvez a memória do jornalista tenha levado em conta a Constituição brasileira de 1988, que prevê em seu preâmbulo a “defesa da paz”, e não as páginas manchadas de sangue de nossa história. Aliás, a Carta Magna almeja tempos futuros de “paz” – a palavra é repetida 14 vezes. No capítulo dos *Princípios Fundamentais*, o artigo 4º estabelece que as relações internacionais do Brasil sejam regidas, entre outras, pela “não-intervenção” e pela “solução pacífica dos

¹³⁹ Sodré, 1999: 2-3.

¹⁴⁰ Idem: 22.

¹⁴¹ Costa *apud* Sodré, 1999: 20.

¹⁴² Sodré, 1999: 19-20.

conflitos”. Todavia, a bandeira branca evocada pelo texto constitucional não guarda relação direta com a formação e o desenvolvimento da nação brasileira, como veremos na **seção 4.2**.

Desse modo, a fim de contextualizar a análise ligeira de Hamilton Ribeiro, faz-se relevante recuperarmos um pouco os escritos sobre a história do Brasil desde a chegada dos dez navios e três caravelas portuguesas do capitão-mor Pedro Álvares Cabral ao litoral da Bahia, em 22 de abril de 1500^{xxiv}. Ao estudarmos a trajetória das narrativas sobre conflitos armados brasileiros, pinçando alguns aqui e acolá, destacamos, em especial, a variedade de formatos de gênero possíveis sobre a guerra, todos precursores da correspondência de guerra como conhecemos hoje. Correspondência que se desenvolveria mais adiante com o surgimento e a evolução dos jornais na segunda metade do século XIX.

4.2. Genealogia das narrativas brasileiras de guerra

Ao contrário do que afirma Hamilton Ribeiro, a história brasileira está profundamente marcada pelo derramamento de sangue. Destacamos, aqui, cinco momentos de nossa trajetória, do século XV ao XIX, para, primeiro, demonstrar que há, infelizmente, um passado repleto de lutas em território nacional e, segundo e mais importante, assinalar que tais combates foram contados por diferentes narradores que optaram por formatos de gênero diversos de acordo com seus propósitos.

Os relatos de conflitos armados no Brasil iniciam, certamente, pelas brigas entre indígenas, legítimos habitantes desta terra, antes mesmo da chegada dos portugueses. Não obstante, os registros daquela época ou se perderam ou, se permanecem, são reconstruções feitas *a posteriori*, através de estudos arqueológicos. A primeira narrativa oficial e em português sobre e no nosso território foi o escrito ao rei de Portugal, D. Manuel I (1495-1521), por Pero Vaz de Caminha (1450-1500). No documento^{xxv}, o escrivão tratou da recepção da esquadra de Cabral à nova terra.

A narrativa testemunhal de Caminha não fez registro de animosidades contra os recém-chegados. Ao contrário, descreveu os indígenas como a Adão, inocentes “com respeito ao pudor” e vivendo, nus e com a “vergonha” de fora, em um Éden. No entanto, o choque das civilizações já se desenhava quando Caminha descreveu os nativos como “gente bestial”, sem “crença” ou “idolatria”, mas ainda assim “mansos”. Na possibilidade de haver riqueza natural na nova terra, Caminha sugeriu que “(...) o

melhor fruto, que nela se pode fazer (...) será salvar esta gente” – o que lhe pareceu ser “a principal semente que Vossa Alteza em ela deve lançar”.¹⁴³

Os portugueses compreenderam, decerto, que a mensagem de Caminha ressaltando a necessidade de “salvar esta gente” deveria ser assim entendida: dizimar os povos de além-mar e extrair-lhes as riquezas. À medida que a cor avermelhada da seiva da madeira se valorizava no velho continente, a do sangue dos nativos escorria pelo novo continente, decaída.^{xxvi} Embora a ocupação exploratória tenha vitimado milhares de índios, são poucos os registros narrativos, uma vez que não era de interesse da metrópole denunciar o extermínio em sua própria colônia. Por outro lado, os desenhos pictóricos em objetos ou em construções artesanais e as pinturas nos corpos dos indígenas não foram entendidos como práticas de letramento durante muito tempo, ocasionando a perda de vários desses registros.

Consideramos, portanto, a primeira narrativa de guerra no Brasil a Carta de Caminha ao rei de Portugal. Em que pese não haver abordagem de lutas, reporta, no formato carta, os desdobramentos da expedição de Cabral, que tinha por objetivo explorar novas terras próximas à Índia e que, por acaso, encontrou o Brasil durante o percurso. Um relato privado – posteriormente tornado público – entre um escrivão e o rei, nos moldes das missivas de um repórter (Russell) ao seu editor (Delane), quatro séculos depois, responsável pela inauguração da correspondência de guerra.

Da chegada dos portugueses até o final do século XIX, uma série de conflitos raciais seriam vistos no Brasil, quando o País adota a escravidão como relação social produtiva.^{xxvii} Novamente – assim como os indígenas – os registros dos negros da época são raros, pois estes eram a parte absolutamente mais frágil e tinham nítidas dificuldades de linguagem em país estrangeiro. Há lacunas graves nas narrativas sobre as batalhas de campo entre colonizadores e escravos, quando da formação dos quilombos, comunidades autônomas formadas por negros fugitivos que resistiriam aos ataques de Portugal.

O mais emblemático dos quilombos foi o de Palmares, uma vasta área encravada na região mais rica da colônia entre as capitâncias de Pernambuco e Bahia, que chegou a possuir 30 mil habitantes. Os portugueses tiveram que armar mais de 7 mil soldados para a sua destruição. Há apontamentos suficientes, inclusive do historiador brasileiro Décio Freitas, para que a secular vida de Palmares (1602-1696) imortalizasse seu mais

¹⁴³ Caminha, 2010.

importante líder: Zumbi (1655-1695), como era popularmente conhecido. As expedições contra Palmares foram tantas e, todas de tal modo repelidas, que os portugueses começaram a se concentrar em entender como estavam sendo combatidos: por uma verdadeira tática de guerrilha ou, como prefere Freitas, pela “guerra do mato”. A estratégia foi abusar do uso de canhões, para combater à distância, e, fragilizando o inimigo, partir para a luta corpo-a-corpo. Os escravos rebelados não resistiram às batalhas no ano de 1696, pondo fim a uma das mais incríveis revoltas brasileiras, desenvolvida em pleno século XVII.

Meio século havia que os palmarinos suportavam o flagelo quase ininterrupto de uma guerra apenas atenuada por breves intervalos de paz. A tática de que vinham usando para enfrentar esta guerra impunha periódicos e por vezes frequentes deslocamentos da população não-combatente, o abandono das casas, das lavouras e das oficinas. Tática que, em uma palavra, condenava a população a um estado de perene sobressalto e terror. [...] Depois de haver por tanto tempo enganado e desorientado o adversário, a “guerra do mato” se convertera num segredo mais ou menos conhecido e provocava cada vez mais o aparecimento de táticas que a tornavam inoperante.¹⁴⁴

Para efeito deste trabalho, as reconstituições históricas, interpretativas de seus autores^{xxviii}, devem ser observadas com prudência no que se refere à correspondência de guerra, pois carecem de um elemento fundamental para o ofício: o caráter testemunhal. Vale lembrar, porém, que o relato da História é um dos textos mais recorrentes em se tratando de conflitos armados, entre outros motivos por ser infrequente um narrador que, a um só tempo, testemunhe a guerra e tenha perícia para contá-la a terceiros.

Outra refrega sanguinária em nosso país aconteceu em meados do século XVII, numa típica guerra: duas nações em conflito, no caso Portugal e Holanda, tendo como pano de fundo o Brasil. Os holandeses, com seu projeto da Companhia das Índias Ocidentais, pretendiam ocupar o Nordeste brasileiro e, assim, invadiram Salvador (1624-1625) e conquistaram Olinda e Recife (1630-1654). A Batalha dos Guararapes, que expulsou os holandeses de Pernambuco, é considerada o ponto de partida da organização militar brasileira. Na verdade, o histórico confronto teve duas batalhas decisivas no Monte Guararapes, em 19 de abril de 1648 e em 19 de fevereiro de 1649.

Provavelmente por isso Guararapes seja muito rica no imaginário popular e eternizada em livros, porque há variado material examinado e traduzido por historiadores, entre eles Evaldo Cabral de Mello, que resgataram as narrativas testemunhais da época. Foram correspondências oficiais e pessoais e diários de soldados

¹⁴⁴ Freitas, 1982: 175.

e viajantes que contavam, por si só, o que foi aquele encarniçado combate de espadas, escudos e lanças. Organizador do livro *O Brasil Holandês*, Mello dá destaque a esses documentos, ficando o próprio relato histórico interpretativo em segundo plano, aparecendo somente para contextualizar as ricas narrativas recuperadas. O autor sublinha que essas lutas são “seguramente do período mais bem documentado da história colonial do Brasil, tanto do ponto de vista do volume de fontes como da variedade dos seus gêneros”.¹⁴⁵

Um exemplo são as cartas, descobertas em arquivo particular, que o governador do Brasil holandês, João Maurício de Nassau-Siegen (1604-1679), escreveu ao seu país de origem, sobre a conquista parcial do Rio Grande do Norte e da Paraíba. Após relatos de manobras marítimas, Nassau, sempre evocando Deus, fez um balanço daquele bem-sucedido avanço:

Finalmente, proclamaremos como uma admirável obra de Deus que, durante quatro dias de combate entre as duas frotas, tendo havido tão vivo fogo na nossa, não houve mais de 22 mortos e de 82 feridos, além do capitão e dos 45 soldados que se submergiram.¹⁴⁶

Aqui, podemos notar mais uma vez o uso do formato carta para relatar eventos de guerra. O diário também foi fartamente usado pelos soldados portugueses e holandeses naquela escaramuça. Era uma narrativa, também privada, tornada pública somente anos mais tarde pelas mãos de historiadores preocupados em contar o que foi a Batalha dos Guararapes pelo ponto de vista de quem esteve lá, uma vez que os correspondentes ainda não existiam enquanto ofício formal – mas desempenhariam esse papel no futuro. Abaixo, um trecho do diário do militar alemão Ambrósio Richshoffer, integrante da Companhia das Índias Ocidentais, publicado em 1677, que narra a marcha holandesa sobre Olinda e Recife:

Depois de cada um [*soldado*] se encomendou a Deus na sua prece da manhã, as forças foram divididas em três corpos. [...] Encontramos a primeira e mais forte resistência, pois ali achavam-se para mais de 1.800 homens, a cavalo e a pé, atrás de um parapeito. Em consequência, travou-se uma violenta peleja, ficando ambos os lados muitos no terreno e não menos feridos. Após longo batalhar conseguimos expulsar os inimigos. [...] Desta forma conquistamos, com o auxílio de Deus, felizmente a cidade sem perdermos mais de sessenta homens, ainda que muitos centos ficassem feridos. O inimigo, porém, perdeu seguramente três ou quatro vezes esta cifra.¹⁴⁷

¹⁴⁵ Mello, 2010: 14.

¹⁴⁶ Nassau-Siegen *apud* Mello, 2010: 202.

¹⁴⁷ Richshoffer *apud* Mello: 2010: 59-60.

Durante o século XIX, o Brasil foi cenário também de diversos conflitos domésticos. Após a Proclamação da Independência, em 1822, sob o manto da Monarquia, o poder central mantinha uma política centralizadora, ignorando questões regionais prementes para a satisfação das províncias. A reação não poderia ser outra, de norte a sul do país: mais combates. A Revolta da Balaiada (Maranhão, 1838-1840) e a Guerra dos Farrapos (Rio Grande do Sul, 1836-1845), devido a duas interessantes narrativas testemunhais, merecem destaque neste trabalho.

No Maranhão, o movimento conhecido por Balaiada e formado por gente pobre e trabalhadora (artesãos, escravos e vaqueiros) lutava por melhores condições de vida e foi reprimido com violência, perseguição e morte pelo governo central. Os insurgentes chegaram a ocupar a província de Caixas, na fronteira entre o Maranhão e o Piauí. As lutas no sul do Maranhão possuem narrativas valiosas, entre elas as testemunhadas e pronunciadas por quem viu e participou dos acontecimentos, mas não registrou, como usualmente, em papel. É história contada verbalmente, puxando pela memória as lembranças.

Os estudos de memória oral daqueles que conviveram com testemunhas da Balaiada contribuem para recuperar parte dos episódios, carentes de narrativa testemunhal própria ou de correspondência de guerra. O historiador Mathias Röhrig Assunção, da Universidade de Essex, Inglaterra, vê nos levantes populares o predomínio historiográfico da versão das elites no decorrer do tempo. Por isso, são raras as narrativas, por exemplo, do massacre aos maranhenses – e mesmo dos indígenas e negros escravos. Pela memória oral^{xxix}, Assunção pesquisou a Balaiada e colheu depoimentos como o trágico relato de uma pessoa cuja mãe vivenciou o dia-a-dia dos revoltosos: “Mamãe contava que os soldados vinha e apanhava as crianças, jogava para cima e aparava na ponta do ferro” [*sic*].¹⁴⁸

A memória oral sobre guerras, no que se refere à discussão de gênero, guarda estreita relação com a correspondência de guerra. Ambas têm no recurso testemunhal uma fonte prioritária de informação. A memória oral consiste na fala de quem viu ou ouviu de quem viu o conflito de perto, num discurso memorialístico que se perde, caso não seja catalogado a tempo, pelo esquecimento ou morte de seus protagonistas.

Já a Guerra dos Farrapos tem no formato memória escrita uma peça narrativa importante que indica os desdobramentos daquela refrega. Na Província de São Pedro,

¹⁴⁸ Assunção, 1998.

os gaúchos defendiam a autonomia política em relação ao Império, pois se indignavam com os altos impostos sobre seus produtos vendidos em outras províncias, o que os deixava pouco competitivos em relação aos similares vindos de países vizinhos. Militares e fazendeiros descontentes fundaram a República Piratini, chefiada por Bento Gonçalves (1788-1847), tomando Porto Alegre e espalhando a revolta pela região. Contagiados pelos farroupilhas e ajudados pelo ‘herói de dois mundos’ – Itália e Brasil – Giuseppe Garibaldi (1807-1882) e sua companheira Anita (1821-1849), aderiram ao movimento, pregando por reformas sociais, inclusive a abolição da escravatura.

O livro *Memórias de Garibaldi*, tomado em depoimento pelo escritor francês Alexandre Dumas^{xxx}, ajuda a reconstituir parte da história da Guerra dos Farrapos, com a experiência de quem esteve lá. Baseado em conversas que manteve com Garibaldi e de porte do diário do ‘herói’, Dumas escreve, em primeira pessoa, as aventuras do combatente e traz à tona episódios até então desconhecidos, como a luta marítima entre os republicanos e os imperialistas para a conquista de Santa Catarina.

O combate foi infernal e ainda mais assassino do que se poderia ter previsto. Só não perdemos mais gente porque, como dizia, a maior parte das tripulações estava em terra. Porém, dos seis oficiais repartidos nos três navios, apenas eu sobrevivi. Todas as nossas peças de artilharia estavam demolidas, entretanto, mesmo com os nossos canhões destruídos, continuamos a combater com as carabinas. Não cessávamos os disparos enquanto o inimigo cruzava defronte à nossa artilharia. Anita, entretantes, permaneceu próxima a mim, no local mais perigoso, negando-se a descer de bordo e valer-se de qualquer proteção, sem nem sequer se agachar como o faz o mais valente dos homens ao ver aceso o rastilho do canhão inimigo.¹⁴⁹

Esse relato da Guerra Farroupilha é inusitado e difere dos demais até aqui abordados. Para escrevê-lo, Dumas testemunhou diversas conversas de Giuseppe Garibaldi, de quem era amigo, e fez leitura dos diários escritos pelo aventureiro. Ainda assim, construiu uma narrativa diversa, confiando nas informações de que dispunha, e arriscou-se a escrever pelo ‘herói’, como se ele mesmo o fosse. Um misto de texto memorialístico, diarístico e ficcional, mostrando, mais uma vez, a multiplicidade de gêneros e formatos capazes de retratar a guerra.

A rápida espiada pela nossa história aponta para o derramamento contínuo de sangue no Brasil, através de guerras e revoltas, contrariando a afirmação de Hamilton Ribeiro de um país “quase sem guerra”. Contudo, interessa aos objetivos desta pesquisa que as narrativas de guerra, até então, ou não estavam baseadas na intenção de seus

¹⁴⁹ Dumas, 2002: 105.

autores em informar publicamente, ou tinham pouco do caráter testemunhal para que o público tomasse conhecimento de maneira rápida e precisa do teatro de operações.

A Carta de Caminha, a correspondência oficial de Maurício de Nassau ou os relatos de memória oral capturados por Mathias Assunção são, todas, narrativas que, no decorrer dos respectivos conflitos, mantiveram-se esquecidas, sob conhecimento de poucos. As reconstituições históricas de Décio Freitas e as aventuras de Giuseppe Garibaldi contadas por Alexandre Dumas, embora escritas com a intenção de se tornarem públicas, têm pouco de caráter testemunhal no texto manifesto, sendo lançadas significativamente depois do término das conflagrações.

Como vimos em exemplos pontuais, a narrativa de guerra no Brasil, aproveitando-se da ausência da correspondência, ganhou forma pelas mãos de soldados, escritores, estudiosos e outros escribas brasileiros – e mesmo estrangeiros. Com o advento da figura do correspondente, não se dependeria mais da tradução de documentos, dos livros de história ou de viagens pelo país à procura de quem esteve na frente de batalha. O correspondente também desempenharia esse papel.

A seguir, buscaremos as narrativas de guerra de Taunay e de Da Cunha, dois marcos para a origem da correspondência de guerra no Brasil.

4.3. O precursor Visconde de Taunay

Alfredo Maria Adriano d’Escragnolle-Taunay^{xxxii} (1843-1899), conhecido posteriormente por Visconde de Taunay, nasceu na capital do Rio de Janeiro em uma família aristocrática, com forte tradição artístico-intelectual. Em seu clássico *Formação da Literatura Brasileira*, Antonio Candido lembra essa ancestralidade e o descreve como um amante das artes, oriundo de uma “parentela de artistas e escritores”.¹⁵⁰

De fato, a ancestralidade foi marcante na vida de Taunay. Seu avô paterno era o paisagista Nicolas-Antoine Taunay (1755-1830), um dos chefes da Missão Artística Francesa de 1818, da qual também fez parte seu tio-avô, o escultor Auguste Marie Taunay (1768 - 1824). Seu pai, o barão Amado Félix Emílio de Taunay (1795-1881), era igualmente pintor e diretor da Academia Imperial de Belas Artes; foi ainda um dos preceptores de Dom Pedro II.

A herança artística de Taunay, que se manifestava com apuro na dança, no piano e no vestir, fez-se sentir em sua narrativa, particularmente no livro *Inocência*^{xxxiii} (1872),

¹⁵⁰ Candido, 2007: 622.

considerado por Candido como “um dos romances mais bonitos do Romantismo”.¹⁵¹ A obra, em verdade, marca a transição para o Naturalismo, visto que nela Taunay caracteriza o homem como um produto do meio, como veremos adiante.

O Naturalismo, assim como o Realismo, partiu de um exterior, concreto e observável, para criticar a sociedade por meio do comportamento de suas personagens. Este retratou as classes dominantes, a alta burguesia urbana, os mais abastados; aquele, as camadas sociais inferiores, o proletariado, os marginalizados, os menos favorecidos. Enquanto o Realismo fez sua crítica à sociedade de dentro para fora, penetrando no interior de suas personagens e descrevendo seus pensamentos e sentimentos, o Naturalismo caminhou em movimento inverso, trabalhando de fora para dentro, sem se preocupar com o aprofundamento psicológico das personagens, mas em mostrá-las como pacientes de fatores biológicos, históricos e sociais, presas a instintos e vícios.¹⁵²

A configuração de Taunay como uma passagem entre o fim do Romantismo e o começo do Naturalismo e do Realismo pode ser percebida pela crítica que o próprio faz ao escritor José de Alencar, aqui recuperada por Candido:

Comparando-se a Alencar, não o desmerece, mas pondera que ele “não conhecia absolutamente a natureza brasileira que tanto queria reproduzir nem dela estava imbuído. Não lhe sentia a possança e a verdade. Descrevi-a do fundo de seu gabinete, lembrando-se muito mais do que lera do que daquilo que vira com os próprios olhos”.¹⁵³

Essa influência naturalista nos escritos de Taunay se daria notadamente após suas experiências nas batalhas da Guerra do Paraguai. Antes disso, porém, ele estudou literatura no Colégio Pedro II, no qual se formou aos 15 anos, em 1858. Depois ingressou no Colégio Militar do Rio de Janeiro, em que estudou física e matemática. Assentou praça no exército em 1861 e, mais tarde, ingressou no curso de engenharia militar, sendo então promovido a segundo-tenente de artilharia.

Taunay foi convocado à frente de batalha assim que começou, em dezembro de 1864, a Guerra do Paraguai entre este país e a Tríplice Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai). Considerado o mais sangrento conflito ocorrido na América do Sul, acabaria apenas em março de 1870, mais de cinco anos após sua eclosão, como veremos na **seção 4.3.1**. As duas obras de Taunay escritas sobre esta peleja – e as que interessam para os objetivos deste trabalho – não esconderiam sua condição de militar. Ele estava a

¹⁵¹ Idem: 613.

¹⁵² Sodré, 1969.

¹⁵³ Candido, 2007: 625.

serviço do exército e era, na condição de observador participante, que publicaria suas narrativas.

O historiador Sérgio Medeiros conta que Taunay iria se juntar à unidade do então capitão Deodoro da Fonseca (1827-1892), futuro presidente do Brasil República, rumo à frente Sul do combate, ainda no início da guerra. Diante da perspectiva do filho integrar a artilharia e ir direto para o *front*, o barão Emílio Taunay interveio junto a Dom Pedro II¹⁵⁴. Taunay foi, então, indicado para uma coluna que, pensava ele próprio, não precisaria nem pegar em armas. Estava errado. A incursão pelo Centro-Oeste brasileiro, a partir de São Paulo, entraria em sangrentas escaramuças contra os adversários paraguaios, no Mato Grosso.

Em *A Retirada da Laguna*, Taunay reportou a experiência como integrante da comissão de engenheiros da expedição militar comandada por Carlos Moraes Camisão, posteriormente conhecida por coluna Camisão ou, oficialmente, por Forças em Operação no Norte do Paraguai. A coluna militar reuniu 1,5 mil oficiais e praças do exército brasileiro e durou de abril de 1865 a junho de 1867. Cabia a Taunay recuperar pontes, secretariar a comissão de engenheiros e participar das decisões do oficialato – essa última uma tarefa que, conforme Hamilton Ribeiro, não isentou Taunay de participar de um dos “mais vergonhosos e pérfidos [*episódios*] de todos os tempos” em nossa história militar: o abandono dos doentes de cólera (nenhum oficial, somente praças e a maioria negros) durante o recuo da tropa.¹⁵⁵

As anotações do diário, que manteve durante 35 dias, serviriam de base para o livro *A Retirada da Laguna*, publicado parcialmente em francês, em 1868, ainda no decorrer da guerra, quando Taunay tinha 25 anos de idade, e com dedicatória ao imperador assinada por seu pai. Em 1871, lançou-se a edição integral em francês e, daí a três anos, em 1874, em português. Não há dúvida, portanto, que a narrativa de Taunay sobre a expedição ao Mato Grosso teve a aprovação do Império. Caso contrário, ele certamente não seria convocado a registrar novamente uma campanha durante a guerra.

Em *Diário do Exército*, Taunay contou o dia-a-dia da expedição que, em 1870, partiria para o interior do Paraguai, com a guerra praticamente terminada, no encalço do presidente Francisco Solano López (1827-1870). A tropa era liderada por um dos mais ‘nobres heróis’ da história oficial, o francês Louis Phillippe Marie Ferdinand Gaston d’Orleans et Saxe-Cobourg et Gotha, o conde D’Eu. Mais tarde, o comandante

¹⁵⁴ Medeiros, 1997.

¹⁵⁵ Ribeiro, 2005: 102.

reconheceria o acerto da decisão de levar Taunay consigo ao *front*: “Considero-o não só muito inteligente e muito cumpridor de seus deveres como ainda com habilitações literárias e científicas bastante excepcionais”.¹⁵⁶

Taunay, embora destaquemos suas narrativas de guerra, foi lembrado como um homem de letras, aclamado escritor, e também colaborador de jornais – como saberemos na **seção 4.3.2**. Foi autor de dezenas de livros^{xxxiii}, entre os quais, além dos já citados, os romances *A Mocidade de Trajano* (1871) e *No declínio* (1899) e as peças teatrais *Amélia Smith* (1886) e *A Conquista do Filho* (1931).

Taunay foi ainda militante da Monarquia imperial no Brasil. Filho de barões, recebeu o título de visconde meses antes da Proclamação da República, em 1889, depois de casar com a filha do influente barão de Vassouras, Cristina Teixeira Leite (1854-1936), com quem teve um filho, Afonso d’Escragnolle Taunay^{xxxiv}. Foi com seu título de nobreza, visconde, que Taunay entrou para as letras. Ele foi também deputado por Goiás, votando com os liberais pela libertação dos escravos, e senador por Santa Catarina, além de presidente das províncias de Santa Catarina e do Paraná. Deixou a vida política após a mudança de regime e a implantação da República, defendendo efusivamente o casamento civil e a imigração de mão-de-obra europeia.

Em 1871, o autor foi nomeado professor da Escola Militar, na cadeira de Mineralogia e Ecologia. Em 1885, saiu em definitivo do exército, no posto de major. Taunay morreu a 25 de janeiro de 1899, diabético, acreditando que duas de suas obras – *Inocência* e *A Retirada da Laguna* – seriam duradouras e chegariam à posteridade: “Eis as duas asas que me levarão à imortalidade”.¹⁵⁷ Taunay, dessa vez, não estava errado.

4.3.1. Guerra do Paraguai, o conflito sul-americano mais sangrento

Há duas versões, entre os historiadores brasileiros, acerca da Guerra do Paraguai^{xxxv}. Uma, mais antiga, vê a peleja como um desdobramento de questões mal resolvidas no Cone Sul, que tinha o Brasil e a Argentina como maiores protagonistas. E uma segunda, revisando a primeira, alega que o conflito foi proporcionado, indiretamente, pelo Império inglês, interessado em manter o domínio regional e destruir o Paraguai, então país ‘independente’ e ‘livre’. Visitaremos os dois lados da questão, começando pela história oficial, tal qual contada nos bancos escolares.

¹⁵⁶ D’Eu *apud* Taunay, Affonso, 2002: 10.

¹⁵⁷ Taunay *apud* Candido, 2007: 624.

À época, o Brasil era um estado independente da coroa portuguesa – feito alcançado em 1822 –, porém, na organização político-institucional, uma Monarquia constitucional parlamentarista, baseada economicamente nos latifúndios e no mercado de escravos. Seus vizinhos, Argentina e Uruguai, adotavam o modelo republicano – este, após conquistar a independência do Brasil, em 1828; aquele, em divergência interna entre federalistas e a província de Buenos Aires. O Paraguai, embora independente desde 1811, oficializou a emancipação dos espanhóis apenas em 1844. Sob ameaças de invasões, o país se constituía enquanto economia fechada, tendo como mote econômico a produção de tabaco e erva-mate e a criação de gado.

Em 1862, três anos antes da guerra, a representação política dos quatro países era a seguinte: no Brasil, o imperador era Dom Pedro II (1825-1891), tendo o Partido Liberal alcançado o poder; na Argentina, a presidência cabia a Bartolomé Mitre (1821-1906), após a constituição de um estado único e centralizado; no Uruguai, governava Bernardo Berro (1803-1868), em meio a uma guerra civil entre o partido *blanco* e a oposição dos *colorados*; no Paraguai, morria Carlos Antonio López (1790-1862), e seu filho, Solando López, assumia a chefia da nação.

O histórico da região já apontava o desenvolvimento de diferentes disputas armadas entre esses países na primeira metade do século XIX^{xxxvi}, a exemplo da Guerra da Cisplatina (1825-1828), da Guerra do Prata (1851-1852) e da Questão Uruguaiana (1864-1865). O clima era de desconfiança entre as nações, com casos de ingerência externa em assuntos domésticos. O historiador Francisco Fernando Monteoliva Doratioto conta que se formaram duas articulações neste período pré-guerra: (a 1ª) entre os paraguaios, à frente Solano López; os federalistas argentinos, na oposição; e o governo uruguaio de Berro; (a 2ª) entre o Império brasileiro, o governo argentino de Mitre e os *colorados*, na oposição uruguaia.¹⁵⁸

Notadamente, as alianças se constituíram por interesses diversos. Os do Brasil e da Argentina foram para se apropriar de áreas paraguaias fronteiriças. Os do Paraguai, sobretudo em busca de uma saída para o mar. E os do Uruguai, para se ‘livrar’ da interferência brasileira em questões nacionais. A chave que abriu os combates foi uma remota rinha entre os pecuaristas gaúchos, que criavam gado em território além da fronteira e contrabandeavam para abate no Rio Grande do Sul, e os uruguaios, os quais almejavam acabar com essa prática que enfraquecia a economia local.

¹⁵⁸ Doratioto, 1996: 15-6.

Doratioto informa que, após a reclamação pública dos gaúchos acusando as autoridades do Uruguai de “maus-tratos” – fato que mobilizou a imprensa e ganhou a opinião pública brasileira –, Dom Pedro II abriu negociação com o governo de Atanasio de La Cruz Aguirre Aguado (1801-1875), também *blanco*, que sucedera Berro na presidência. O objetivo era “pôr fim às supostas violências contra cidadãos brasileiros e conseguir do governo uruguaio a punição dos responsáveis por tais atos”.¹⁵⁹ Estávamos em agosto de 1864, a poucos meses do início da Guerra do Paraguai.

O Brasil avisou que, se não fossem atendidas as reivindicações, apelaria para a força militar, obtendo o apoio da Argentina. O Uruguai resistiu ao ultimato do Império brasileiro e teve a solidariedade do Paraguai, que emitiu nota afirmando que “qualquer ocupação de território uruguaio por forças terrestres e marítimas do Brasil seria uma ameaça ao equilíbrio de forças entre os Estados do rio da Prata”. Em 12 de setembro de 1864, tropas brasileiras invadiram o Uruguai, em retaliação à falta de ação das autoridades contra os tais “maus-tratos”, retornando dias depois. Tomando para si o ‘desequilíbrio de forças’, em 10 de novembro, os paraguaios prenderam o navio brasileiro Marquês de Olinda, que subia o rio Paraguai em direção ao Mato Grosso.¹⁶⁰

No mês seguinte, em dezembro, Solano López avançou sobre o Mato Grosso, conquistando-o com cerca de 7 mil homens e 14 navios, sob uma defesa frágil de 857 soldados brasileiros. O Paraguai ocupou as vilas de Albuquerque, Corumbá, Miranda e Nioaque – pelos dois últimos locais passaria a coluna Camisão, entre 1865 e 1867, que abrigava Taunay e seria objeto de *A Retirada da Laguna*. Em janeiro de 1865, o líder paraguaio solicitou autorização à Argentina para atacar o Rio Grande do Sul, passando pela província de Corrientes. Recebendo a negativa do presidente Mitre, Solano López despachou efetivo de 20 mil militares contra Corrientes, declarando, a um só tempo, guerra aos dois mais poderosos países sul-americanos.

Segundo Doratioto, o Paraguai esperava contar com os dois braços de sua articulação prévia: os federalistas argentinos que, saindo às ruas em rebelião interna, imobilizariam o governo de Mitre; e os *blancos*, que estariam ao lado dos paraguaios nessa luta. Porém, o que se via era um Paraguai “isolado”. Aguirre, pressionado, assinou o Protocolo de Vila União, em fevereiro de 1865, transmitindo a presidência ao *colorado* Venâncio Flores (1808-1868), aliado dos brasileiros e argentinos; e os federalistas, que tinham maior força nas províncias de Corrientes e Entre Ríos, na região

¹⁵⁹ Ibidem.

¹⁶⁰ Idem: 18.

chamada Mesopotâmia Argentina, devido a sua localização entre os rios Paraná e Uruguai, viram na organização do conflito armado uma possibilidade ‘rentável’ de se beneficiar economicamente, sendo fornecedores privilegiados das tropas.¹⁶¹

Não demorou e, em 1º de maio de 1865, formou-se a Tríplice Aliança: Brasil, Argentina e Uruguai juntos contra o Paraguai. O documento previu a definição das áreas fronteiriças em prejuízo dos paraguaios, a “indenização”, pelo lado “agressor” (o Paraguai), dos custos resultantes da totalidade da guerra. E mais importante: “Estabelecia-se que, enquanto Solano López não fosse retirado do poder, os aliados não negociariam a paz”.¹⁶² A desvantagem paraguaia era absurda nessa conjuntura, de maneira que a Tríplice Aliança mantinha absoluta superioridade:

Quadro 7: Tríplice Aliança *versus* Paraguai, em números

	População	Comércio exterior (em libras)
Tríplice Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai)	11 milhões	36 milhões
Brasil (isoladamente)	9,1 milhões	23,7 milhões
Paraguai	318 mil	500 mil

O Brasil, além disso, preparou-se como nunca para a Guerra do Paraguai. Investiu, conforme Doratioto, “614 mil contos de réis, onze vezes o orçamento governamental para o ano de 1864”, afundando o país num incrível déficit no pós-guerra.¹⁶³ Em 1864, o exército brasileiro dispunha de 18 mil soldados e atingiu, em 1869, um efetivo de 81 mil homens na ativa, mais de quatro vezes o quantitativo anterior. A marinha brasileira cresceu, no início da refrega, de “45 navios armados, sendo 33 a vapor e 1 à vela” para “94 belonaves – das quais 16 encouraçados”, em 1870, constituindo-se como a quinta maior força naval do planeta, atrás apenas de “Grã-Bretanha, Rússia, dos Estados Unidos e Itália”.¹⁶⁴

No território do Paraguai, as tropas brasileiras somaram, durante os combates, 54 mil soldados; as argentinas, 20 mil; e as uruguaias, 4 mil. As paraguaias, por sua vez, contaram 70 mil homens, com a mobilização de 15 mil “velhos e crianças”^{xxxvii}. O Império brasileiro teve ainda a adesão de voluntários, sob remuneração, e de negros escravos, que após a conflagração seriam libertos.¹⁶⁵

¹⁶¹ Idem: 21.

¹⁶² Idem: 22.

¹⁶³ Idem: 8.

¹⁶⁴ Idem: 23.

¹⁶⁵ Ibidem.

Após a ocupação de Corrientes, Argentina, 10 mil paraguaios invadiram o Rio Grande do Sul, a 10 de junho de 1865. As tropas ficaram sitiadas em Uruguaiana: no Leste, pelo Brasil, no Sudeste, pelo Uruguai, e no Sudoeste, pela Argentina, sendo obrigadas a se renderem. Quatro meses mais tarde, em outubro, Solano López renunciaria à ofensiva, recuando também em Corrientes, e não mais ganharia novos territórios até o final da guerra – que ainda se estenderia por mais quatro longos anos de ataque aliado, até a morte do líder do Paraguai.

Somente em abril de 1866, a Tríplice Aliança avançou para o interior do Paraguai, tendo como comandante-em-chefe das forças militares Bartolomé Mitre, que deixou a presidência da Argentina a cargo do vice, Marcos Paz (1813-1868). A marinha imperial não se submetia às ordens da chefia terrestre, entretanto. Nesse âmbito, o vice-almirante brasileiro Joaquim Marques Lisboa (1807-1897), ou simplesmente Tamandaré, era o responsável único pela esquadra, configurando duplo comando entre os aliados, alicerçado pelas desconfianças antigas dos dois países, desde a Guerra da Cisplatina. Esse atropelo de responsabilidades marcou a evolução ao Paraguai, retardando-a. Nessa época, já estava mobilizada a coluna Camisão, que rumou ao Mato Grosso após recuo dos paraguaios que invadiram o Estado, para se posicionar na vanguarda.

Acampados na região de Tuiuti, em solo paraguaio, as colunas aliadas foram surpreendidas, a 24 de maio de 1866, por 23 mil soldados adversários que buscavam liquidar os 35 mil homens da Tríplice Aliança. A estratégia não obteve êxito, após encarniçada batalha. Solano López viu sua capacidade ofensiva reduzida a zero. Embora vitoriosas, as tropas comandadas por Mitre ficaram durante dois anos acomodadas em Tuiuti, contidas pela temida fortaleza paraguaia de Humaitá, o último obstáculo até a capital Assunção. As divergências entre Mitre e Tamandaré novamente se fizeram notar.

O ponto de defesa antes de Humaitá era o forte de Curupaiti, localizado a cinco quilômetros daquele, o qual as forças aliadas atacaram, em 3 de outubro de 1866, sofrendo acachapante derrota: mais de 4 mil mortos aliados, contra 250 paraguaios. As causas assinaladas foram a ineficácia da esquadra, que não calculou que, pela altura do forte em relação ao rio, seu bombardeio não surtiria efeito, e o desconhecimento do

território inimigo, pantanoso e encharcado de barro, agravado pelos regulares temporais, ocasionando a lentidão na ofensiva e tornando os soldados alvos fáceis.¹⁶⁶

A repercussão da derrota na batalha de Curupaiti, somada às revoltas internas no país em fins de 1866, fez que o comandante-em-chefe Bartomolô Mitre se retirasse da Guerra do Paraguai, retornando ao posto de presidente da Argentina. Foi, em seguida, indicado interinamente o então marquês Luís Alves de Lima e Silva (1803-1880), posteriormente Duque de Caxias, para a chefia da missão – assumindo em definitivo em 12 de janeiro de 1868, após idas e vindas de Mitre ao Paraguai. Doratioto anota que o ano de 1867 foi praticamente perdido, pois Caxias ficou nesse tempo instruindo a tropa recém-chegada, aguardando o envio de mantimentos e munições e dedicando-se a conhecer melhor a região para evitar derrotas como a de Curupaiti.¹⁶⁷

Importante observar que foi justamente no ano de 1867 que a coluna Camisão invadiu o território paraguaio e, por falta de mantimentos e munição, foi obrigada a recuar, fato registrado em *A Retirada da Laguna*, de Taunay. O contexto do desenrolar da Guerra do Paraguai, naquele momento, serviu como as primeiras linhas do livro, que o próprio Taunay narra, enquanto as atenções principais de brasileiros e paraguaios estavam nos combates que seriam travados em Curupaiti e Humaitá e não na frente do Mato Grosso:

A República do Paraguai, o Estado mais central da América do Sul, após invadir e atacar simultaneamente o Império do Brasil e a República Argentina em fins de 1864, encontrava-se, decorrido dois anos, reduzida a defender seu território, invadido ao sul pelas forças conjuntas das duas potências aliadas, às quais unira um pequeno contingente de tropas fornecido pela República do Uruguai.¹⁶⁸

A título de curiosidade – e para exemplificar como se tratavam as guerras naquela época –, umas das ‘inovações’ adotadas pelo novo comando aliado foi uma prática importada da Guerra da Secessão, que Doratioto apresenta desta maneira:

A guerra civil norte-americana, porém, era por demais recente para permitir aos chefes militares brasileiros dela tirarem mais lições. Uma exceção foi a iniciativa de Caxias em utilizar, tal qual os norte-americanos do Norte, balões de gás, de onde observadores apontavam as posições inimigas, mas essa medida não proporcionou resultados significativos.¹⁶⁹

¹⁶⁶ Idem: 36-7.

¹⁶⁷ Idem: 41-2.

¹⁶⁸ Taunay, 1997: 35.

¹⁶⁹ Doratioto, 1996: 42.

A esse tempo, a Guerra do Paraguai, iniciada com forte apoio interno no Brasil, tornava-se uma refrega impopular, custosa e que fez vítimas além da conta. Chama a atenção uma triste cantiga de ninar disseminada pelo país afora:

Na, na, na, na, na,
Que é feito do papai?
Na, na, na, na, na,
Morreu no Paraguai.
Na, na, na, na, na,
Na tropa se alistou,
Na, na, na, na, na,
E nunca mais voltou.¹⁷⁰

Pelo mundo, as repercussões eram contrárias à continuidade da guerra, apostando-se num tratado de paz. Os Estados Unidos chegaram a propor a “suspensão das hostilidades”, tendo o “presidente norte-americano como árbitro” de um acordo. O governo brasileiro recusou tal ideia. Nações sul-americanas protestaram contra os combates, chegando o Peru a ter relações rompidas com o império de Dom Pedro II, sendo restabelecidas em seguida, e a Bolívia a oferecer apoio militar a Solano López, o que acabou não se concretizando.¹⁷¹

A Guerra do Paraguai prosseguiu e os aliados sitiaram Humaitá, após espera de 27 meses, por via terrestre e marítima. Solano López deu ordem para o esvaziamento imediato da fortaleza e a Tríplice Aliança, ainda assim, sofreu para render os 1,3 mil homens que restaram para a defesa da fortificação. Próximo de ingressar em Assunção, as forças aliadas novamente se desentenderam. Assinou-se, então, um protocolo sobre a condução da guerra, em 3 de outubro de 1868, pelo qual cada nação tinha o comando independente de sua tropa. Agora, em vez de duplo, teríamos o triplo comando. Na prática, daí em diante, somente o Brasil continuou a guerrear.

Veio a conhecida ‘Dezembrada’ de 1868 e, com esses sangrentos combates, o ponto final da Guerra do Paraguai, destruindo as últimas guarnições militares leais a Solano López em Itororó, Avaí e Lomas Valentinas.^{xxxviii} Contou-se, antes disso acontecer, uma disputa de 25 mil homens contra 18 mil paraguaios, entre idosos, adultos e crianças. A batalha pela posse da ponte de Itororó foi consagrada no Brasil, eternizando a história segundo a qual a renhida peleja tinha feito os aliados recuarem contra a vontade de Caxias, que pessoalmente foi à frente. Assim lembra Doratioto, baseado nas memórias, publicadas em livro, de uma testemunha ocular do acontecido,

¹⁷⁰ Idem: 50.

¹⁷¹ Idem: 55-6.

Juan Crisóstomo Centurión, coronel da tropa paraguaia, que viu a coragem do comandante brasileiro:

Nesse momento, Caxias, que acompanhava a luta de uma colina, desembainhou a espada e aos gritos de “Vivas ao Imperador e ao Brasil!”, lançou-se sobre a ponte, gritando para a tropa que o seguisse, sendo alvejado pelas balas dos defensores que chegaram a matar seu cavalo.¹⁷²

A atitude de Caixas deu novo ânimo à tropa, que tomou, dentro em breve, a ponte de Itororó. O sucesso dessa luta foi tal que uma canção infantil chamada *Tororó* ou *Itororó* foi composta no Brasil, sendo adaptada e cantada até os dias de hoje: “Eu fui no Tororó/Beber água não achei,/Ver Moreno e Caballero/Já fui, já vi, já cheguei”. Doratioto explica alguns termos da cantiga: “O verso ‘beber água e não achei’ é alusivo às águas do rio cheias de sangue, enquanto Moreno e Caballero foram os dois comandantes paraguaios”.¹⁷³ A expressão “já fui, já vi, já cheguei” tem origem no lema do antigo imperador romano Júlio César (100 a.C.-22 a.C.), que pregava, após suas lutas, “vim, vi e venci”.

Tendo chegado a uma Assunção “praticamente deserta”, Caxias deu por liquidada a Guerra do Paraguai e, já aos 70 anos de idade, deixou a frente de batalha, em janeiro de 1869.^{xxxix} Em seu lugar, e com o nítido objetivo de ir atrás de Solano López até a sua prisão ou morte, foi nomeado conde D’Eu, então com 27 anos, esposo da princesa Isabel Cristina Leopoldina de Bragança (1846-1921), sucessora do trono de Dom Pedro II. Para essa empreitada, conde D’Eu requisitou a presença de Taunay, encarregado de confeccionar o *Diário do Exército* daquela perseguição, que mais tarde seria publicado em formato de livro.

Novos combates sucederam, até que as tropas aliadas, após mais de um ano de lutas, atacaram o acampamento paraguaio em Cerro Corá, a 1º de março de 1870, executando o presidente Solano López. Dois relatos – um oficial, das tropas aliadas, sem autoria específica, e outro de carta testemunhal – dão conta de versões diferentes para a sua morte. Com a palavra, Doratioto:

Solano López, ferido por um golpe de lança recebido do cabo Francisco Lacerda – o Chico Diabo –, foi intimado a render-se. Como a resposta foi negativa, o comandante brasileiro, *segundo informe oficial*, ordenou a um soldado “que o desarmasse, ato que foi executado no tempo em que exalava o último suspiro, liberando a terra de um monstro”.¹⁷⁴ [*Grifo nosso*]

¹⁷² Idem: 68-9.

¹⁷³ Ibidem

¹⁷⁴ Idem: 91-2.

O historiador, no entanto, confia na veracidade da outra versão, do general José Antonio Corrêa da Câmara, que, em carta à esposa^{xl}, à época, narrou, como testemunha que tinha sido, o instante em que Solano López morreu. Notamos que, a bem da verdade, a versão mais legítima e dada por ‘confiável’ é a de uma testemunha dos acontecimentos no teatro de operações – exatamente como seria a condição básica para a existência do correspondente de guerra.

Lê-se nela [*na carta*] que Solano López foi ferido na tentativa de fuga por um golpe de lança e acabou caindo na margem esquerda do arroio de Aquidabã. [...] Nesta posição ele foi encontrado por Câmara, que o intimou a render-se, obtendo como resposta a frase “não lhe entrego a minha espada; morro com a minha espada e pela minha pátria”. O general brasileiro ordenou, então, que a espada fosse tomada por um soldado, que no esforço para fazê-lo, no que foi bem-sucedido, levou o líder paraguaio para a água, onde Solano López quase se afogou. Ainda na descrição do comandante brasileiro, “ia ordenar que o agarrassem para terra, quando um soldado dispara por detrás de mim um tiro que o mata”.¹⁷⁵

Doratioto não confirma ao certo o número de baixas durante a Guerra do Paraguai. Pelo lado brasileiro, os números variam entre 24 mil, 33 mil e 50 mil. No que se refere ao Paraguai, cita o estudo de Vera Blinn Reber, que usou a “metodologia de história demográfica” para apontar que as perdas paraguaias, entre mortos, emigrantes do pós-guerra e os habitantes que moravam em territórios conquistados pelos vizinhos, oscilaram entre 8,7% e 18,5% em relação ao total de habitantes em 1865, data de início do conflito.¹⁷⁶

Quadro 8: Percentual de perdas de paraguaios durante a guerra

Habitantes paraguaios, em 1865 (mínimo e máximo)		
Perdas/1870 (estimativa)	285.715	318.144
8,7%	24.857	27.679
18,5%	52.858	58.857

A corrente de historiadores brasileiros que advoga pela determinante influência inglesa durante a Guerra do Paraguai tem no jornalista Júlio José Chiavenatto um dos seus mais destacados nomes. Em *A Guerra contra o Paraguai*, Chiavenatto assinala que a história oficial desse conflito foi, em grande parte, escrita por estudiosos oriundos do Império, todos monarquistas e agraciados com benesses. E conclui que, com tal origem,

¹⁷⁵ Ibidem.

¹⁷⁶ Idem: 93-5.

não se poderia esperar nenhuma contestação dos fatos narrados por esses historiadores.¹⁷⁷

Chiavenatto denuncia o argumento recorrente nas escolas brasileiras de que a causa da Guerra do Paraguai teria sido a loucura imperialista de Solano López. De fato, com o Paraguai em relativo sucesso socioeconômico e autonomia internacional^{xli}, seu presidente levou a cabo uma política militarista a fim de conquistar o acesso ao oceano Atlântico para escoar a produção, criando assim o ‘Paraguai Maior’.¹⁷⁸

Além do brasileiro Chiavenatto, revisionistas como o argentino León Pomer¹⁷⁹ e os italianos Manlio Cancogni e Ivan Boris¹⁸⁰ – embora em divergência com o inglês Leslie Bethell¹⁸¹ – desenham Solano López como um presidente de princípios socialistas, que buscava o desenvolvimento de uma nação autônoma e independente. A historiografia oficial, de acordo com o Chiavenatto, não mostra as razões unicamente econômicas para a eclosão da Guerra do Paraguai, sendo Brasil e Argentina manipulados pelos interesses britânicos. Solano López foi pintado como um sanguinário que teve seu ímpeto contido pelos ‘gloriosos heróis brasileiros’ como Caxias, Tamandaré e D’Eu.

Apesar de toda a revisão histórica feita a partir dos anos 1960, ao analisar a abordagem não crítica da Guerra do Paraguai por “escritores alienados”, Chiavenatto tem o cuidado de não condenar a totalidade das narrativas. Exclui os “livros que testemunharam a guerra em si, escritos por homens que participaram militarmente da campanha. Como Taunay [*em* A Retirada da Laguna], para citar um dos clássicos mais populares”.¹⁸² A força da narrativa testemunhal, inclusive pela interpretação dos revisionistas, tem um peso diferenciado, sendo difícil contestá-la, a não ser que haja provas em contrário.

4.3.2. A fase do ‘jornal literário’ antecede a correspondência

O período em que Taunay esteve na Guerra do Paraguai – 1865-1867, na expedição Camisão ao Mato Grosso, e 1869-1870, na perseguição das tropas aliadas a Solano López – foi também um momento peculiar da imprensa no Brasil. Vivia-se, até

¹⁷⁷ Chiavenatto: 1979: 18.

¹⁷⁸ Ibidem.

¹⁷⁹ Pomer: 1968-1980.

¹⁸⁰ Cancogni; Borris, 1970-1975.

¹⁸¹ Bethell, 1995.

¹⁸² Chiavenatto, 1979: 11.

o pós-guerra, certo tempo de calma política no seio da Corte, após as agitações da Independência, em 1822, e do Primeiro Reinado (1822-1831). Ao abdicar do trono, Dom Pedro I inaugurou a Regência (1831-1840), marcada pela ausência de imperador, tendo em vista que seu filho, Dom Pedro II, era ainda uma criança.

Somente da metade para o final do Segundo Reinado (1840-1889) observou-se a efervescência política ressurgir com o desgaste imperial motivado pela Guerra do Paraguai, o acúmulo das discussões em torno da abolição da escravatura e as ideias democráticas da República. Os jornais da época refletem, naturalmente, à imagem e semelhança a realidade nacional das fases marcantes do século XIX.

O historiador Nelson Werneck Sodré caracteriza a imprensa daquele tempo, de 1830 a 1850, como em seu “grande momento”, mais em razão da postura ideológica clara sobre as questões em voga do que por eventuais inovações tecnológicas. Estávamos no período do pasquim, considerado pelo estudioso “a infância da imprensa brasileira”.

Fracamente técnica, artesanal na produção, com distribuição restrita e emprestada, praticamente inexistente uma vez inespecífica, encontrou, entretanto, na realidade política a fonte de que se valeu para exercer sobre essa realidade, por sua vez, influência extraordinária, consideradas as condições da época.¹⁸³

Os pasquins eram os jornais de cunho personalista, efêmeros, preocupados com o calor das discussões políticas, em marcar posição junto ao público, em vez de pensar na ‘vendagem’ ou no ‘lucro’, estas advindas com a Proclamação, na fase da imprensa capitalista, cujo início pode ser acompanhado na **seção 4.4.2**. Sodré explica que os pasquins fizeram parte do período da imprensa artesanal, “em que era possível alguém fazer um jornal sozinho”, mas que desenvolviam o que a época “tinha de melhor, de mais expressivo, de mais genuíno, de mais popular, de mais democrático”, caracterizando-se pela “virulência de linguagem” e “sua forma plebeia” de apresentação.¹⁸⁴

A anterior ‘libertação’ dos portugueses não revelou modificações profundas nas políticas em curso durante o Brasil colonial: o feudalismo prosseguiu. As insurgências populares – entre elas, a Revolução Farroupilha e a Revolta da Balaiada – foram violentamente esmagadas. A supremacia da Corte pôs em xeque as mudanças e imobilizou o país. “O latifúndio absorvia todos os recursos, estava presente por toda a

¹⁸³ Sodré, 1999: 180-1.

¹⁸⁴ *Ibidem*.

parte, dominava a vida política”, escreve Sodré. “O tráfico negreiro recebeu considerável impulso: em nenhuma outra fase entraram tantos africanos”.¹⁸⁵

Servil, até novas agitações e a reforma de seu perfil, ocorridas no final da segunda metade do século XIX, que analisamos na **seção 4.4.2.**, a imprensa deixou a época de ouro do pasquim e ingressou na aventura literária pelas páginas dos jornais, nas quais os principais escritores brasileiros seriam também conhecidos como homens de imprensa. Sai a política, como objeto fim, entra a literatura em seu lugar, numa evidente demonstração de conciliação com o regime, culminada com a lei de 1850, que previa a extinção do tráfico negreiro no Brasil.

A carta de um dos mais conhecidos jornalistas da época, Justiniano José da Rocha (1812-1862), a Paulino José Soares (1807-1866), futuro visconde do Uruguai, defensor intransigente do Império, datada de 1840, ilustra o nível da imprensa naqueles dias em que a subserviência valia mais do que a autonomia. “O que só queremos é não perdermos de todo o nosso futuro, é que as pessoas do ministério, a quem vamos servir, nos considerem dignos de sua aliança, e não instrumentos comprados, com alguns réis”, pedia Rocha.¹⁸⁶ Em resumo, avalia Sodré, “o jornalista queria mais do que remuneração: queria apreço”.¹⁸⁷

Até então, havia a imprensa política, caracterizada pelo pasquim, e a imprensa literária, veiculada em periódicos específicos, sem importância e de rápida vida. À luz do esplendor dessas reviravoltas, em que a imprensa se tornou de aluguel, as duas modalidades se fundiram, constituindo-se enquanto uma só, com a preponderância da segunda. A imprensa ganhou adjetivação. Eram os ‘jornais literários’.

Esse fenômeno aconteceu, entre outros motivos, devido ao custo elevado da edição dos escritos literários em formato de livro e à absoluta carência de público para tais demandas – o analfabetismo galopava no Brasil daquela época. Durante a segunda metade do século XIX – e até o início do século XX –, quando editados, os volumes, inclusive os didáticos, eram impressos na Europa. Por isso, os escritores tinham no trabalho como jornalista uma atividade da maior relevância, como assegura Sodré: “Os homens de letras viviam praticamente da imprensa: ela é que lhes permitia a divulgação de seus trabalhos e o contato com o público”.¹⁸⁸

¹⁸⁵ Ibidem.

¹⁸⁶ Rocha *apud* Sodré: 1999: 182.

¹⁸⁷ Sodré, 1999: 182.

¹⁸⁸ Idem: 246.

O historiador destaca o papel de duas empresas que seriam responsáveis pela edição de livros no Brasil durante aquele período. Em 1854, abriu as portas a livraria Garnier^{xlii}, de propriedade de Baptiste-Louis Garnier (1823-1893), o principal editor de seu tempo. “A casa enobrecia os autores que lançava”, pondera Sodré. “Ser editado por ela era a consagração”. Os principais literatos brasileiros da época viram seus livros impressos por essa editora.¹⁸⁹

Antes da Garnier, em 1838, a Laemmert foi fundada pelos irmãos alemães Eduardo (1806-1880) e Henrique Laemmert (1812-1884). A loja de livros ficou famosa por lançar um tipo de publicação que ganharia espaço e marcaria o início da cultura do livro no Brasil, de “uso e consulta generalizados”. Os almanaques Laemmert foram lançados em 1844 e circularam com êxito por aqui até 1930, mesmo após o fechamento da empresa.^{xliii} “[O almanaque] era o livro de um país que não tinha ainda público para suportar a impressão de livros”, explica Sodré.¹⁹⁰ Os alemães imprimiram inúmeras obras, entre elas as três primeiras edições de *Os Sertões*, de Da Cunha.

O principal instrumento para que a literatura chegasse ao público não foi o almanaque, porém. O folhetim, lançado como parte integrante dos jornais, fez o maior sucesso no Brasil, imitando o Romantismo europeu, seu lugar de origem.^{xliv} A *Gazeta de Notícias* mandou traduzir os mais destacados autores franceses e publicava-os em folhetim. O *Jornal do Comércio* orgulhava-se de ser o divulgador das narrativas de Victor Hugo (1802-1885), autor de *Os Miseráveis* (1862). Os demais periódicos brasileiros fizeram o mesmo com uma infinidade de escritores daqui e de fora.

O folhetim era, via de regra, o melhor atrativo do jornal, o prato mais suculento que podia oferecer, e por isso o mais procurado. Ler o folhetim chegou a ser um hábito familiar, nos serões das províncias e mesmo da Corte, reunidos todos os da casa, permitida a presença das mulheres. A leitura em voz alta atingia os analfabetos, que eram a maioria.¹⁹¹

Os principais romances do Brasil de então saíram pelos folhetins das páginas dos jornais. Manuel Antônio de Almeida (1831-1861) publicou *Memórias de um Sargento de Milícias*, no *Jornal do Comércio*, em fascículos entre os anos 1853 e 1854, sob o pseudônimo de *Um Brasileiro*. Em 1855, o romance foi publicado em livro. Joaquim Manuel de Macedo (1820-1882) lançou, em *Marmota Fluminense*, *Vicentina* (1853) e *O*

¹⁸⁹ Idem: 207.

¹⁹⁰ Idem: 242.

¹⁹¹ Idem: 243.

Forasteiro (1855) e, no *Jornal do Brasil*, *A Moreninha* (1844) e *O Moço Loiro* (1845). Posteriormente, todos lançados em livro.

José de Alencar (1829-1877) já escrevia crônicas na primeira página das edições de domingo do *Correio Mercantil*, de 1854 a 1855, sendo reunidas mais tarde em *Ao Correr da Pena*. Segundo Sodré, seus textos passavam “em revista os acontecimentos da semana”¹⁹², entre os quais a Guerra da Crimeia – que se desenvolvia na Europa e marcaria o surgimento da correspondência de guerra no mundo, com o envio de William Russell pelo *The Times* para a cobertura do conflito. Em 1856, deixando aquele jornal, José de Alencar seria redator-chefe do *Diário do Rio de Janeiro*, pelo qual veiculou *Cinco Minutos* (1856) e mais dois livros de sua autoria.

Mas o sucesso de folhetim ocorreria em 1857 quando, entre fevereiro e abril, o *Diário do Rio de Janeiro* publicou *O guarani* [de José de Alencar], com interesse extraordinário para a época. Em 1860, o mesmo jornal publicaria, também em folhetins, *A viuvinha* [de José de Alencar].¹⁹³

“Pela necessidade de ganhar a vida”, Machado de Assis (1839-1908), aos 16 anos de idade, estreava nos jornais, em *Marmota*, com um texto que caracterizava fielmente a imprensa de então. Sodré anota que o seu texto inaugural prestava “homenagem ao jovem imperador, como era do bom tom na época”.¹⁹⁴ Ainda em *Marmota*, escreveu a novela *Madalena* (1859). Acumulando colaborações em mais de um periódico, Machado de Assis foi ainda repórter de *Diário do Rio de Janeiro*^{xiv}, o mesmo de José de Alencar, realizando reportagens sobre o dia-a-dia do Senado.

Machado de Assis elaborou, na classificação de Sodré, “página antológica sobre o espetáculo do Senado, que vira com os olhos atentos de jovem repórter”.¹⁹⁵ No caso desse trabalho, devemos compreender a expressão “olhos atentos” de jornalista como uma testemunha ocular das seções parlamentares, que serviam de pano de fundo para que Machado de Assis destilasse toda sua arte literária na fase mais propícia para tal na história da imprensa brasileira. Ele lançou também *A Mão e a Luva*, pelo *O Globo*, em 1874; *Iaiá Garcia*, por *O Cruzeiro*, em 1878; e *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, pela *Revista Brasileira*, em 1880.

Lúcia Miguel Pereira, biógrafa de Machado de Assis, afirma que a relação do escritor com a imprensa foi íntima e duradoura, ultrapassando meio século de colaborações permanentes.

¹⁹² Idem: 190.

¹⁹³ Idem: 191.

¹⁹⁴ Idem: 193.

¹⁹⁵ Idem: 195.

“A não ser de setembro de 1878 a outubro de 1879, quando esteve doente, nunca, dos dezesseis aos cinquenta e oito anos, de 1855 a 1897, dos versos da *Marmota* à *Semana* da *Gazeta de Notícias*, deixou de colaborar regularmente na imprensa. E, em regra, escrevia para vários lugares ao mesmo tempo”.¹⁹⁶

Olavo Bilac (1865-1918) trabalhou em *Mequetrefe*, jornal ilustrado no qual Aluísio de Azevedo (1857-1913) foi desenhista antes de se tornar um dos mais aclamados escritores do Naturalismo. *Casa de Pensão*, seu título mais conhecido, foi publicado por *Folha Nova*, em 1883, sendo no ano seguinte formatado em livro, esgotando as três primeiras edições. Herculano Marcos Inglês de Sousa (1853-1916) teve seu *O Coronel Sangrado* veiculado por *Revista Nacional de Ciência e Letras*, em 1877. Raúl D’Ávila Pompéia (1863-1895), em 1888, divulgou *Alma Morta*, na *Gazeta da Tarde*, e *O Ateneu*, na *Gazeta de Notícias*.

Taunay também participou dessa safra de escritores que publicavam suas obras nos folhetins dos jornais. Seu clássico *Inocência* saiu, pela primeira vez, nas páginas de *A Nação*, em 1862.^{xlvi} *A Retirada da Laguna*, entretanto, embora dessa fase, não foi veiculada pela imprensa, mas em livro.

Os primeiros relampejos da agitação política começaram a aparecer novamente em 1862, mas os jornais literários continuaram a ter predominância. Um painel dos assuntos tratados mostra bem como a imprensa estava imbricada, de corpo inteiro, ao universo das letras.

Literatura é o que importa, e Machado de Assis publica crítica laudatória ao romance de Manuel Antônio de Almeida, em *O futuro*. [...] Prosseguia também a *Biblioteca Brasileira*, de Quintino Bocaiúva, lançando agora o primeiro volume das *Minas de prata*, de José de Alencar.¹⁹⁷

Até no ambiente político, da Corte e do Senado, as letras tinham espaço reservado nos principais debates. Um prestigiado órgão da imprensa literária francesa tinha no Brasil o maior número de assinantes fora de seu país de origem. Sodré detalha, de passagem, como se deu tal fato: “Era de bom tom, nas rodas políticas, provar prendas literárias. A *Revue des Deux Mondes* tornara-se leitura habitual do imperador e ‘principal alimento espiritual dos estadistas brasileiros’”.¹⁹⁸

O princípio dos anos 1870 acirrou a luta política. Sodré conta que a Guerra do Paraguai, já concluída, contribuiu para a retomada da agitação, pois o recrutamento de soldados para o conflito afetava diretamente a oferta de mão de obra para os grandes

¹⁹⁶ Pereira *apud* Sodré, 1999: 245.

¹⁹⁷ Sodré, 1999: 195.

¹⁹⁸ Idem: 197.

fazendeiros. E a desapropriação dos escravos para fins bélicos também os desagradava, visto que, embora suas alforrias fossem “bem pagas”, dificultavam a substituição por outros trabalhadores, geralmente sem experiência. Um aliado central do Império começava a levantar-se: os latifundiários.¹⁹⁹

No bojo destas inquietações, surgiu o jornal *A República*, em 1870, ano do fim da guerra, como sendo o órgão de imprensa oficial do Partido Republicano Brasileiro. Logo o periódico passou a ser diário e atingiu a boa marca de 10 mil exemplares vendidos. “De 1870 a 1872, surgiram no país mais de vinte jornais republicanos”^{xlvi}, observa o estudioso. “A ideia republicana, assim, retomada de suas fontes históricas, ampliava-se progressivamente”.²⁰⁰ *A República* reuniu também jornalistas e escritores da época, divulgando ao público a opinião republicana pelas mais renomadas penas do país. José Alencar publicou o romance *Til*, por *A República*, em 1872.

Embora esse clima começasse a tomar conta do país, “os jornais viviam ainda muito ligados à literatura”, alongando-se a fase do ‘jornal literário’ até a última década do século XIX, como observamos nas farpas trocadas entre autores por meio da imprensa.

Em 1870, Araripe Júnior criticava severamente, no *Dezesseis de Julho*, as *Falenas* e os *Contos Fluminenses*, de Machado de Assis; em 1873, aparece nova revista literária, o *Arquivo Contemporâneo*; em 1875, Joaquim Nabuco fazia sérias restrições à obra de José de Alencar, ensejando polêmica em *O Globo*, o jornal de Quintino Bocaiúva na época.²⁰¹

Um acontecimento de 1874 provou que a imprensa seguia sendo mais literária do que política. Nesse ano, criou-se um jornal barato e popular, de caráter liberal. Era a *Gazeta de Notícias*, de J. Ferreira de Araújo, que nascia “para dar espaço à literatura e às grandes preocupações, com desprezo pelas misérias e mesquinhas da política”.²⁰² Machado de Assis já previu em momento anterior, em 1859, o papel democrático da imprensa.

“Houve uma coisa que fez tremer as aristocracias, mais do que os movimentos populares; foi o jornal. (...) [...] Ora, a discussão, que é a feição mais especial, o cunho mais vivo do jornal, é o que não convém exatamente à organização desigual e sinuosa da sociedade”.²⁰³

¹⁹⁹ Idem: 201-2.

²⁰⁰ Idem: 213-4.

²⁰¹ Idem: 223-4.

²⁰² Araújo *apud* Sodré, 1999: 224.

²⁰³ Assis *apud* Sodré, 1999: 233.

Sodré, na mesma toada do grande escritor, analisa a imprensa daquela época pelo prisma do compromisso que os “homens de cultura”, jornalistas e escritores que chefiavam os periódicos, tinham pelas liberdades.

Ora, o que mais se fazia, naquela fase, era precisamente discutir, pôr em dúvida, analisar, combater. Combater a pretensa sacralidade das instituições: da escravidão, da monarquia, do latifúndio. E a imprensa tinha, realmente, em suas fileiras, grandes combatentes, figuras exemplares, como homens de jornal e como homens de inteligência ou de cultura. [...] A imprensa era, por isso, abolicionista e republicana, pelos seus melhores jornais, pelos seus melhores jornalistas.²⁰⁴

Os últimos suspiros do Império brasileiro foram repletos de acontecimentos contrários a sua existência, que contribuíram para a alteração imediata de regime. Em 1884, os abolicionistas do Ceará conseguiram extinguir a escravidão no Estado. Em reação à repercussão nacional do feito, os latifundiários tentaram resistir, criando *Novidades*, também em 1884. Em 1888, a Corte distribuiu 180 títulos de nobreza, como tentativa de continuar viva – Taunay foi agraciado com a comenda de visconde nesse momento. Tal iniciativa criou mais constrangimentos.

No mesmo ano, uma ação da Câmara Municipal de São Borja, Rio Grande do Sul, ganhou eco nacional: o pedido para que a população fosse consultada sobre a destituição da Monarquia, tendo em vista o afastamento de Dom Pedro II do poder e a herdeira ser “uma princesa fanática, casada com um príncipe estrangeiro”.²⁰⁵ Veio a abolição da escravatura, também em 1888, e a luta pela República passou a ser bandeira principal dos jornais.

Essa fase da imprensa brasileira foi, sem dúvida, completamente diferente de qualquer outra, em qualquer tempo. Uma certeza, no entanto, torna-se imperativa, a de que a imprensa não tinha encontrado ainda o seu porquê de ser, como aborda a reflexão final de Sodré: “Uma fase em que imprensa e literatura se confundiam tanto [...] mostra como a imprensa engatinhava, não tendo criado, aqui, ainda, a sua própria linguagem e definido o seu papel específico”.²⁰⁶

Alguns avanços tecnológicos foram importantes nessa fase dos ‘jornais literários’ no Brasil – e seriam fundamentais para que, num futuro breve, se fizesse notar a figura do correspondente de guerra. O principal deles foi o desenvolvimento do serviço de telégrafo dos Correios, que uniu gradativamente as regiões mais próximas

²⁰⁴ Sodré, 1999: 233-4.

²⁰⁵ Idem: 238-9.

²⁰⁶ Idem: 248.

aos grandes centros, a partir de 1850. Feitos inéditos auxiliaram a distribuição dos jornais, folhetins, almanaques e até dos livros.

Até 1825, não havia serviço postal para o interior brasileiro, nem nos maiores estados. “Era a época dos ‘próprios’, pessoas especialmente encarregadas de levar correspondência a alguém. Serviço público mesmo, só entre São Paulo e Santos, e daí à Corte, por via marítima”, historia Sodré. Ao passo do surgimento do “primeiro locomóvel a vapor”, em 1867, em meio à Guerra do Paraguai, fixou-se o correio diário entre o interior e a capital, sendo que a postagem de São Paulo ao Rio de Janeiro continuou a ser realizada por navios, a cada cinco dias. “Outras linhas”, destaca o historiador, eram feitas “a cavalo”. Em 1865, começou a construção da linha telegráfica entre a Corte e Porto Alegre, Rio Grande do Sul.²⁰⁷

Em 1874, as notícias estrangeiras chegavam ao Brasil em cartas, transportadas por transatlânticos, demorando muito tempo entre a postagem e o destinatário final. No mesmo ano, no entanto, uma revolução nesse aspecto: instalou-se por aqui a primeira sucursal da agência telegráfica *Reuter-Havas*, com cabo submarino para o além-mar. O impacto para o público foi imediato:

Na edição de 1º de agosto de 1877, o *Jornal do Comércio* publicava os primeiros telegramas por ela [Reuter-Havas] distribuídos. [...] Esse noticiário passou logo a ser utilizado por todos os jornais, que criaram uma página internacional, com cotação do café, ao tempo em Paris. A agência *Reuter-Havas* serviu 71 anos à imprensa brasileira; ao fim da Segunda Guerra Mundial passou a chamar-se *France-Press*.²⁰⁸

O início da disseminação do serviço telegráfico impossibilitou, pelo ponto de vista tecnológico, que Taunay fosse correspondente de guerra a seu tempo. Sua contribuição, porém, para o ofício não se perdeu. Pelo contrário! Sua origem, numa fase tão rica da imprensa brasileira, fez de Taunay, concomitantemente, homem de literatura e homem de jornalismo. A publicação de *A Retirada da Laguna*, mesmo que em livro, teve um sentido precursor para a correspondência, na medida em que foi uma das primeiras a reportar a guerra pelo formato de gênero diário, com o objetivo de contar a totalidade dos acontecimentos que testemunhou na frente de batalha.

Até então, como vimos no **início deste capítulo**, tínhamos múltiplas possibilidades de narrativas de guerra. Nenhuma delas preocupada em se referir a tudo que seu autor testemunhou, de maneira organizada, a fim de entregar ao público o entendimento pleno sobre o que se escrevia. Eram narrativas parciais e pessoais, mais

²⁰⁷ Idem: 208.

²⁰⁸ Idem: 215.

do que completas e públicas. Taunay não era um correspondente, mas fazia da literatura em diário uma forma de ‘jornalismo de guerra’. Na **seção 4.3.3.**, vamos debater como isso se dava, levando em conta a importante fase da imprensa brasileira naquela época.

4.3.3. O avanço da literatura em diário para o jornalismo de guerra

A narrativa de guerra de Taunay, que trataremos aqui, é *A Retirada da Laguna*, pelo seu sentido predecessor para a correspondência e por ser anterior, mesmo que lançado em outro idioma, ao *Diário do Exército* – que merece também uma avaliação mais específica em trabalhos futuros. A história da coluna militar do coronel Camisão estende-se de 1865 a 1867, marcadamente do início ao meio da Guerra do Paraguai, tendo percorrido 2.112 quilômetros, de São Paulo até Miranda, no Mato Grosso. Partiram 3 mil soldados, desse total perecendo quase um terço durante o percurso, em virtude de doenças.

No entanto, o objetivo de Taunay, com o livro, era focalizar aqueles dias em que a expedição avançou ao território paraguaio e, forçosamente mais tarde, foi obrigada a retroceder a partir de uma fazenda de nome Laguna.^{xlvi} O autor afirmou que narraria os 35 dias da expedição em retirada. O que notamos, precisamente, é uma dedicação detalhista a partir de 17 de abril – quando a tropa, decidida a avançar, avista a fronteira – até 5 de junho de 1867, oportunidade em que se vê a ‘salvo’ em Nioaque, cidade com reserva de alimento e munição, no passado já invadida pelos paraguaios. Na prática, foram 49 dias, divididos em 21 capítulos, em que o contingente se reduziu de 1.680 a 700 homens.

Como já dito, Taunay, aos 25 anos de idade e ainda sem o título de visconde, foi destacado para acompanhar a coluna Camisão por determinação de Dom Pedro II. Tal fato ocorreu devido a sua formação de engenheiro e não a de escriba, que tampouco havia manifestado. À época, não era autor de nenhum livro. Como secretário da comissão de engenheiros, escreveu o dia-a-dia da expedição em diário de folhas avulsas, que manteve por todo o trajeto para registro, e não para publicidade.

A manifestação inicial de Taunay, ao fazer tais anotações, estava fadada a igual destino das demais narrativas antigas indicadas **na seção 4.2.:** registros de cunho particular ou oficial, para consumo de poucas pessoas que, às vezes, seriam até ‘esquecidos’ em casas ou escritórios. O cenário sofreu alteração significativa quando de seu retorno do Mato Grosso, por insistência do pai, o barão Amado Félix, o engenheiro

virou escritor ao começar a elaboração de um volume sobre aqueles dias. O historiador Sérgio Medeiros, na introdução de *A Retirada da Laguna*, postula que, ao tomar tal atitude, ele usou como matéria prima “a memória ainda fresca dos fatos e as anotações de um diário”^{xlix}, eternizando esta história^l ‘insignificante’ do ponto de vista das proporções que havia ganhado a Guerra do Paraguai.

Durante duas horas ininterruptas Taunay anotou à luz de vela suas impressões assustadoras da guerra do Paraguai, não desejando desperdiçar esse momento de inspiração. Transcorridos vinte dias, e após inúmeras consultas ao seu diário de secretário da comissão de engenheiros, concluía a primeira versão [*do livro*].²⁰⁹

A publicação foi um relato completo da incursão do exército brasileiro ao Paraguai, tendo bem definidos seu começo, meio e fim, diferentemente das frações de narrativas sem continuidade ou periodicidade, recolhidas por estudiosos a fim de recuperar histórias de combates remotos ou desconhecidos. Taunay não fez correspondência de guerra, afinal ali não havia a emissão de despachos para a redação de um jornal simultaneamente ao desenrolar da coluna Camisão. O autor foi enviado pelo imperador à frente de batalha e não por um veículo de comunicação. Além do mais, embora o telégrafo já estivesse em funcionamento àquela época, a expedição não contava com tão avançada tecnologia. Como remeter informações, então?

Para que as missivas do estado-maior da coluna chegassem à sede do Império e a qualquer outra localidade (ou vice-versa), era necessário que se enviassem mensageiros. O próprio Taunay escreve a esse respeito, quando o coronel Camisão procurava informações superiores sobre uma possível invasão ao Paraguai e leu “as notícias que a mala de Mato Grosso havia trazido”.²¹⁰ Ou, quando do iminente início da retirada da Laguna, o comandante remeteu comunicação: “Todos os seus despachos, assim como, seguindo-lhe o exemplo, nossas cartas para Mato Grosso, Goiás e Rio de Janeiro ([*foram*] confiadas a Loureiro, que então se despediu de nós)”.²¹¹

Francisco Doratioto, corroborando indiretamente a tese da ausência de correspondentes brasileiros na cobertura da Guerra do Paraguai, informa sobre a obrigação que o então marquês de Caxias tinha de enviar relatórios para satisfazer a imprensa durante o conflito. Pois, se o comandante tinha que reportar às redações dos

²⁰⁹ Medeiros, 1997: 9-10.

²¹⁰ Taunay, 1997: 78.

²¹¹ Idem: 100.

jornais, era ele mesmo um ‘primitivo’ correspondente da guerra, embora escalado pelo exército.²¹²

Após a ‘Dezembrada’ – série de batalhas vencidas pela Tríplice Aliança na Guerra do Paraguai –, segundo o historiador, Caxias escreveu carta ao ministro da Guerra, o barão de Muritiba, a 26 de dezembro de 1868, mostrando-se “amargurado e desiludido”.

Nessa missiva o marquês começava dizendo que “era para deplorar” que, “forçado pelas conveniências”, escrevesse ofícios ostensivos, para conhecimento do público, falando “em feitos heroicos” das tropas brasileiras e “que obrigado pela lealdade e franqueza, que devo a V. Exa. e ao Governo Imperial tenha de comorar [*relatar*] vergonhas e misérias”.²¹³

Essa carta de Caxias é prova inequívoca de que não havia correspondentes na Guerra do Paraguai, e de como o Império queria manipular as informações da frente de batalha, forçando seu comandante-em-chefe a não somente levar a “conhecimento do público” o avanço aliado por meio da imprensa, mas descrever “feitos heróicos” do exército. Para comprovar o que disse Caxias, Doratioto expõe uma notícia veiculada por um jornal gaúcho da época:

Em correspondência do teatro da guerra publicada no *Diário do Povo* de 13 de janeiro de 1869, lia-se que Caxias garantia “a todo mundo que chegando a Assunção estabelecerá um governo provisório, dando assim por finda sua missão; pois que não é capitão-do-mato para andar à cata de López”.²¹⁴

Ainda que tenhamos esses elementos em contrário, associadas à completa carência de referências de Taunay sobre o desempenho desse ofício em suas *Memórias* (escritas entre 1890 e 1899 e de publicação póstuma em 1948), ao menos três estudiosos têm Taunay como correspondente. Sodré registra que o jornal *A Semana Illustrada* “teve como correspondentes na guerra com o Paraguai” três profissionais brasileiros: Joaquim José Inácio, futuro visconde Inhaúma; Antônio Luís Von Hoonholtz, futuro barão de Tefé; e o próprio Alfredo d’Escragnolle-Taunay.²¹⁵ Não temos registros históricos acerca dos dois primeiros citados. Em sua dissertação de mestrado, Leonardo Guedes Henn, dedicado a historiar a imprensa na guerra, afirma que é no Paraguai que se registra pela “primeira vez o uso de correspondentes na imprensa brasileira”.²¹⁶

²¹² Doratioto: 1996: 76-7.

²¹³ *Ibidem*.

²¹⁴ *Idem*: 79.

²¹⁵ Sodré: 1999: 205.

²¹⁶ Henn, 2000: 14.

Hamilton Ribeiro se refere a Taunay como “o nosso primeiro e maior correspondente de guerra”.²¹⁷

A linha entre a correspondência de guerra e o jornalismo de guerra é deveras tênue, como já observou Cunha²¹⁸, na **seção 3.3**. Em nosso juízo, Taunay faz jornalismo de guerra e pode estar aqui a confusão feita por Henn e Ribeiro. Já Sodré, embora não tenhamos evidências, é categórico ao afirmar que um jornal – *A Semana Illustrada* – teve Taunay como correspondente. Seja como for, o debate sobre a localização de Taunay como figura próxima ao jornalismo de guerra suscita dúvidas sobre a fronteira entre jornalismo e literatura, uma característica marcante dos ‘jornais literários’ da segunda metade do século XIX.

A esse respeito, Antonio Candido identifica o trabalho de Taunay como um “caso raro na literatura do tempo”. O escritor foi capaz de se integrar à realidade brasileira de um “modo desconhecido a qualquer outro romancista”, o que marcaria sua obra.²¹⁹ O crítico literário também categoriza a narrativa de Taunay como “ficção” de “valor documentário”, misturando as bolas entre jornalismo e literatura, devido ao “senso da realidade” e “gosto pela observação”.

Este [*Taunay*], nem bacharel, nem médico, mas militar, enfronhado em problemas práticos, é particularmente um caso raro na literatura do tempo, para a qual trouxe uma rica experiência de guerra e sertão, depurada por sensibilidade e cultura nutridas de música e artes plásticas. Esta combinação de senso prático e refinamento estético fundamenta as suas boas obras e compõe o traçado geral da sua personalidade.²²⁰

Taunay tinha a necessidade de testemunhar para escrever, não havia ficção por ficção, incubada a partir de um local estranho ao fato contado, como fica demonstrado, quando repreende José de Alencar por elaborar sem conhecer *in loco*, na **seção 4.3**. Essa singularidade, segundo Candido, começa a ser explicada pela “insistência com que passou a vida elaborando sem cessar a própria experiência”. Diferentemente do autor de *O Guarani*, Taunay faria em *Inocência* a transposição de personagens reais, passando do “cotidiano para a ficção”. “Portanto [...] várias das pessoas que viu foram reproduzidas com uma fidelidade que dá valor documentário à sua ficção”, expõe o renomado estudioso.²²¹

²¹⁷ Ribeiro, 2005: 102.

²¹⁸ Cunha, 2011b.

²¹⁹ Candido, 2007: 622-3.

²²⁰ Idem: 630.

²²¹ Idem: 623-5.

Há tipos copiados fielmente, outros elaborados a partir da sugestão inicial, outros compostos com elementos tomados a mais de um modelo. E isso denota maior compilação do que se supunha o próprio Taunay, ao proclamar a sua fidelidade ao real porque, em qualquer arte, desde que apareça uma certa tensão criadora, mais importantes que as sugestões da vida (accessíveis a todos) tornam-se a invenção e a deformação, devidas não só às capacidades intelectuais de composição, como às possibilidades afetivas, à memória profunda, ao dinamismo recôndito do inconsciente.²²²

O que Candido procura apontar é que, embora verossímil e fruto de confecção a partir do testemunho, a “compilação” da realidade associada à “tensão criadora” numa única narrativa sempre gera “invenção” e “deformação” da própria realidade por parte do autor. A simples busca de uma “memória profunda” dos acontecimentos, procurando interpretá-los e entendê-los completamente já altera a “fidelidade ao real”. Assim, entendemos que *A Retirada da Laguna* é o retrato de uma experiência individual, codificado de maneira criativa por seu escritor, em patamar distinto de *Inocência*, também verossímil, porém composto a partir de “elementos tomados a mais de um modelo”, no qual o testemunho que vale é o de uma experiência de toda uma vida compilada em conjunto.

Enquanto em *A Retirada da Laguna* o sofrimento da tropa é elevado a “categoria dramática”, portanto modificando em parte a realidade, em *Inocência* o que vemos é uma elaboração que tem como base o real, revisto e reelaborado pela extensa vivência do autor, num nível ficcional, se assim podemos dizer, mais abrangente.

Em *Inocência*, vemos de fato que os tipos acessórios são às vezes ‘fotografados da realidade’; mas quando são importantes ou essenciais à narrativa (isto é, quando são personagens), vão se deformando cada vez mais pela necessidade criadora. [...] No seu caso, elas [*as forças criadoras profundas*] se manifestam pelo discernimento com que ajuntou os dados da impressão e da memória, para reviver num caso participar, inventado. [...] Em *A Retirada da Laguna*, o longo padecimento da tropa permitiram-lhe transpor a jornada a uma categoria dramática.²²³

No entanto, tais características, que aproximam, ao nosso ver, *A Retirada da Laguna* do jornalismo de guerra, são tratadas por Candido como de “cunho pouco profundo de criação literária”.²²⁴ Se, nessa balança de medidas, a narrativa de Taunay tem pouco de “criação” significa dizer que, de outro lado, tem muito de transposição da realidade, nua e crua. Uma combinação que o crítico resume levando em conta os “traços modestos” da “impressão” e “lembrança”, em vez de “memória” e “emoção”.

²²² Idem: 626-7.

²²³ Ibidem.

²²⁴ Idem: 623.

Duas palavras poderiam sintetizar sua obra [*a de Taunay*]: impressão e lembrança, pois o que há nela de melhor é fruto de impressões de mocidade [*da coluna Camisão, por exemplo*], e da lembrança em que as conservou [*as anotações em diário, por exemplo*]. [...] A sua recordação não vai àqueles poços de introspecção, donde sai refeita em nível simbólico; nem equivalem as suas impressões ao discernimento agudo, que descobre novas regiões da sensibilidade [*como faria, em certo nível, Euclides da Cunha em Diário de uma Expedição, analisado na seção 4.4.3.*].²²⁵

Taunay, aliás, não reivindica glórias literárias com o lançamento do volume acerca das desventuras da expedição ao Mato Grosso. Acreditava fielmente na força sincera dos terríveis acontecimentos contados e em nada mais, como podemos verificar no prólogo da primeira edição de *A Retirada da Laguna*, datada de outubro de 1868:

Uma narrativa que não aspira a outros méritos senão àqueles dos próprios fatos relatados; foram extraídos de um diário escrito durante a campanha. O leitor vai descobrir aqui muitas incorreções, superfluidades, fatos repetidos: acreditamos poder deixá-los; são sinais de que se fala a verdade.²²⁶

A interpretação de Antonio Candido está alicerçada por quem visualiza o problema pelo lado da literatura. Para advogar pelo lado do jornalismo, trazemos o professor Paulo Paniago, que vê a situação desapegada do tradicional entendimento do nosso campo, em que a distância entre o romance e o jornal, por exemplo, seria abismal, levando-se em consideração o argumento fatídico de que um faz relato ficcional e o outro, factual. Em termos práticos, reconhece naquele um discurso centrado na “subjetividade”, no qual se conhece o que “a outra pessoa pensa, sabe, sente”, e neste um discurso que “abriu mão” do mergulho ao “interior da experiência humana”, em que “basta o exterior”, o que é “apurável”.²²⁷

Por isso, somente a literatura, e não o jornalismo, teria condições de “reunir todos os aspectos” de uma conflagração – para ficar na frase célebre do correspondente Gavin Young, exposta na **apresentação desta dissertação**. Segundo Paniago,

Aristóteles distingue o papel do poeta, que não precisa narrar o que aconteceu, daquele do historiador. Esse diz o que aconteceu, o outro, o que poderia acontecer. A poesia, ele conclui, é portanto mais filosófica, porque se refere ao universal, enquanto a história se refere ao particular.²²⁸

Aplicado ao caso de Taunay, o argumento universal *versus* particular ajuda a explicar o que disse Candido, aqui interpretado, no entendimento de narrativa mais (*Inocência*) ou menos (*A Retirada da Laguna*) ficcional. Paniago, então, constrói seu

²²⁵ Ibidem.

²²⁶ Taunay, 1997: 33.

²²⁷ Paniago, 2008: 39.

²²⁸ Idem: 44.

pensamento na contribuição do romance realista nesse processo, tratado, não simplesmente como “gênero literário” ou “período histórico da literatura”, mas “como uma atitude de apreensão, aquilo que Platão e Aristóteles escolheram chamar *mimesis*, ou seja, uma vontade de *representar* a realidade”.²²⁹

De acordo com Paniago, o jornalismo pode ser entendido, primeiro, como “muito próximo da literatura realista”, constituindo a partir dela boa parte de suas técnicas de captação e redação. “Depois, como gênero que se apropriou desse realismo”, acrescenta, “como se fosse possível dizer [...]: pode me confiar a responsabilidade de ser testemunha dos fatos”.²³⁰ Notemos a importância dada ao caráter testemunhal numa narrativa jornalística, ao passo que na correspondência de guerra esse valor vai se transformar em condição e função de sua existência. Sem testemunho, o ofício não pode ser desenvolvido pelo repórter.

Um dos primeiros ‘realistas’ da literatura foi Daniel Defoe (1660-1731), que partilha de um dilema semelhante – e até mais polêmico – ao de Taunay acerca de jornalismo e literatura. Autor de *Diário de um Ano da Peste* (1721), Defoe narrou no livro a epidemia de peste bubônica que atacou a cidade de Londres, Inglaterra, em 1665. “O texto se apresenta como história verídica, embora no período da peste Defoe contasse com apenas quatro anos de idade”, informa Paniago, considerando ser esse um “tipo de relato jornalístico”.²³¹

A questão se coloca, para o teórico espanhol Albert Chillón, nos seguintes termos, ao tratar da “sensibilidade realista”, advinda desde o século XVIII e até hoje mal resolvida, e da confusão que esta traria junto consigo:

Tal sensibilidade nasceu como expressão da necessidade de conhecer as novas realidades sociais emergentes, e se modelou em duas grandes modalidades narrativas de cultura e comunicação: por um lado, o romance e o relato realista, dedicados a configurar representações fictícias da experiência individual e social; e, por outro, as diversas modalidades da antiga prosa testemunhal e do incipiente jornalismo de difusão ampla, dedicados a proporcionar aos crescentes públicos leitores representações e valorações factuais sobre o que se entende chamar “realidade social”. [...] entre o fictício e o factual se desenha um arco sutil de formas representativas – e imaginativas, portanto – característico da sensibilidade moderna.²³²

Em torno desse debate jornalismo/literatura, Paniago defenderá a existência de um jornalismo literário^{li}, capaz de ao mesmo tempo resguardar os princípios do

²²⁹ Idem: 36-7.

²³⁰ Ibidem.

²³¹ Idem: 68-71.

²³² Chillón, 2009: 80.

jornalismo – “a veracidade, a busca pelo factual, a fidedignidade” – e utilizar “uma série de técnicas para fazer relatos há muito desenvolvidos” pela literatura.²³³ Seu embrião, segundo Chillón, está no Naturalismo, uma espécie de radicalização do Realismo.

Os romances naturalistas em que [*Émile*] Zola exprimiu mais a fundo suas ideias sobre o *romance experimental* convertem-no, no meu entender, num ponto de confluência único das diferentes correntes que fizeram possível o nascimento e a proliferação do jornalismo literário contemporâneo.²³⁴

Subentendendo-se, assim, que Taunay, enquanto autor de *A Retirada da Laguna*, foi uma espécie de precursor do correspondente de guerra no Brasil, passamos ao caso de compreender a organização textual, a forma de apuração e escrita, que fundamenta tal compreensão. No **capítulo 3**, evidenciamos o uso do formato diário e o caráter testemunhal da narrativa como dois dos principais elementos da correspondência de guerra, que também podemos encontrar na obra do antecessor do ofício no Brasil, o que, de fato, somente coopera para esse entendimento.

Novamente recorrendo à reflexão de Cunha²³⁵, revelada na **seção 3.3.**, aplicaremos as características do diário de guerra^{lii} em *A Retirada da Laguna*, o que nos remete a pensar que o livro não se encaixa no conceito de correspondência somente por seu autor não ter publicado despachos ao decorrer do conflito. De resto, todos os elementos encontrados do diário de guerra são localizados. Se não, vejamos!

O livro dá mostras de como o ‘sequenciamento temporal’ estava presente na narrativa de Taunay. Não havia, como veremos em Da Cunha, a ‘datação’ já no início do despacho (nesse caso, capítulo), mas uma lógica de tempo bem definida no decorrer da trama, apresentada nos ‘tópicos-resumos’ que antecedem cada abertura de capítulo e que analisamos em sua íntegra no **anexo I**.

Aqui, trazemos resumidamente como foi a organização do livro, mostrando que o factual – mais ou menos ficcional, não importa – é a sua essência: narração de momentos anteriores à chegada em Mato Grosso; relato do início da marcha para o interior do Estado; perfil de dois dos protagonistas das ações, o coronel Camisão e o guia Lopes; história sobre a decisão de avançar até a fronteira; descrição de cenas de escaramuças com os paraguaios; exposição da ordem para recuar; notícias da marcha em curso; informações sobre o enfrentamento de incêndios, fortes chuvas, sede, fome,

²³³ Paniago, 2008: 36-7.

²³⁴ Chillón, 20089: 102.

²³⁵ Cunha, 2011a.

cansaço e a cólera; apresentação do sofrimento derivado de inúmeras privações; e dados da chegada a Nioaque.

No capítulo 14, por exemplo, a factualidade está implícita ao texto quando entendemos que a coluna Camisão levantou no dia 12 de maio de 1867 e seguiu a marcha da retirada, já faminta e sedenta; no dia 13, sabendo da notícia de que a guerra no *front* Sul ainda demoraria a chegar ao término, através de um jornal paraguaio encontrado ao acaso no trajeto, a tropa desanimou e não saiu do acampamento naquelas 24 horas; no dia 14, ainda chovendo, retomou o percurso, desbravando o caminho sobre um “denso bambuzal”, sendo destacado até o horário de determinadas ações (“meio-dia” isso, “duas horas” aquilo, “três horas” aquilo-outro e “cinco” horas mais isso); e no dia 15, a marcha prosseguiu, enfrentando as queimadas provocadas pelos paraguaios.²³⁶

Quando a expedição ainda não tinha tomado a decisão de avançar sobre território inimigo, Taunay manteve a narrativa mais acelerada, sem detalhes de horários. Nunca esqueceu, porém, de informar a ‘sequência’ dos acontecimentos da tropa, o que traz o leitor para o universo da narrativa, como exibido abaixo:

A coluna se pôs em movimento em 25 de fevereiro de 1867 e, uma légua do povoado, acampou à margem do rio Nioaque. [...]

No dia 26 chegamos ao Canindé; no dia 27, ao Desbarrancado.

A expedição permaneceu dois dias neste lugar, 28 de fevereiro e 1º de março. No dia 2, marchou até o Feio, rio próximo onde estacionou até o dia 3, por causa do mau tempo.

Em 3 de março, Francisco Lopes [*o guia*] retornou de sua propriedade, a fazenda Jardim, trazendo-nos cerca de 250 cabeças de gado. [...]

No dia 4, à uma hora da tarde, ocupamos o terreno onde existira uma colônia chamada Miranda.²³⁷

Taunay não se adiantou à carruagem dos acontecimentos. Quando se pôs a escrever, já tinha o entendimento completo da expedição, pois a mesma já havia chegado ao fim. Ele vai contando a história da coluna Camisão como se aquele fosse seu diário de campanha – para escrever o livro, as anotações foram revistas –, dia após dia, elevando o grau de dramaticidade até chegar ao clímax, sempre associado à ‘temporalidade presente’, outra característica significativa daquele formato de gênero.

Afinal, o autor constrói a narrativa de acordo com o que observa no dia atual, o que aproxima a ‘temporalidade presente’ ao ‘caráter testemunhal’, tão caro a nós neste trabalho. Antonio Candido defende que, além das anotações do diário e das lembranças dos ocorridos, Taunay escreveria *A Retirada da Laguna* apoiando-se em parte dos

²³⁶ Taunay, 1997: 162-74.

²³⁷ Idem: 60-1.

domínios artísticos herdados da família, usando desenhos de próprio punho para ajudá-lo a recuperar e descrever personagens e cenários.

[*Taunay*] viajava de lápis na mão, registrando as cenas de viagem em desenhos de “ingênuo paisagista”, como se qualifica. Desenhos de traço elementar, com efeito, atentos à realidade e transpondo-a com amenizada placidez.²³⁸

Embora seja um narrador participante do relato, portanto testemunha de boa parte das ações, Taunay revela, em suas *Memórias*, que teve muito receio de levar consigo marcas de ferimentos pelo resto da vida, pois “tinha eu muita vaidade do meu físico, dos meus cabelos encaracolados, do meu porte”²³⁹ e, diante de qualquer lesão mais grave, dizia que preferiria a morte.

Aqui confesso à puridade [*em segredo*]. Muitas vezes, no meio das balas, corria-me rápida pelo pensamento esta ideia: Meu Deus, e se um desses inconscientes pelouros me levar o braço, como poderia mais tocar piano?... E se me deformar a cara! Prefiro a morte. [...]
Nem por isto, porém, deixei jamais de cumprir, e bem, o meu dever diante do inimigo; estou, porém, contando lealmente a minha vida, os estímulos que me dominaram, bons e maus, sérios e fúteis, e não me era lícito omitir esta feição íntima que teve em mim não pequena influência nas relações mundanas.²⁴⁰

Diferentemente do comandante Camisão e de seu substituto Juvêncio Cabral de Menezes, chefe da comissão de engenheiros, que faleceram devido à cólera, Taunay se manteve sempre ativo, sem grandes ferimentos junto à expedição e pôde minutar um episódio da Guerra do Paraguai que, certamente, seria esquecido em meio a tantas mortes e dores daqueles anos de guerra. Seu testemunho é elemento importante, nesse contexto, sendo utilizado como raro registro considerado tanto por historiadores tradicionais como por revisionistas. Imagine qual não seria o impacto, à época e também hoje, de um autor que, contando em primeira pessoa do plural, chegasse à fronteira entre dois dos países protagonistas de uma guerra em desenvolvimento em meados do século XIX.

De repente, um grito partiu simultaneamente de vários lugares: “A fronteira!”. Da altura onde se encontra o destacamento, via-se efetivamente a mata sombria do Apa, limite dos dois países.
Foi um momento solene, uma emoção a que ninguém escapou, oficiais e soldados. Ver o aspecto da fronteira que demandávamos representou para todos uma surpresa. Ninguém estivera ali antes. Alguns podiam já tê-la visto, mas apenas com os olhos de caçador ou de andarilho, para quem o chão é indiferente. A maioria de nós ouvira falar

²³⁸ Candido, 2007: 622.

²³⁹ Taunay, 1997: 284.

²⁴⁰ Idem: 305-6.

vagamente da fronteira, mas agora ali estava ela à nossa frente, como ponto de encontro de duas nações armadas, como campo de batalha.²⁴¹

Há uma preocupação, por parte de Taunay, quase ‘jornalística’ em confirmar e reafirmar por que terras andou em 1867. Uma necessidade de localização geográfica, em detalhes, que lembra bastante a exatidão exigida pelo jornalismo, a exemplo de quando chegou ao limite entre os países, no rio Apa. Um momento histórico como aquele carecia de uma descrição precisa sobre as suas águas e nascentes.

As três nascentes do Apa que logo se reúnem ficam na Serra de Dourados, situada um pouco abaixo da colônia militar de mesmo nome, a doze léguas a este-sudeste da de Miranda. Suas águas correm primeiro para oeste, dez graus ao norte, até o forte Bela Vista, que se acha abaixo do paralelo 22, e de lá voltam para oeste, dez graus ao sul, com curso ligeiramente sinuoso, banhando Santa Margarida, Rionconada e outros pontos fortificados, perdendo-se então no leito do rio Paraguai.²⁴²

O ‘caráter testemunhal’ da narrativa cresceria a um ponto que Taunay, ao mesmo tempo, ajudaria a redigir e veria a reação dos presentes à troca de mensagens entre brasileiros e paraguaios, em busca de uma mal sucedida rendição do adversário, após a coluna Camisão atravessar a fronteira. O papel seria fixado junto a uma bandeira branca, fincada no território entre a guarnição de um e outro, e “dizia o seguinte”:

“Aos paraguaios, [...]”

Disparamos tiros de canhão como inimigos, agora desejamos tratar-vos com a bandeira branca na mão e sereis recebidos com todas as atenções que as nações civilizadas, embora em guerra, devem-se mutuamente”.

A resposta, que encontramos no dia seguinte, estava escrita num papel preso a uma cara e dizia:

“Ao comandante da expedição brasileira: [...]”

Só poderemos tratar-nos com a espada desembainhada. Vossos tiros de canhão não nos atingem, e quando nos chegar a ordem para responder ao ultraje, há no Paraguai terreno ainda para as manobras do exército republicano”.²⁴³

As cenas de combate também não escaparam ao autor. Foram diversas, sendo a principal delas a que aconteceu a 11 de maio de 1867, quando, após avançar ao território nacional, a infantaria paraguaia lançou-se à baioneta contra os brasileiros. Embora receoso das marcas no corpo, Taunay registrou de perto:

Foi uma refrega terrível. Por toda a parte combatia-se corpo a corpo, a tal ponto que o batalhão de voluntários de Minas inicialmente hesitou em abrir fogo, pois as descargas poderiam atingir amigos e inimigos: as balas entretanto partiram e juncaram o chão de mortos e feridos, o

²⁴¹ Taunay, 1997, 83.

²⁴² Idem: 89.

²⁴³ Idem: 102-3.

que ao menos obrigou os paraguaios a recuar e fugir, embora apenas para se recompor a pouca distância dali.²⁴⁴

Durante a penosa retirada, que fez a expedição sofrer com “o sol, fraco pela manhã, após uma noite gelada tornava-se em seguida escaldante”, Taunay relatou todas as privações pelas quais passariam.²⁴⁵ A fome, no entanto, é a que mais impacto causou. Notamos isso pelo dramático trecho em que, após cruzar o rio Cruzes, em 19 de maio de 1867, a tropa parou para dormir e comer.

Morríamos de frio e estávamos em jejum; com grande dificuldade o fogo foi aceso por volta da meia-noite, à custa de muita madeira verde que se consumia quase sem chama.

Um espetáculo repulsivo revelou-nos, neste lugar, o quanto era medonha a fome dos nossos soldados. Ia-se abater um boi estafado, quase moribundo: ao redor do infeliz animal um círculo já se formara, cada qual aguardando com ansiedade os jatos de sangue, alguns para recolhê-lo numa vasilha e levá-lo, outros para bebê-lo ali mesmo, e, no momento oportuno, todos se lançaram a um só tempo, os mais distantes disputando com os mais próximos. Isto se sucedia todos os dias. O açougueiro mal tinha tempo de cortar o animal e de certo modo já era preciso arrancar-lhes os pedaços das mãos para levá-los ao local da distribuição. Os restos, as vísceras, o próprio couro, tudo era despedaçado no ato e prontamente devorado, mal assado ou mal cozido: refeição odiosa que não podia deixar de dar origem a algumas epidemias.²⁴⁶

Taunay não era somente uma testemunha participante, era um sobrevivente no sentido sustentado pela pesquisadora Maria Madalena Rodrigues, na **seção 3.3**. Por isso, sua narrativa testemunhal não seria apenas *testis*, aquele que assiste, mas *superstes*, aquele que, além de testemunhar, sobrevive ao que testemunhou.²⁴⁷ É nessa qualidade que, após tudo o que viveu no Mato Grosso, ao final da retirada, Taunay se vangloriava de ser “um triunfo, estar ainda de pé e não ter sucumbido a um inimigo tão perfidamente disposto a nos arruinar”.²⁴⁸

A 12 de junho de 1867, já em porto do Canuto, no rio Aquidauna, o autor encerrou o livro com a ordem do dia do então comandante José Tomás Gonçalves, que resumia a sorte da coluna, da qual testemunhou na sua plenitude, nos seguintes termos:

“A retirada, soldados, que acabais de efetuar, fez-se em boa ordem, ainda que no meio das circunstâncias mais difíceis. Sem cavalaria, contra o inimigo audaz que a possuía formidável, em campos em que o incêndio da macega, continuamente aceso, ameaçava devorar-nos e vos disputava o ar respirável, extenuados pela fome, dizimados pela *cólera* que vos roubava, em dois dias, o vosso comandante, o seu

²⁴⁴ Idem: 142-3.

²⁴⁵ Idem: 184-5.

²⁴⁶ Ibidem.

²⁴⁷ Rodrigues, 2006: 112.

²⁴⁸ Taunay, 1997: 260.

substituto e ambos os vossos guias, todos esses males, todos esses desastres vós os suportastes numa inversão de estação sem exemplo, debaixo de chuvas torrenciais, no meio de tormentas e através de imensas inundações, em tal desorganização da natureza que ela parecia conspirar contra vós. Soldados, honra à vossa constância que conservou ao Império os nossos canhões e as nossas bandeiras!”²⁴⁹

Os dois últimos elementos do diário de guerra – ‘sobreposição da autoria com a narração’ e ‘subjatividade no narrar’ – podem ser verificados quando observamos que Taunay utiliza ora a primeira pessoa do singular (eu), ora a primeira pessoa do plural (nós) ao se incluir em cena, o que configura sua identificação com a expedição. O narrador, às vezes, surge isoladamente (eu), citado somente pelo nome, e, noutras vezes, aparece em conjunto com o autor (nós), configurando o uso da ‘sobreposição’. Em ambos os casos, o artifício da subjatividade torna-se total.

Na passagem em que Taunay falou da grande aproximação entre as duas tropas, o que permitiu o contato visual entre os soldados, ele deixou evidente o jogo do nós (os brasileiros) contra eles (os paraguaios).

Nossa vanguarda encontrou esta posição ocupada por um grande destacamento de cavaleiros; deteve-se, todos os nossos corpos fizeram o mesmo, um após o outro. Os paraguaios examinavam-nos, nada se interpunha entre eles e nós; podiam contar quantos éramos. Isso constituiu para nós uma grande desvantagem. Até ali eles haviam pensado segundo nossos refugiados, que a coluna brasileira compunha-se de pelo menos 6 mil homens, e ‘nosso’ comandante empenhara-se, conforme as regras da guerra, em alimentar este erro. A ilusão havia chegado ao fim: desfez-se quando lançaram sobre nós o primeiro olhar.²⁵⁰ [*Grifo nosso*]

Taunay também entrou e saiu da cena quando relatou que seus registros resistiram a tempestades, travessias de rios e encarniçadas lutas, mas que nem todos os escritos tiveram tanta sorte. Alguns se perderam em queimadas:

Encontramos destroços de carroças que os paraguaios acabavam de queimar, muitos víveres e objetos de provisão [...], como já encontráramos nas margens do rio Canindé cadernos rasgados, folhas abandonadas ao vento, anotações, algumas das quais o autor deste relato reconheceu como suas, agora incompletas e já inúteis.²⁵¹ [*Grifo nosso*]

Na função de secretário da comissão de engenheiros, ele se identificou como “o autor deste relato”. Taunay também foi “o próprio autor desta narrativa”, um aposto que ele usou para caracterizar “o secretário encarregado de redigir a ata da reunião”. Na

²⁴⁹ Taunay: 263-4.

²⁵⁰ Idem: 86-7.

²⁵¹ Idem: 260.

hora da arriscada aprovação dos oficiais pela marcha até a fronteira do Paraguai, ele assim descreveu a manifestação do tenente-coronel Juvêncio:

Ergue-se o presidente do conselho e, voltando-se para o secretário encarregado de redigir a ata da reunião, o próprio autor desta narrativa, encarregou-o de comunicar ao comandante que a comissão fora unânime.²⁵² [Grifo nosso]

Nos derradeiros dias de vida do coronel Camisão, ele já se comprometeu a não manter silêncio sobre os acontecimentos no Mato Grosso, embora não soubesse como divulgá-los. Taunay registrou aquela que foi uma das últimas vontades do comandante: que o relato das dramáticas mortes por doença constasse na história da coluna, “se algum dia ela for escrita”: “Parecia desejar que lhe prometêssemos isto; em nome de todos, o próprio autor deste relato comprometeu-se assim proceder, e o cumpre hoje com uma exatidão religiosa”²⁵³ (Grifo nosso).

A tentativa de afastamento foi maior quando, relatando as atividades militares específicas, Taunay se identificou pelo sobrenome (d’Escragnolle-Taunay). Assim aconteceu no momento em que o coronel Camisão designou dois oficiais para levantar novo acampamento: “Enviou ele imediatamente a Nioaque dois membros da comissão de engenheiros, Catão Roxo e d’Escragnolle-Taunay”²⁵⁴ (Grifo nosso).

Ao longo de quase toda a narrativa, Taunay não criticou abertamente as decisões do comandante Camisão. Nem os combates, o avanço ou a retirada da coluna, tampouco o abandono dos doentes à própria sorte. No entanto, quando começaram os debates para o recuo da expedição pela falta de armamento, cavalaria, munição e mantimento, Taunay – utilizando-se de nós – fez perguntas retóricas, que pareceram não ter sido feitas no calor dos acontecimentos. Ele também descreveu emoções e sentimentos:

Ocupávamos ainda a fronteira do Paraguai, mas ter que deixá-la causava-nos um doloroso pesar. Tão recentemente a tínhamos atravessado, na crença de que realizávamos uma diversão [*manobra para desviar a atenção do inimigo*] importante, talvez mesmo indispensável à causa da Pátria! Sentíamos quase vergonha de ver nossas esperanças de glória dissiparem-se tão cedo; escapava-nos a presa, e ainda não queríamos confessar que era imperioso abandoná-la. [...] Não tínhamos munição, é verdade; mas não poderíamos recebê-la a qualquer momento? Não requisitáramos a Nioaque havia um bom tempo? [...] Deixávamo-nos levar por esses pensamentos vãos, sem lhes dar demasiada importância.²⁵⁵ [Grifo nosso]

²⁵² Idem: 65.

²⁵³ Idem: 89-90.

²⁵⁴ Idem: 46.

²⁵⁵ Idem: 133-4.

Nesse trecho, porém, Taunay expressou sua discordância com o que considerava uma “vergonha”: o recuo. Observou que talvez a incursão ao Paraguai fosse “indispensável à causa da Pátria!”. Fez perguntas que, no fundo, para ele, justificariam seguir avante até a derrota do inimigo. Tal discordância não se viu de Taunay quando o comandante Camisão resolveu deixar para trás os doentes de cólera. Durante a noite de 26 de maio de 1867, Camisão reuniu três vezes o oficialato para discutir como acelerar a retirada e melhorar o transporte dos doentes. Por fim, já próximo da meia-noite, o comandante convocou os oficiais e médicos para comunicar “uma resolução suprema”.²⁵⁶ Disse Taunay: “Tratava-se de uma ideia que decerto já ocorrera a todos os espíritos [*inclusive o autor*], sem que ninguém, todavia, ousasse expressá-la”.²⁵⁷ E Taunay lá estava, e não se opôs aos argumentos de Camisão:

Declarou aos comandantes que, sob sua própria responsabilidade, e conforme rigor que considerava um dever seu, os coléricos, à exceção dos convalescentes, seriam abandonados naquele pouso. Nenhuma voz se elevou contra tal responsabilidade; um longo silêncio acolheu a ordem e a consagrou.²⁵⁸ [*Grifo nosso*]

Nesse ponto crucial da narrativa, em vez de ‘nós’, Taunay usou “comandantes”, retirando-se da cena e não se comprometendo com aquela cruel decisão, uma decisão unânime. Tudo foi descrito na terceira pessoa, afastando-o do cenário e também da vergonhosa aprovação de abandonar os doentes. Como oficial, Taunay tomou parte daquela decisão, mesmo que pela omissão. Ao narrar esse episódio sem o uso do nós, ele usou o recurso do distanciamento para dizer o não-dito na hora da decisão. Ao decidir contar o que se passou naquela reunião, sem se colocar como um dos votantes, Taunay entregou ao julgamento da História o conselho de oficiais.

Esse uso desmedido de negar uma subjetividade já implícita à narrativa enquanto formato de gênero adotado – o diário – torna-se permitido na medida em que Taunay não faz, cabe sempre ressaltar, correspondência de guerra. Pode fazer até jornalismo de guerra, pois tal característica possibilita que sua escrita seja encaixada como o jornalismo literário, cunhado por Paulo Paniago, no qual se aceita a objetividade e a subjetividade, sem regras excludentes.

A objetividade [...] é tratada no jornalismo literário com reticências, pois sabe-se que todo relato é obrigatoriamente contaminado pela presença do narrador, qualquer que seja. Nesse sentido, o jornalista literário é simplesmente mais honesto ao admitir que sua presença em cena afeta o resultado da apuração. Ele deixa de fingir que está ali

²⁵⁶ Idem: 204.

²⁵⁷ Idem: 206

²⁵⁸ Ibidem.

como observador imparcial, e passa a fazer o que pode, ou seja, agir de maneira responsável fornecendo ao leitor interpretação.²⁵⁹

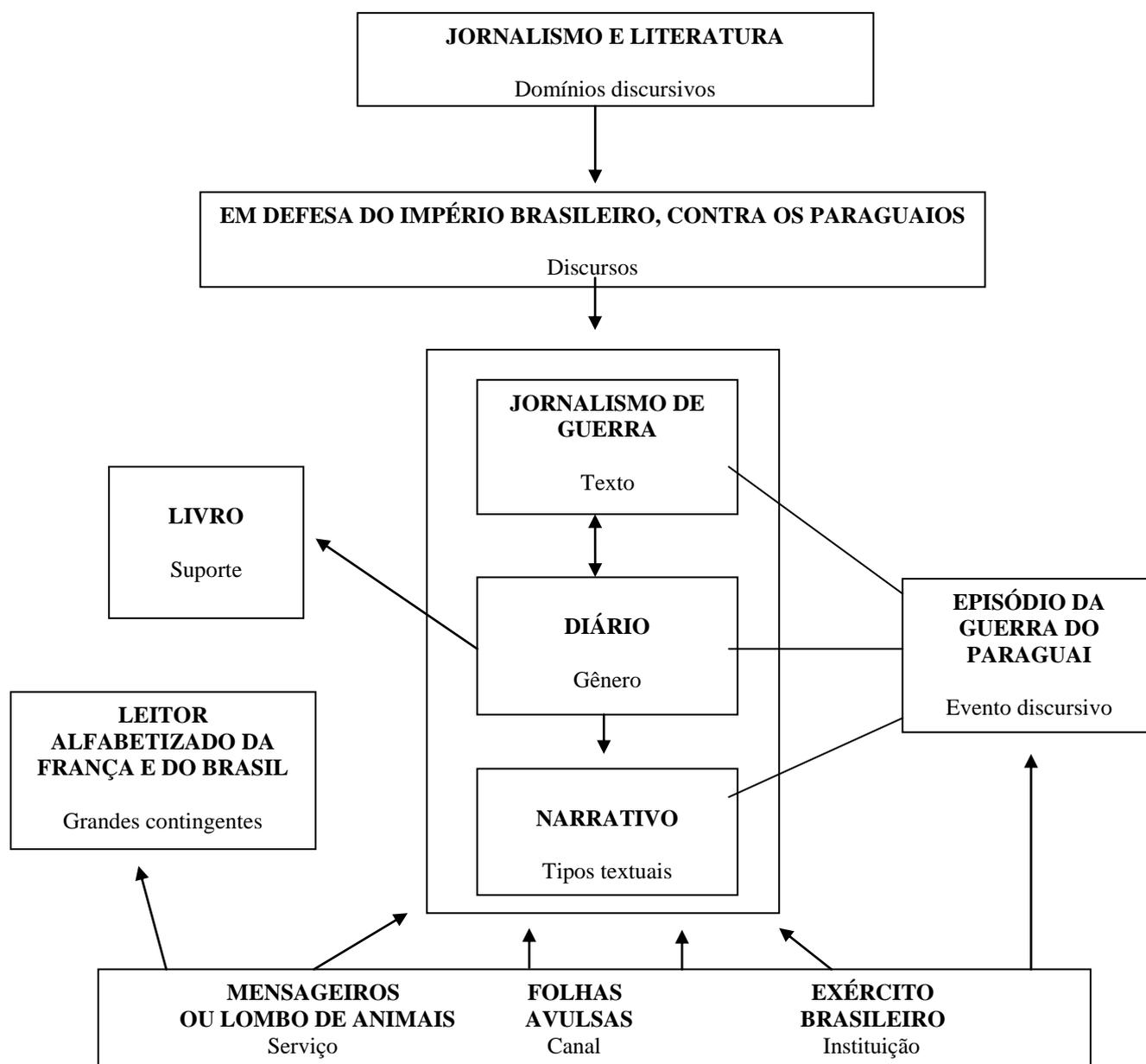
A *Retirada da Laguna*, pelo que vimos, constituiu-se na fronteira entre jornalismo e literatura ou, como considera Paniago, como jornalismo literário. Aos objetivos desta pesquisa interessa mais, em verdade, compreender o livro enquanto jornalismo de guerra, que daria as condições para o surgimento e o desenvolvimento da correspondência, mais adiante; interessa também o fato de que a narrativa de Taunay foi feita no formato de gênero diário. O relato sobre a coluna Camisão, durante a Guerra do Paraguai, ampliaria o horizonte dos textos de guerra de então, marcados pela maneira privada e parcial, para um conceito mais público (mesmo que em livro) e completo (com começo, meio e fim). Seria importante ainda porque exporia a estratégia textual do diário, como solução capaz de facilitar o entendimento do leitor a uma realidade estranha a sua, com o uso de datas e localizações, da subjetividade do autor e, principalmente, do caráter testemunhal.

A fim de completar o exame dos textos de Taunay e de Da Cunha, empregamos neste trabalho um esquema proposto por Luiz Antônio Marcuschi²⁶⁰, em que considera outras categorias analíticas para entender o que ele, e outros linguistas, chamam de ‘gênero textual’, ou seja, o que nós na teoria do jornalismo conhecemos por ‘formato de gênero’ – nomenclatura esta usada nesta dissertação. Para *A Retirada da Laguna*, diversamente do que acontecerá em *Diário de uma Expedição*, na **seção 4.4.3.**, aplicaremos aqui somente a ideia de Marcuschi sobre as perspectivas de análise da questão de gênero. Aqui, diferente de lá, resumimos, pois o interesse de expor o seu pensamento vale mais para a correspondência, no formato de gênero diário, do que para o jornalismo de guerra, em geral. Acompanhemos, portanto, as categorias válidas pela percepção desse estudioso da linguagem:

²⁵⁹ Paniago, 2008: 61-2.

²⁶⁰ Marcuschi, 2008: 175.

Quadro 9: Quadro Geral das Categorias Analíticas (em *A Retirada da Laguna*)



Para Marcuschi, todas as categorias demonstradas no **quadro 9**, acima, interferem no gênero no qual o texto está inserido, de uma ou outra maneira. Ao aplicar o esquema em *A Retirada da Laguna*, entendemos que as terminologias variam. Por exemplo, o linguista usa classificações como ‘gênero textual’ e ‘tipo textual’. Como já pontuamos na **introdução** deste trabalho, o ‘tipo textual’ é o que chamamos no jornalismo de ‘gênero’ e ‘gênero textual’ é o que conhecemos por ‘formato de gênero’. O ‘tipo textual’ (narrativo, descrito, etc.) não está ainda amplamente explorado pelo

nosso campo do conhecimento, a comunicação. Isso porque a narração (mais do que a argumentação, a exposição, a descrição e a injunção) é amplamente majoritária nos relatos jornalísticos.

Nota-se ainda que os estudos da linguagem, campo de origem de Marcuschi, trabalham com diferentes variáveis para os estudos de gênero, enquanto o jornalismo, aqui alicerçado pela pesquisa de Marques de Melo, identifica na intencionalidade do texto a principal estratégia para classificação de gêneros. Ao exibir o **quadro 9**, abrimos uma porta para novas possibilidades de análise de texto jornalístico, pois, também o contexto e o *modus operandi* do repórter – por exemplo, o ‘discurso’ “em defesa do império brasileiro” e o ‘canal’ de comunicação por “folhas avulsas” –, interferem decisivamente no texto a ser publicado.

4.4. O pioneiro Euclides da Cunha

Euclides Rodrigues Pimenta da Cunha (1866-1909)^{liii}, desde a infância, teve uma vida atribulada, nômade, cheia de idas e vindas. Nasceu em Cantagalo, Rio de Janeiro, e, ao lado da irmã, Adélia, então com um ano de idade, viu sua mãe, Eudóxia Moreira Cunha, falecer tuberculosa, quando ele tinha ainda três anos. Seu pai, Manuel Rodrigues Pimenta da Cunha, deixou o casal de filhos sob a guarda de parentes, tios e avós, devido à impossibilidade financeira de criá-los após a morte da esposa. O jovem Euclides viveu entre o Rio de Janeiro, Bahia e São Paulo.

Nos bancos escolares, Da Cunha conheceu e teve orgulho de conviver e ser aluno de matemática de Benjamin Constant (1767-1830), posteriormente conhecido por sua defesa da causa republicana no Brasil. É dessa época também o seu primeiro artigo publicado na imprensa: *O Democrata*, um jornal escolar. Em 1885, tendo se decidido por cursar engenharia, ingressou na Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Logo se transferiu para a Escola Militar, um dos centros da agitação política da época, que reunia ex-combatentes da Guerra do Paraguai e cadetes contrários ao regime monárquico.

Os ideais republicanos dominaram Da Cunha a ponto de, durante uma revista aos alunos em razão da visita do então ministro da Guerra, Tomás Coelho (1838-1895), o futuro escritor provocar incidente diante de todos, desrespeitando a hierarquia militar.

Deixou a ordem do pelotão, atirou o sabre ao chão e pronunciou a frase histórica: “Infames! A mocidade livre cortejando um ministro da Monarquia!”.²⁶¹

Da Cunha foi, então, expulso da Escola Militar, preso e excluído do exército. Estávamos no ano de 1888. Não tardou e veio a Proclamação da República um ano mais tarde, e o escritor, de imediato, retornou ao ciclo militar. O professor de Teoria Literária da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Uerj), Luiz Costa Lima, observa que o sinal de rebeldia durante o Império deu fama ao jovem Da Cunha no início da República. “A mudança súbita de regime empresta ao gesto que havia provocado sua expulsão outro significado: Euclides é exaltado como herói”, conta Lima.²⁶²

Em 1890, Da Cunha casou-se com Ana Emília Ribeiro (1872-1951), filha do republicano major Frederico Solon Ribeiro, com quem teria cinco filhos: Euxódia, Solon, Euclides Filho, Manoel Affonso e Mauro. Entre 1891 e 1892, formou-se nos cursos de estado-maior e engenharia militar e como bacharel em matemática, ciências físicas e naturais, todos pela Escola Superior de Guerra. Assim, chegou ao posto de primeiro-tenente. Mais quatro anos e foi transferido para o interior de Minas Gerais. Em pouco tempo, pediu reforma do exército, ficando na patente de capitão. Mudou-se para São Paulo, onde o pai, Manuel, mantinha boa vida como pequeno fazendeiro. Foi nomeado engenheiro da Superintendência de Obras de São Paulo e mantinha regulares colaborações para o *Estadão*.

A essa altura a Guerra de Canudos já se desenrolava no interior da Bahia. Após a derrota de sucessivas expedições militares contra os liderados de Antônio Conselheiro, o repórter interessou-se pelo assunto e, durante o primeiro semestre de 1897, escreveu, a distância, dois artigos, intitulados *A Nossa Venda*^{liv}, sobre o conflito sertanejo. De agosto a outubro de 1897, acompanhou, *in loco*, como correspondente, a fase final da Guerra de Canudos, reunindo, posteriormente, seu diário de anotações publicado no jornal paulistano em *Diário de uma Expedição*. Da Cunha foi para a Bahia na condição de adido do estado-maior do então ministro da Guerra, marechal Carlos Machado Bittencourt (1840-1897).

Após a peleja baiana, Da Cunha regressou para a Superintendência de Obras de São Paulo. Passou longos três anos em São José do Rio Pardo, interior paulista, como responsável por reconstruir uma ponte de ferro que caiu em seguida à inauguração. Foi durante a estada de calma em Rio Pardo, sem a agitação política e social das grandes

²⁶¹ Cunha *apud* Lima, 2000: 10.

²⁶² Lima, 2000: 10.

idades, que Da Cunha pôs em prática uma ideia que teve ainda durante a expedição militar a Canudos: “Escrever um livro sobre o que testemunhara”.²⁶³ Estava em gestação o épico *Os Sertões*.

Em 1902, Da Cunha lançou o livro e, em dois meses, a primeira edição esgotou-se. No ano seguinte, foi aclamado membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e, em 1903, foi eleito membro da Academia Brasileira de Letras (ABL) – tomando posse somente em 1906, devido a constantes viagens amazônicas. Mesmo gozando de elevado prestígio, Da Cunha seguiu com dificuldades financeiras, e voltou a escrever artigos para o *Estadão*, posteriormente reunidos em *Contrastes e Confrontos* (1907).

Da Cunha deixou de se concentrar nos estudos sobre o sertão e passou a dedicar-se à Amazônia, já vivendo a explosão do ciclo da borracha. Entre 1904 e 1907, aventurou-se ao Norte, com retornos esporádicos ao Rio de Janeiro. Após novas idas e vindas, foi indicado, pelo ministro José Maria da Silva Paranhos Júnior (1845-1912), conhecido como barão do Rio Branco, chefe da Comissão Brasileira de Reconhecimento do Rio Alto Purus. Sua situação financeira melhorou depois das andanças pela floresta, que nutriram em Da Cunha uma admiração incomum pelo barão. Chegou a dizer que Rio Branco era “o único grande homem vivo desta terra”.²⁶⁴

Embora superado em concurso pelo concorrente, assumiu a cadeira de Lógica do Colégio Pedro II, por provável influência do ministro, em 1909. Deu poucas aulas, já que veio a falecer no mesmo ano. O final trágico deu-se em duelo com o tenente Dilermando de Assis (1888-1951), que o baleou mortalmente^{iv}. Da Cunha morreu aos 43 anos, em 15 de agosto de 1909. Embora tenha planejado a feitura de um livro sobre a Amazônia, não concretizou o desejo. Foi publicada, postumamente, a coletânea de artigos *À Margem da História* (1909).

Da Cunha foi um de nossos maiores escritores, amplamente conhecido como autor de *Os Sertões*, livro-base para o estudo da formação da sociedade brasileira, ao lado de *Casa Grande e Senzala* (1933), de Gilberto Freyre (1900-1987), e *Raízes do Brasil* (1936), de Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982). De outro modo, o Da Cunha que examinamos nesta pesquisa não é o aclamado escritor. Aqui, nossa atenção centra-se no estudioso e repórter que esteve no sertão baiano, no final do século XIX, enviado como correspondente para a cobertura da Guerra de Canudos.

²⁶³ Lima, 2000: 24.

²⁶⁴ Cunha *apud* LIMA, 2000: 27.

Esse pioneirismo da correspondência de guerra no Brasil associado à figura de Da Cunha não é fato consumado, gerando polêmica. De certa maneira, Taunay, como vimos na **seção 4.3.**, é o precursor do ofício, embora possamos formalmente citar o nome de outros repórteres ao realizarmos um trabalho mais aprofundado e específico sobre o assunto, o que não é nosso objetivo. Somente a título de exemplo alguns jornais do Rio de Janeiro já faziam a cobertura da Guerra de Canudos antes de o repórter do *Estadão* ser enviado para a conflagração, como acompanharemos na **seção 4.4.2.**

Todavia, Da Cunha aparece como o pioneiro porque, sem dúvida, é o mais lido e citado correspondente de guerra brasileiro. Seu diário da guerra, publicado no *Estadão*, além de pela primeira vez, em âmbito nacional, tratar de um Brasil real e esquecido (do interior nordestino) – Taunay abordou o Centro-Oeste brasileiro –, foi um aperitivo para o clássico *Os Sertões*. Tratamos o autor como pioneiro aqui a partir dessa compreensão. A qualidade literária e o sucesso posterior de sua obra certamente explicam o fato de ser considerado ‘o’ correspondente de guerra brasileiro.

4.4.1. Guerra de Canudos, a violenta reação republicana à miséria sertaneja

A Guerra de Canudos está inserida no contexto dos derradeiros anos do século XIX^{lvi}, quando o Brasil ainda engatinhava enquanto nação republicana. A economia do país, independente desde o início daquele século, estava sustentada pela produção de café. Antes as lavouras de cana e algodão, principais bases econômicas, eram negociadas diretamente com a metrópole, Portugal, excluindo qualquer aquecimento do mercado interno por aqui. A abolição da escravatura, em 1888, golpeou de morte o Império, que já tinha os produtores de café contrários ao regime, e ganhou boa parte dos monocultores de açúcar para a causa republicana.

A ascensão da República foi uma vitória desses cafeicultores e também dos poucos industriais que se beneficiavam do começo, de fato, do desenvolvimento de uma economia nacional, expandindo seus negócios. Nesse período, as cidades ganharam poder e a urbanização tomou conta do país. O historiador José Antônio Sola, autor de *Canudos: uma utopia no sertão*, calcula que, entre 1891 e 1900, período em que se desenrola a Guerra de Canudos, o quadro das exportações brasileiras já apontava o café em disparada à frente do açúcar e do algodão: 64,5% contra 6% e 2,7%, respectivamente. Há 70 anos, entre 1821 e 1830, a situação era inversa: 18,4% contra 30,1% e 20,6%, respectivamente.

O pilar econômico cafeeiro acentuou o desequilíbrio econômico e a desigualdade social entre os estados do Sul e do Norte do Brasil. Sola pondera a esse respeito:

Entre 1890 e 1895 são fundadas 425 fábricas (voltadas em sua maioria para o consumo local), contra as 50 existentes em 1850. Cerca de 33% dessas indústrias situavam-se no Rio de Janeiro, 16% em São Paulo e 15% no Rio Grande do Sul.²⁶⁵

Em 1907, a quantidade de indústrias em funcionamento no Brasil, com número de funcionários e faturamento (na moeda da época) era a seguinte:

Quadro 10: Produção industrial, por estado, em 1907²⁶⁶

Estado	Nº de estabelecimentos	Nº de operários	Produção (em contos de réis)
Rio de Janeiro	207	13.632	56.002
Rio Grande do Sul	314	15.426	99.726
Santa Catarina	163	2.102	14.144
São Paulo	326	24.186	118.087
Minas Gerais	529	9.405	31.880
Alagoas	45	3.775	10.066
Paraíba	42	1.461	4.388
Bahia	78	9.964	25.078
Ceará	18	1.207	2.951
TOTAL	1.722	81.158	362.322

O crescimento populacional compõe um dos números que também ajudam a explicar tal discrepância entre sulistas e nortistas. Levando em consideração os mesmos estados exibidos no **quadro 10**, notamos que, entre 1872 e 1890, mais pessoas, proporcionalmente, fixaram moradia nos estados do Sul. Dos estados do Norte, somente Alagoas superou a média de crescimento da população nacional: 30,5%, em 18 anos.

Quadro 11: Crescimento da população brasileira entre 1872 e 1890

Estado	1872	1890	% de crescimento
Rio de Janeiro	819.604	876.884	7,5%
Rio Grande do Sul	446.962	897.455	50%

²⁶⁵ Sola, 1997:11.

²⁶⁶ Ibidem.

Santa Catarina	159.802	283.769	43,5%
São Paulo	837.354	1.384.753	39,5%
Minas Gerais	2.102.689	3.184.099	44%
Alagoas	318.009	511.440	31,5%
Paraíba	376.226	457.232	18%
Bahia	1.379.616	1.919.802	28%
Ceará	721.616	805.687	11,5%
TOTAL	7.161.878	10.321.121	30,5%

Não foi somente o desenvolvimento dos estados sulistas que contribuiu para a explicação sobre a Guerra de Canudos. Os próprios estados nortistas pareciam seguir, firmes, na traseira das melhorias sociais. Sola dá conta das “altas taxas de mortalidade e desemprego” existentes na região e de que o “analfabetismo persistia por toda parte”. Beiravam os 90%, os que não sabiam ler e escrever.²⁶⁷ Junto a isso, a seca, combinada com os escassos investimentos do governo federal em políticas públicas alternativas, esmagava as chances de os nortistas, principalmente os nordestinos do sertão, verem o desenvolvimento bater à sua porta.

A angústia de viver nessa dura realidade e a esperança de dias melhores foram os sentimentos que resultaram na criação do povoado de Canudos, na cidade de Belo Monte, distante 200 quilômetros da estrada de ferro de Queimadas, no Norte da Bahia. O líder do movimento sertanejo era Antônio Vicente Mendes Maciel (1828-1897), o Antônio Conselheiro, nascido em Vila Quixeramobim, interior do Ceará. A infância e a juventude de Conselheiro foram tumultuadas com o falecimento prematuro de sua mãe, o difícil relacionamento com a madrasta e a verdadeira guerra entre os Maciel, sua família, e os Araújo.

Aos 27 anos, com a morte do pai, Conselheiro assumiu a chefia da família, formada por três irmãs mais novas. Apaixonado, foi traído por duas mulheres com quem vivia, em épocas diferentes. Tais desilusões amorosas colaboraram para a vida errante que teve daí em diante. Por 10 anos, morando pelo interior do Ceará, ninguém mais ouviu falar dele. Segundo Sola, o futuro líder de Canudos buscava “a fuga de si próprio”.²⁶⁸

²⁶⁷ Idem: 15.

²⁶⁸ Idem: 24.

Somente em 1874, já com 46 anos, Conselheiro, após passagens por diferentes estados nordestinos, estabeleceu nova residência – em Itabaiana, Sergipe – e sua história voltou a ser contada. Naquele momento, seu visual já era notado em meio aos demais cidadãos, caracterizando-o até sua morte. “Cabelos crescidos à altura dos ombros, barba inculta e longa, adornando uma face escaveirada e acentuando ainda mais a fulgurância de seu olhar”, descreve o historiador.²⁶⁹

Conselheiro era católico e vivia de esmolas, dormindo ao ar livre em locais solitários. Era tido como ‘mal-assombrado’ e também como ‘santo’, pois trajava um longo camisolão. Dia após dia, passou a aconselhar mulheres e orar ao final da tarde. Sua fama, em 1876, começava a atingir todo o Nordeste. Por onde andava era mais requisitado do que o padre da localidade. Não tinha o formalismo da Igreja, vivia junto aos necessitados, compartilhava com eles o sofrimento. Era afeito à prática religiosa e não à teoria. A fama de profeta, por sua vez, tinha outra justificativa: Conselheiro pregava, com sua oratória vibrante, que o mundo acabaria na virada do século XIX para o XX.

“Há de chover uma grande chuva de estrelas e aí será o fim do mundo. Em 1900 se apagarão as luzes. Deus disse no Evangelho: eu tenho um rebanho que anda fora deste aprisco e é preciso que se reúnam porque há um só pastor e um só rebanho!”²⁷⁰

Conselheiro continuou sua peregrinação e, com o tempo, passou a arregimentar fiéis seguidores por onde quer que fosse. Ocorreu a abolição da escravatura e muitos escravos aderiram às suas ideias. Um ano depois, em 1889, deu-se a Proclamação da República, que não foi bem vista por Conselheiro. Em verdade, a troca de regime em nada alterou a grave realidade dos sertanejos. A autonomia dos municípios, decretada pelos republicanos, e a consequente cobrança de impostos tornaram-se o estopim para Conselheiro e seus cerca de 200 seguidores à época. Acreditavam ser essa mais uma medida para tirar daqueles que menos podiam. “Quando Antônio soube da notícia dos editais de cobrança”, detalha Sola, “reuniu imediatamente o povo, mandou arrancá-los das paredes e ateou fogo”.²⁷¹

As autoridades, que até então tratavam o grupo como ‘crentes fanáticos’, reagiram. O governador da Bahia, Luis Viana (1846-1920), destacou um efetivo de três dezenas de homens para prender Conselheiro, mas foi derrotado de maneira

²⁶⁹ Ibidem.

²⁷⁰ Cunha *apud* Sola, 1997: 25-6.

²⁷¹ Sola, 1997: 32.

acachapante. Não foram conhecidas as narrativas testemunhais desse primeiro conflito, somente os relatos históricos, como os de Sola:

Em Massete, um lugar deserto entre Tucano e Cumbe, um grupo de trinta praças, bem armados, atacou impetuosamente o grupo de peregrinos. Embora em menor número, os policiais tinham mais armas, mas de nada lhe valeu esta pequena vantagem. Os sertanejos lutaram bravamente, conseguindo afugentar o inimigo.²⁷²

Era chegada a hora do grupo de Conselheiro encontrar um local fixo para rezar, criar a família e produzir, enfim, para cuidar da vida. A vida nômade tornava-se cada dia mais difícil, com a polícia ao seu encalço seria facilmente preso. Os fiéis passaram a procurar o lugar devido, longe de tudo e de todos, e de acesso complexo, para não serem incomodados pelas autoridades. Da capital baiana, Salvador, um efetivo de 80 homens foi destacado para combater os sertanejos organizados, mas desistiram antes de encontrá-los em razão do risco de emboscada em região desconhecida.

Em 1893, Conselheiro e seus seguidores decidiram criar o povoado – Canudos – à margem do rio Vaza-Barris, num vale rodeado por montanhas, e tomar como ponto de partida uma fazenda abandonada, na qual havia uma velha igreja construída. Ali, não existiriam mendigos, tampouco ladrões. Bebida alcoólica era proibida, assim como a prostituição. Não havia dinheiro em Canudos, o extra da produção era vendido em cidades vizinhas e a lucratividade servia para comprar artigos que a localidade não podia plantar ou confeccionar. Todos trabalhavam, em sistema cooperativo, um ajudando o outro. Tinha-se pouco e o pouco que se tinha era dividido entre todos os trabalhadores

A produção de Canudos dividiu-se entre a pecuária – criação bovina e caprina – e a agricultura – plantio de mandioca, milho, feijão, batata, cana-de-açúcar, cereais e melancia. Dia a dia a comunidade cresceu, mais e mais gente chegava a Canudos, construía sua casa de pau a pique e ingressava no sistema de trabalho e de rezas. Domingo era sagrado, nada de roça. Todos à igreja! O historiador Sola resgata a rica constatação de Cícero Dantas Martins (1838-1903), conhecido como barão de Jeremoabo, o maior latifundiário do Nordeste, à época, sobre a euforia que Canudos despertava nas pessoas mais humildes:

“Alguns lugares desta comarca e de outras circunvizinhas, e até do estado de Sergipe, ficaram desabitados, tal a aluvião de famílias que subiam para os Canudos [...]. Causava dó verem-se expostos à venda nas feiras, extraordinária quantidade de gado cavalariço, vacum, caprino, etc., além de outros objetos, por preços de nonada, como terrenos,

²⁷² Idem: 33.

casas, etc. O anelo extremo era vender, apurar algum dinheiro e ir reparti-lo com o Santo Conselheiro”.²⁷³

O desassossego era geral. Fazendeiros, governo e igreja viram em Canudos uma ameaça ao domínio patriarcal do Nordeste, baseado na mão de obra barata e no alto contingente de desempregados. Em vez de prometer “vida melhor no céu”, como a igreja tradicional, Conselheiro ganhava cada vez mais fiéis porque, “além de garantir o paraíso, lhes proporcionava uma existência melhor em vida”.²⁷⁴ Em 1895, uma missão franciscana foi a Canudos para dispersar os crentes daquela ‘fé política’. Conselheiro consentiu que ingressassem no povoado. Em vão! Em menos de 15 dias, os religiosos católicos abandonaram Canudos sem que uma única família deixasse a terra junto com eles.

A igreja velha, do período em que ocuparam o povoado, já não suportava a quantidade de crentes. Conselheiro, contando com a ajuda de um amigo – o coronel João Evangelista Pereira e Melo, de Juazeiro, Bahia, que servia de intermediário entre Canudos e seus compradores/vendedores externos –, resolveu, então, iniciar a construção de um novo templo para que o povo pudesse manter sua fé e rezar com dignidade.

A obra andava acelerada, faltava apenas completar o telhado e retocar o interior. Canudos encomendou madeira em Juazeiro e pagou adiantado. No prazo previsto para a entrega, os vendedores alegaram falta de mão de obra para cumprir o acerto, de levar o produto até o lugarejo de Jacaré, onde os canudenses iriam recebê-lo e levá-lo para o povoado. Sabendo da dificuldade, Conselheiro despachou seus homens para buscar as madeiras em Juazeiro, a fim de não atrasar mais a obra.²⁷⁵

Estava dado o sinal de que a República precisava para criar um episódio que justificasse a investida militar contra Canudos. Antigo desafeto de Conselheiro, Arlindo Leone (1869-1936), juiz de direito de Juazeiro, comunicou ao governador da Bahia a saída de cerca de mil sertanejos para invadir a cidade e saqueá-la. Sem saber da missa um terço, o governador envia, de trem, uma força policial formada por cem praças e comandada pelo tenente Pires Ferreira^{lvii}, para proteger Juazeiro. Era a primeira das cinco expedições organizadas para por fim a Canudos e seus moradores.

Em 7 de novembro de 1896, a tropa de Pires Ferreira chegou ao sertão. Cinco dias, e nada dos ‘invasores’. Avaliando que os sertanejos, por temerem a polícia, tinham

²⁷³ Martins *apud* Sola, 1997: 43-4.

²⁷⁴ Sola, 1997: 48.

²⁷⁵ Idem: 50-1.

fugido, e vendo a oportunidade de ganhar *status*, o tenente decidiu ir ao encalço do adversário e rumou para Canudos. Após dois dias de caminhada, a guarnição, exausta, faminta e sedenta, pernitoou no povoado de Uauá, cuja maioria era simpatizante de Conselheiro. Nos próximos dias, chegariam a Canudos.²⁷⁶

No dia 20, no entanto, uma procissão, tendo à frente a bandeira do Divino, dirigiu-se ao acampamento, cada qual de posse de suas armas arcaicas. Em quatro horas, foram aniquilados. Cento e cinquenta sertanejos mortos e, do outro lado, somente dez. Em vez de animar, a vitória gerou desconfiança sobre novas emboscadas e fez o tenente Pires Ferreira retroceder. A expedição, embora tenha vencido o combate, fracassou, pois não eliminou Canudos do mapa. A ‘derrota’ teve repercussão nacional e a definição do envio de uma nova expedição.

Em 25 de novembro de 1896, partiu para Queimadas a segunda expedição, comandada pelo major Febrônio de Brito e composta por cerca de 500 soldados, com canhões e metralhadoras. No início de janeiro do ano seguinte, confiante da superioridade militar, a guarnição caminhava para derrotar Canudos. Durante o trajeto, a tropa já sentia fome e sede. A solução adotada foi apressar o passo para cumprir logo a tarefa. Numa espécie de tática de guerrilha, no decorrer do caminho, os canudenses surpreenderam a tropa, com combates curtos, mobilizados por meia dúzia de sertanejos. A estratégia reduziu demais a munição e desacelerava a expedição que sequer chegou ao povoado, vendo-o apenas de longe, pelas luzes das tochas, à noite. O recuo tornou-se a única opção, sob pena de serem massacrados pelo clima, relevo, fome e sede – e também pelos espertos adversários.

A repercussão da segunda derrota das tropas federais foi nacional e gerou forte debate entre o comando do governo republicano. A discussão era se a presidência deveria continuar sob os cuidados de um civil – no caso, Prudente de Moraes (1841-1902) – ou deveria ser transferida a um militar, alguém ligado a Floriano Peixoto (1839-1895). A licença de Moraes do posto supremo do país fez que os radicais ganhassem espaço e arquitetassem a terceira expedição contra Canudos, a primeira chefiada por um coronel: Antônio Moreira César, o mais famoso à época, uma vez que tinha comandado a campanha vitoriosa em Santa Catarina, em oposição aos rebeldes federalistas que pretendiam libertar o Rio Grande do Sul do comando do Partido Republicano, após a Proclamação. Em 21 de fevereiro de 1897, a expedição iniciou a investida com quase

²⁷⁶ Idem: 52-3.

1,3 mil homens, mais que o dobro do contingente anterior, e uma reserva de 60 mil tiros.

A terceira expedição enfrentou as mesmas intempéries das anteriores. Dificuldade para se movimentar no sertão e sofrimento com a drástica variação de temperatura: sol tórrido de dia (38°C, à sombra) e noite gélida até a madrugada (13°C). A tropa avistou Canudos, do alto da montanha, a duas horas de caminhada. Começaram então os disparos dos canhões, causando sensíveis estragos em Canudos, com a queima e o incêndio das casas. O castigo era visto a olhos nus e o comandante Moreira César, seguro da vitória, deu ordens para a luta ser travada, ‘à baioneta’, no corpo-a-corpo.

O que parecia um triunfo incontestado tornou-se um inferno para a guarnição oficial. Um a um, os soldados foram abatidos, devido ao ziguezague das moradas, que somente os sertanejos conheciam. Veio a ordem para o ataque da cavalaria. Igualmente sem habilidade para avançar em terreno ondulado e irregular, tombou seguidamente. Enfurecido, Moreira César tentou ir pessoalmente ao *front*, mas logo foi atingido duas vezes e ficou inutilizado para o combate. Após a decisão do oficialato de providenciar o recuo, o coronel mostrou-se contrário e veio a falecer durante a madrugada.²⁷⁷

A derrota – a terceira em quatro meses – desesperou a República. A agitação aconteceu no parlamento e na imprensa. A *Gazeta de Notícias* manteve um discurso que ficou famoso posteriormente e foi, pouco a pouco, desmontado: o de que ocorria em Canudos uma luta entre monarquistas e republicanos.

“Trata-se da Restauração; conspira-se; forma-se o exército imperialista. O mal é grande; que o remédio corra parhas com o mal. A monarquia arma-se? Que o Presidente chame às armas os republicanos”.²⁷⁸

Não tardou e, em junho de 1897, foi organizada a quarta expedição, com mobilização inédita até então, sob o comando do general Artur Oscar. Destacaram-se batalhões de onze estados brasileiros, totalizando um efetivo de 5 mil homens, e o poderoso canhão Withworth 32, de 1,7 mil quilos. Pela primeira vez, a estratégia foi avançar por dois flancos: por Monte Santo, sob o comando do general João da Silva Barbosa, e por Jeremoabo, sob responsabilidade do general Cláudio do Amaral Savaget.

Notemos que – como nunca antes visto – três generais estavam envolvidos diretamente no combate. A tropa de Barbosa chegou à mesma montanha em que a expedição anterior sofreu a derrota, o alto da Favela, e iniciou os disparos de canhão,

²⁷⁷ Idem: 63-4.

²⁷⁸ *apud* Sola, 1997: 65.

enquanto os sertanejos, escondidos em trincheiras, atiravam nos soldados, que não sabiam de quais lugares estavam sendo acertados. A primeira coluna encontrou-se encurralada e a segunda, que carregava o vagaroso canhão, andava mais lenta, atrás. Quando a tropa do general Savaget finalmente chegou, em vez de atacar, foi ao encontro da outra coluna para auxiliá-la. A munição já ia se acabando. No dia 2 de julho, portanto, mais de 20 dias da partida, a comida estava nas últimas.

Em 11 de julho, a quarta expedição recebeu a notícia de que o coronel Medeiros saíra de Monte Santo para abastecer a expedição de mantimentos e munições. A tropa, eufórica, saiu da inércia e atacou o povoado, com canhões e ‘à baioneta’. Conquistaram algumas casas, vazias de comidas e água, mas a ‘desordem’ na disposição das casas em Canudos era de tal maneira complexa que, sem estratégia definida, cada soldado acabava lutando pela própria vida. O general Artur Oscar solicitou ao governo republicano reforço de 5 mil homens, que não chegaram a tempo. A expedição seguiu nessa situação até 10 de agosto, sofrendo mais de 2 mil baixas e, uma vez mais, sendo derrotada.²⁷⁹

Dessa vez, a organização de mais uma expedição já estava em curso durante as batalhas em Monte Santo. Enquanto a quarta expedição sofria, encurralada, a quinta e última expedição já estava sendo mobilizada e contou com a presença do próprio ministro da Guerra, o marechal Machado Bittencourt, que transferiu o gabinete para Monte Santo, até o término exitoso da nova campanha. Foi, aliás, pelas mãos do ministro que Da Cunha foi integrado às tropas como correspondente de guerra, após telegrama do proprietário do *Estadão*, Júlio Mesquita (1862-1927), destinado ao presidente Prudente de Moraes, nos seguintes termos:

“Quero dever-lhe o favor de conseguir que Carlos Machado [*sic*] nomeie para seu estado-maior o tenente Euclides da Cunha [*sic*]. Este é meu companheiro da redação do *Estado*. Tem talento de escritor quanto dedicação de soldado republicano. Quer prestar serviços à República e preparar elementos para um trabalho histórico. O sr. compreende quanto, como redator do *Estado*, me interesso por esta nomeação. Peço resposta hoje”.²⁸⁰

A última expedição acabou por se formar pelo restante da quarta expedição e seus comandantes, pela brigada que se organizou para socorrer Artur Oscar, sob o comando do general Miguel Maria Girard, com efetivo de 1,1 mil homens, e pelos 3 mil homens novos, destacados especificamente para essa quinta expedição, chefiada pelo

²⁷⁹ Idem: 71.

²⁸⁰ Mesquita *apud* Galvão, 2000: 13.

general Eugênio de Andrade Guimarães. Além disso, equipou-se o Hospital de Campanha, em Monte Santo e, de lá, saíram regularmente comboios para auxiliar os combatentes da frente de batalha. Já no começo de setembro de 1897, a quinta expedição juntou-se à quarta, reforçada com as tropas de Girard, e iniciou o levante que não sofreria mais a singular resistência por parte dos canudenses.

Em 22 de setembro de 1897, morria Antônio Conselheiro, que deixou uma mensagem escrita de próprio punho aos sertanejos de Canudos:

“Quando amanhã vieres me encontrarão inerte, aconselho a todos os meus amigos, vão fugindo, para vocês ainda é cedo, aceitem o conselho que vos dou, levem com vocês o meu bom Antônio Beatinho, desapareço deste mundo com alegria no coração, sei também que para meus amigos não haverá salvação, o fim da guerra é ato perigoso, o Oscar não vos perdoará, fujam o quanto antes, errante o meu povo, digo, o resto do meu povo, que se da guerra escapar não encontrará tão cedo, nem ao menos um lugar para repousar. Canudos ficará aniquilado e alguém que um dia aqui passar terá lugar para um descanso”.²⁸¹

Em 28 de setembro, as tropas republicanas atacaram sem que os sertanejos opusessem resistência combativa. Daí em diante, o trabalho consistiu em destruir tudo, casa a casa. Ainda assim, os poucos que sobraram continuavam a atirar por sobre os escombros de um Canudos que não existia mais, contrariando a recomendação de Conselheiro de ‘fugir’. Em 5 de outubro, data decretada como o fim da Guerra de Canudos, tombaram os últimos quatro combatentes, conforme assegura Sola: “Um velho, dois homens e uma criança eram a derradeira resistência frente a um exército de cinco mil homens”. No dia seguinte, Conselheiro foi desenterrado e teve sua cabeça degolada.²⁸²

A Guerra de Canudos, por fim, acabou com um vencedor e um derrotado^{lviii}. Não teve registro de bandeira branca, isto é, de um lado se render diante da superioridade do adversário. Foi às últimas consequências! A paz, evocada pelo Hamilton Ribeiro, na **seção 4.1.**, pelo menos em Canudos, não foi notada.

A breve história contada aqui – como em demais livros –, cabe ressaltar, é a versão pela qual enxergamos a Guerra de Canudos a partir dos republicanos, seja por documentos oficiais, por pronunciamentos públicos das autoridades ou pela correspondência de guerra de seus repórteres, como Da Cunha. Os registros e interpretações por parte dos sertanejos são raros e, quando encontrados, configuram-se em testemunho de quem estava sob domínio, preso ou ferido. A História, como

²⁸¹ Cunha *apud* Sola, 1997: 74.

²⁸² Sola, 1997: 77.

podemos observar, é contada pelos vencedores, e até a versão dos derrotados torna-se pública pelas mãos de quem saiu vitorioso no conflito armado.

4.4.2. A ‘inauguração’ da correspondência no Brasil immortaliza o conflito

Faz-se importante observarmos o cenário da imprensa no Brasil do final do século XIX para termos a compreensão exata do papel que Da Cunha, ex-militar, profundo estudioso e colaborador do *Estadão*, desempenhou ao se tornar correspondente de guerra no sertão baiano, alcançando prestígio máximo à frente desse ofício. A análise histórica – incorporada à estilística, que trataremos na **seção 4.4.3.** – contribui para que situemos precisamente o repórter, o veículo de comunicação para o qual trabalhava e a estratégia textual usada para contar a refrega.

O marco da Proclamação da República, em 1889, é considerado por Nelson Werneck Sodré como um divisor de águas na imprensa brasileira. Durante os anos 1890, o Brasil experimentou uma transformação nas páginas de seus jornais, muito em razão do padrão econômico também ter sofrido alterações. O fomento do mercado interno e a ascensão da burguesia comercial e industrial no país fizeram que o perfil da imprensa fosse remodelado no bojo do início do século XX.

A imprensa artesanal cedeu, forçosa e naturalmente, espaço para a imprensa industrial. “A imprensa brasileira aproximava-se, pouco a pouco, dos padrões e das características peculiares a uma sociedade burguesa”, ratifica Sodré.²⁸³ A sociedade, embora independente desde o princípio do século, manteve-se estática, sem arrear um pé em direção ao desenvolvimento em pleno século da *Revolução Industrial*. O Brasil sobreviveu, como vimos anteriormente, da exportação de matéria prima agrícola, produzida em latifúndios. Era um país ainda da fase feudal. Agora, com a chegada do século XX, o céu abria-se para a fase capitalista em todos os aspectos, inclusive na imprensa.

A esse respeito, o historiador pontua que a imprensa personificada, dos tempos do pasquim, e de uso puramente pessoal passou a sustentar-se somente em cidades menores, enquanto que o incremento tecnológico e a profissionalização foram uma regra no conjunto da nova imprensa que dominou o país. Essa transição foi notada na obra monumental de Sodré, *História da Imprensa no Brasil*, como sendo *A Imprensa do Império*, a fase que terminava, e *A Grande Imprensa*, a que se aproximava.

²⁸³ Sodré, 1999: 261.

A imprensa estava consolidada [na virada do século], a de caráter artesanal subsistia no interior, nas pequenas cidades, nas folhas semanais feitas em tipografias, pelos velhos processos e servindo às lutas locais, geralmente virulentas; nas capitais já não havia lugar para este tipo de imprensa, nelas o jornal ingressara, efetiva e definitivamente, na fase industrial, era agora empresa, grande ou pequena, mas com estrutura comercial inequívoca. Vendiam-se informações como se vendia outra qualquer mercadoria. E a sociedade urbana necessitava de informação para tudo, desde o trabalho até a diversão.²⁸⁴

Desde o início, as inovações foram percebidas. O *Jornal do Brasil* foi criado e tornou-se, em 1899, o maior periódico da América do Sul, com tiragem de 50 mil exemplares por dia. Já no nascedouro, o *JB* estava conectado com o novo momento do Brasil, o que o fez ultrapassar a vendagem do até então mais famoso periódico do continente, o *La Prensa*, de Buenos Aires, Argentina. O diário introduziu mecanismos inéditos na imprensa brasileira. Perto da virada do século, de acordo com Sodré²⁸⁵, instalou oficinas de fotografia e galvanoplastia para fazer uso de métodos fotoquímicos – “o fotozinco e a fotogravura” –, aprendidos com o envio de um profissional próprio para fazer cursos e trazer materiais específicos da França. Até aquele momento, em nossas páginas eram vistos somente textos – nada de imagens.

Entre 1895 e 1898, a imprensa brasileira experimentou o funcionamento de maquinários que permitiram a impressão de 5 mil exemplares por hora. Os jornais entraram de fato na fase da produção industrial^{lix}: após o molde, os aparelhos imprimiam, contavam e dobravam. A defasagem estava na precária distribuição, ainda realizada por carroças. Ganhavam força ainda maior as caricaturas, notadamente em *Gazeta de Notícias* e no *JB*, como crítica aos personagens responsáveis pela formação das oligarquias cafeeiras, que transformaram a recente República numa continuação da política econômica do Império.

Nessa conjuntura, eclodiu a Guerra de Canudos, que Sodré trata mais como uma reação à decepcionante República do que como uma defesa insistente do retorno da Monarquia, como alardeavam os governantes e parte da imprensa à época:

Algo de profundo estava por trás da exaltação que transfigurara o arraial do Conselheiro em base monarquista: a desilusão com o poder, de que as oligarquias se haviam apossado, destruindo as esperanças reformistas dos que acreditavam, com Floriano [*Peixoto*], que era necessário submeter o país a mudanças profundas. [...] O latifúndio não tinha necessidade de restauração monárquica; aquele modelo de República servia perfeitamente aos seus interesses e até os disfarçava

²⁸⁴ Idem: 275.

²⁸⁵ Idem: 273.

com a fachada e o formalismo democrático. No fundo, os senhores de terras continuavam a dominar o poder: o café, agora, fazia os presidentes.²⁸⁶

O Governo Provisório, formado a partir da Proclamação, que tinha as figuras de Deodoro da Fonseca, como presidente, e Floriano Peixoto, como vice-presidente, propôs tais “mudanças profundas”. Porém, pressionado, Deodoro dissolveu o Congresso, em 1891, renunciando em seguida. Assumiu Floriano, que, embora tentado a violar a Constituição, deixou o cargo no prazo previsto – 1894 – e foi sucedido por Prudente de Moraes. “Ia começar a República das oligarquias: Prudente preparou-a, Campos Sales dar-lhe-ia estrutura definitiva”, anota Sodré.²⁸⁷

A imprensa brasileira que, em sua maioria, apoiou a fundação da República, dividiu-se. O historiador conta que, durante o Governo Provisório, a República soube considerá-la, ao nomear um de seus maiores defensores, Quintino Bocaiúva (1836-1912), “figura mais eminente da imprensa brasileira em sua época”, fundador de *A Honra* e colaborador de diversos periódicos, como ministro das Relações Exteriores.²⁸⁸ Em contrapartida, posteriormente, o regime republicano estimula agressões aos jornais, como o emblemático caso de *A Tribuna*, empastelada por criticar as políticas ‘democráticas’, que rendeu manifesto unificado dos jornais cariocas em defesa da liberdade de expressão. A resposta da República era a seguinte, em 1891: “O governo não tem meios de garantir a vida dos jornalistas que trabalham nos jornais monárquicos”.²⁸⁹

Ao instalar a oligarquia como forma de poder, Prudente de Moraes e Campos Sales sofreram apreciações severas por parte da imprensa, esta mesma advinda do processo de ascensão da burguesia industrial. Os proprietários dos jornais eram a tradução da própria burguesia, do sistema capitalista em formação, e que, agora, estava sendo passada para trás pelo predomínio do café – assim como o era na época do Império, com o incentivo ao açúcar e ao algodão. O jeito encontrado pelos governantes foi negociar economicamente com os periódicos, comprando sua opinião, indica Sodré: “É agora muito mais fácil comprar um jornal do que fundar um jornal; e é ainda mais prático comprar a opinião de um jornal do que comprar o jornal”.²⁹⁰

²⁸⁶ Idem: 270.

²⁸⁷ Idem: 263.

²⁸⁸ Idem: 252.

²⁸⁹ *apud* Sodré, 1999: 259.

²⁹⁰ Sodré, 1999: 276.

As inovações da imprensa brasileira não pararam por aqui. A inauguração, em 1895, de uma máquina capaz de transmitir mensagens a longa distância seria responsável, de uma vez por todas, pelo desenvolvimento da correspondência de guerra, tal como a conhecemos hoje: o telégrafo, que permitiu o acompanhamento dos conflitos simultaneamente aos seus desdobramentos. Sodré registra que *A Notícia* foi o primeiro jornal brasileiro a utilizar “o serviço telegráfico, com informações sobre a luta em Cuba”. Os leitores só acreditaram nas matérias publicadas após o *Jornal do Comércio* confirmar que aquelas informações eram verdadeiras. Da Cunha, dois anos depois, usou fartamente o serviço telegráfico para enviar seus despachos em forma de diário para a redação do *Estadão* – que, naquele ano, tinha uma tiragem de aproximadamente 8 mil exemplares.²⁹¹

Afora o uso do telégrafo, o *Estadão* foi responsável pela implantação de uma “iniciativa pioneira, que anunciava novos métodos de imprensa”, como se refere Sodré. Em meio aos boatos e à luta política ocasionada pela Guerra de Canudos, o jornal “envia ao teatro dos acontecimentos um correspondente – correspondente de guerra, a rigor – que esclarecerá o problema”.²⁹² Assim, Da Cunha, no entendimento de Sodré, foi até o sertão baiano para “esclarecer” a situação²⁹³, isto é: estando perto do conflito armado, o repórter tem condições de contá-lo com precisão. Podemos então perceber como o caráter testemunhal está ligado, historicamente, à correspondência.

Não foi o *Estadão* o único jornal a enviar correspondente para a Guerra de Canudos, todavia. A professora de Teoria Literária da Universidade de São Paulo (USP), Walnice Nogueira Galvão, documentou, em *No Calor da Hora: a Guerra de Canudos nos jornais*, que outros sete periódicos também o fizeram – alguns, aliás, antes do jornal paulistano. Galvão sugere que a escaramuça sertaneja cooperou, em larga medida, para o desenvolvimento da correspondência por aqui. “A Guerra de Canudos, se não inaugurou, deve ter intensificado extraordinariamente no Brasil a praxe jornalística de dispor de enviados especiais no local dos acontecimentos”.²⁹⁴

Além do *Estadão*, de São Paulo, pelo menos três jornais – *Gazeta de Notícias*, *A Notícia* e *Jornal do Comércio*, os três do Rio de Janeiro – remeteram repórteres próprios à frente de batalha. Galvão baliza que esses periódicos “mandaram a Canudos pessoas que se deslocaram de onde viviam, com o fito exclusivo de informar sobre o que se

²⁹¹ Idem: 267.

²⁹² Idem: 269.

²⁹³ Ibidem.

²⁹⁴ Galvão, 1974: 109.

passava”.²⁹⁵ Curioso observarmos também que tais jornais enviaram profissionais experimentados com a vida militar, que ocuparam patentes no exército. Os outros quatro jornais – *O País*, *Jornal do Brasil*, ambos do Rio de Janeiro, e *Jornal de Notícias* e *Diário de Notícias*, os dois da Bahia – tiveram objetivos e circunstâncias diversas.

A *Gazeta de Notícias* enviou Júlio Procópio Favila Nunes (1854-1903), coronel que serviu até 1878 e foi comerciante e funcionário público. Sua primeira reportagem foi publicada em 7 de agosto de 1897, porém datada de 28 de julho: uma entrevista, ainda em Salvador, com o governador da Bahia, Luís Viana. Publicada em 17 de agosto e escrita no dia 3 do mesmo mês foi a primeira reportagem a partir do sertão, em Queimadas. Após a guerra, Favila escreveu *Histórias de Canudos* (1898), divulgada em fascículos.

O *Jornal do Comércio* enviou Manuel Benício^{lx}, capitão e também professor e tabelião de notas. Cobriu a Revolta da Armada (1891-1894), insurgência de unidades da marinha contra o governo Floriano Peixoto, como correspondente de guerra de *O Tempo*. Sua primeira reportagem foi publicada em 3 de agosto de 1897, sendo datada de 3 e 4 julho, de Canudos, portanto antes das publicadas por Da Cunha. Durante as lutas, Manuel foi, segundo Galvão, “convidado a se retirar por dar informações julgadas inconvenientes”.²⁹⁶ Foi substituído por algum correspondente, cujo nome não foi divulgado, tratado somente como “a quem encarregamos de ir ao teatro da guerra”.²⁹⁷

O jornal *A Notícia* enviou o alferes Cisneiros Cavalcanti, que veio a morrer durante os combates na Bahia, no dia 18 de julho, sem chegar a publicar uma única matéria sequer. Seu substituto foi Manuel Figueiredo, major, que também publicou antes de Da Cunha, em 26 de julho de 1897, com data de 16. Doente, Manuel foi substituído por Alfredo Silva, classificado somente como “companheiro” por *A Notícia*.

O jornal *O País* não enviou precisamente um correspondente. Usou do método anterior ao advento desse profissional, quando os periódicos aproveitavam um militar em ação oficial para remeter relatos. Este foi Siqueira Menezes (1852-1931), conhecido por Hoche, tenente-coronel e chefe da Comissão de Engenharia da quarta expedição a Canudos – cargo, é interessante lembrarmos, ocupado por Taunay na Guerra do Paraguai, registrado em *A Retirada da Laguna*. Hoche chegou a marechal, tendo sido também governador de Sergipe. Antes de contar com ele em Canudos, *O País* publicava

²⁹⁵ Ibidem.

²⁹⁶ Idem: 113.

²⁹⁷ Idem: 326.

matérias de outros correspondentes ou simplesmente a lista de baixas do exército. Seu primeiro material foi publicado em 8 de setembro, em coluna intitulada *Sucessos da Bahia*, depois renomeada como *Cartas de Canudos*.

O *Jornal do Brasil*, inusitadamente, não divulgou o nome de seu correspondente em nenhuma edição do periódico. Tratou-o vagamente como “correspondente especial”. Alfredo Silva, repórter de *A Notícia*, confidenciou, em uma de suas reportagens, que o profissional do *JB* era Luís Calvi. Sua primeira reportagem foi publicada em 26 de julho de 1897, datada do dia 20, a partir de Queimadas, também anterior às de Da Cunha.

O *Jornal de Notícias* enviou Lelis Piedade, secretário do Comitê Patriótico da Bahia, defensor declarado dos republicanos. Ele nunca chegou a enviar material a partir de Canudos, somente das cidades vizinhas, tendo publicado em 6 de setembro de 1897, com data do dia 3. Por sua vez, o *Diário de Notícias* também não divulgou o nome do profissional, tratando-o por “nosso correspondente”. Suas reportagens foram divulgadas a partir de 21 de agosto de 1897, com data de 19.

O *Estadão*, como sabemos, enviou Da Cunha, tenente reformado e engenheiro. Suas reportagens começaram a ser publicadas no dia 7 de agosto de 1897, a partir de Salvador, após o navio atracar com a comitiva do ministro da Guerra, Machado Bittencourt. Em 31 de agosto, o repórter enviou seu primeiro material do interior baiano, da cidade de Alagoinhas. De 24 de setembro a 1º de outubro de 1897, os despachos foram remetidos diretamente de Canudos.

O diário foi reunido em livro – *Canudos: diário de uma expedição* (1939) – por Antônio Simões dos Reis. Posteriormente, foi reorganizado – *Canudos e Inéditos* (1967) – por Olímpio de Souza Andrade, com a inclusão de um texto sobre a Guerra de Canudos, ainda inédito em livro. Em 2000, a editora Companhia das Letras lançou *Diário de uma Expedição*, organizado por Walnice Galvão, revisto e atualizado.^{lxi}

O caso “de ser convidado a se retirar” da cobertura, que aconteceu com Manuel Benício, do *Jornal do Comércio*, demonstra como o clima de tensão da Guerra de Canudos era elevado e a censura, uma condição básica para a correspondência de guerra. Favila Nunes, da *Gazeta de Notícias*, em uma de suas reportagens, deixou transparecer como se dava a censura na frente de batalha:

“O telégrafo continua meio trancado. É necessário não dizer a verdade para que os telegramas, ainda assim, finjam que são transmitidos. Tive a necessidade de gastar um dinheiro fabuloso para transmitir um recado, cujo visto me foi negado aqui [*em Monte Santo*] pelo Major Martiniano e em Queimadas pelo Major Nemésio, comandante das

respectivas praças, naturalmente em obediência a ordens superiores. Foi transmitido de Alagoinhas”.²⁹⁸

Abalizada pelas correspondências expedidas para o *Estadão*, Galvão afirma que o diário de Da Cunha não sofreu interferências das forças militares republicanas durante o conflito. “O problema é inexistente”, aponta a professora. “O leitor nem chega a cogitar se há ou não, porque não aparece a mais ligeira menção de que a censura possa existir, ainda que na imaginação de repórteres com mania de perseguição”.²⁹⁹ A asseveração de Galvão fica em suspenso quando observamos o diário de Da Cunha, datado de 6 de setembro de 1897, em Monte Santo: “Amanhã continuarei estas notas que, com certeza, aí vão chegar com grandes intervalos porque o serviço de correios aqui é péssimo e moroso”.³⁰⁰ Será, de fato, ruim e demorado ou esse era o argumento para que a censura entrasse em cena?

A Guerra de Canudos foi copiosamente registrada com narrativas testemunhais, seja pela pena dos correspondentes ou pelas cartas e telegramas enviados pelos combatentes ainda no decorrer das batalhas. O incremento tecnológico – o telégrafo – possibilitou essa revolução na imprensa brasileira. Um conflito, como o dos sertanejos baianos, foi acompanhado – com apenas dias de atraso – pelos leitores de Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo. Antes, como aconteceu a Taunay, o público tinha que esperar o regresso do escriba para entender o que tinha sido a guerra pelos jornais ou por livros. Pela primeira vez, viu-se essa simultaneidade – hoje, comum, com o advento da internet.

Está documentado que Da Cunha não foi o primeiro correspondente de guerra do Brasil. Em Canudos, para permanecermos nesse exemplo, quem inaugurou o trabalho foi Manuel Figueiredo, de *A Notícia*, além de um correspondente anônimo do *JB* – provavelmente, Luís Calvi –, ambos publicando no dia 26 de julho de 1897, 14 dias antes da primeira publicação do repórter do *Estadão*.

Mas, por que, olhando hoje, quem fica imortalizado é Da Cunha, relegando-se aqueles correspondentes ao esquecimento? Mais: a Guerra de Canudos, também imortalizada, é vista umbilicalmente associada à história de Da Cunha, e graças a ele. Por quê? Essas perguntas vão nortear a análise da **seção 4.4.3.**, referente às características empregadas no diário de guerra do repórter do jornal paulistano, posteriormente reunidos em *Diário de uma Expedição*.

²⁹⁸ Nunes *apud* Galvão, 1974: 114.

²⁹⁹ Galvão, 1974: 113.

³⁰⁰ Cunha, 2000: 163.

O modo de reportar o conflito armado, facilitando a recepção por parte do leitor, certamente, diferenciou Da Cunha de seus demais colegas. O sucesso alcançado com a obra posterior – *Os Sertões* – inspira cada vez mais pesquisadores, literatos, historiadores e jornalistas a recuperar os escritos de sua época de repórter.

4.4.3. Dos confins à capital: a estratégia comunicativa do diário de guerra

O diário de guerra de Da Cunha data de 7 de agosto a 1º de outubro de 1897^{lxii}: são 54 dias de acompanhamento, *in loco*, do teatro de operações, que renderam 32 relatos publicados. Como sabido, no âmbito das ‘narrativas sobre a guerra’, levantadas por Cunha³⁰¹, na **seção 3.3.**, o que o repórter fez na Bahia foi especificamente ‘correspondência de guerra’ (e, naturalmente, ‘jornalismo de guerra’ e ‘narrativa de guerra’).

A correspondência pode estar inserida, a depender do caso, em qualquer um dos gêneros propostos por Marques de Melo (ou outros autores), nas **seções 3.1.** e **3.2.**: jornalismo informativo, opinativo, interpretativo, diversional ou utilitário, bastando para isso ter mais evidências de um ou de outro no corpo de seu relato. A questão que nos interessa aqui não é formar uma nova tipologia, que leve em conta o ofício. Queremos discutir e caracterizar os formatos de gênero mais utilizados pelos correspondentes brasileiros de guerra, e até então pouco estudado na esfera jornalística. A nosso ver este formato é o diário.

Por isso, vamos identificar elementos próprios do diário na correspondência pioneira de Da Cunha e, em seguida, buscar o entendimento da mensagem que é oferecida ao público quando o correspondente opta por essa estratégia textual, consagrando o autor. Por fim, em grande angular, deslocaremos um pouco a discussão de gêneros no jornalismo para o estudo da teoria da linguagem, da qual Luiz Antônio Marcuschi^{lxiii} é um dos mais legítimos representantes no Brasil, como forma de esquematizar o uso do diário como proposta da correspondência de guerra.

Segundo Cunha, são seis os elementos mais marcantes do formato diário. Relembremos uma vez mais, conforme discutido na **seção 3.4.**: “Sequenciamento no registro dos fatos narrados”, “temporalidade presente”, “armazenamento da matéria bruta”, “sobreposição da autoria com a narração”, “caráter testemunhal” e

³⁰¹ Cunha, 2011a.

“subjetividade no narrar”.³⁰² Um a um, vamos apontar suas incidências do diário de guerra de Da Cunha.

Se fizermos uma média, Da Cunha enviou uma narrativa para o *Estadão* a cada 1,68 dias. O que significa apontar que não eram todos os dias que o repórter publicava. Não havia uma cronologia ininterrupta, portanto, até porque entre o envio do material e sua publicação havia um lapso de 7 a 25 dias de distância.^{lxiv} Havia, sim, a “datação do texto” própria do diário, que propiciava, ao leitor, a localização acerca do tempo: todos os relatos eram precedidos do dia em que foram escritos e, às vezes, do local. Foi assim quando Da Cunha seguiu viagem até Canudos, junto ao estado-maior do ministro da Guerra. A “datação” estava sempre presente, seja no início do despacho ou em seu decorrer, com o uso de dias da semana ou advérbios de tempo.

[Queimadas], 3 de setembro

A nossa viagem foi transferida para amanhã, sábado. Estimei. Nestas paragens remotas todos nós temos uma revivescência de velhos erros: estava vendo já com maus olhos esse início de viagem numa sexta-feira. E neste momento mesmo lembro-me, com um ligeiro sobressalto, que esta carta^{lxv} é a décima terceira que para aí envio...

[...]

O dia esgota-se em preparativos de viagem.³⁰³ [*Grifos nossos*]

Em um único texto, Da Cunha sentiu a necessidade de organizá-lo temporalmente, devido à quantidade de atividades daquele dia. A “datação” transforma-se em ‘relógio’, com a marcação do tempo por períodos do dia ou mesmo por horas, a exemplo do que aconteceu quando o comando militar interrompeu a viagem a fim de pernoitar num lugarejo no meio do caminho para o povoado dos seguidores de Conselheiro:

Tanquinho, 4 de setembro

São dez horas da noite. Traço rapidamente estas notas. [...]

Chegamos à uma hora da tarde, depois de cinco horas de viagem sob um sol abrasador, através das caatingas intermináveis. [...]

Às sete horas da noite, em companhia do regimento policial da Bahia e dois companheiros do estado-maior, dirigi-me ao *tanquinho* que batiza o lugar. [...]

Às oito horas todo o acampamento dormia.

Consulto meu aneróide [*espécie de barômetro*] e vejo que estamos a trinta metros sobre Queimadas.

Escritas estas notas, não sei se poderei dormir.³⁰⁴ [*Grifos nossos*]

O segundo elemento do diário – a “temporalidade presente” – está manifesta, com atraso de alguns dias, nas citações acima. Da Cunha deu provas de que o dia-a-dia

³⁰² Ibidem.

³⁰³ Cunha, 2000: 145-7.

³⁰⁴ Idem: 148-53.

na Bahia foi agitado, sem a fleuma dos tempos de São Paulo, onde o repórter podia escrever, consultando a biblioteca, com atenção e esmero. Seus escritos tiveram tamanha preocupação com o presente que, se assim não fosse, ele teria tempo para reler “as linhas que escreve”, como assinala com certo pesar a seguir:

Bahia, 15 de agosto [...]

Aguardando ainda, aqui, a próxima partida para os sertões, e sob a sugestão perene dos quadros que tenho exposto, mal releio as linhas que escrevo, longe da tranquilidade de um gabinete de estudo e da inspiração serena dos livros prediletos.

É possível que das notas rápidas, em que os períodos não se alinham corretos, disciplinados e calmamente meditados, ressumbrem exageros; é possível mesmo que os releie mais tarde com surpresa. Mas nessa ocasião estarei com os que agora lêem.³⁰⁵

O terceiro elemento – “armazenamento da matéria bruta” – foi bastante utilizado por Da Cunha na Bahia. Primeiro, como Cunha já tinha observado, o diário de uma guerra “não é retrabalhado e polido”, tem as incompreensões e o imediatismo do momento.³⁰⁶ Segundo, o próprio diário é matéria-prima para muitos correspondentes redigirem novas narrativas após o conflito, editarem o material já publicado ou lançarem inéditos (livros, reportagens). A correspondência de E.Cunha foi uma das que mais elucida essa questão, na medida em que ele escreveu “sem reler” e usou as anotações para a confecção de *Os Sertões*, anos mais tarde, como anteviu em 27 de setembro de 1897, em Canudos: “Destino, porém, a outras páginas, o estudo psicológico da campanha – incompatível com a rapidez destas notas.”³⁰⁷

Os três elementos seguintes – “sobreposição da autoria com a narração”, “caráter testemunhal” e “subjetividade no narrar” – analisaremos em conjunto por serem três faces de uma única moeda. Na **seção 3.3.**, versamos aprofundadamente sobre o caráter testemunhal e, no que se refere à estratégia textual do diário enquanto correspondência de guerra, talvez o testemunho seja mesmo a característica mais fundamental de todas – junto com a “datação”.

A narrativa em primeira pessoa de Da Cunha indica que ele foi autor e, a um só tempo, narrador participante. Ele estava ao lado das tropas, ora no *front*, ora na retaguarda. Deixou claro, aliás, que o corpo militar e o repórter – integrante da comitiva – eram sujeitos de um lado apenas, assumindo um discurso declaradamente a favor das forças republicanas. Se não, vejamos um trecho, puramente subjetivo, no qual o correspondente sugeriu que a expedição militar adotasse uma estratégia para vencer o

³⁰⁵ Idem: 87-93.

³⁰⁶ Cunha, 2011a.

³⁰⁷ Cunha, 2000: 196.

embate semelhante à do antigo imperador Júlio César, apresentada na **seção 4.3.1.**, com o acréscimo por parte de Da Cunha do “voltei”, no caso para que a tropa não morresse de fome.

[*Monte Santo*], 9-10 de setembro.

A nossa situação, os destinos da guerra estão, agora, em função de mil e não sei quantos burros indispensáveis para o transporte de munições. [...] Não nos faltam homens que se disponham a morrer pela República varados pelas balas.

A República é que não lhes pode exigir o sacrifício da morte pela fome. [...]

Este é o aspecto horroroso e dificilmente atenuado da luta. É por isso que entendo oportuna agora a tática mais vertiginosa que a de César – chegar, lutar, vencer, voltar...³⁰⁸ [*Grifos nossos*]

Antes de chegar à cidade de Monte Santo, onde se desenrolava a Guerra de Canudos, Da Cunha passou quase um mês em Salvador, à espera do efetivo completo das tropas para a quinta expedição. Sem poder testemunhar, ouviu boatos de toda ordem. Sobre a história de um ataque dos sertanejos que teria destruído um dos poderosos canhões militares, confidenciou, em 18 de agosto, que os soldados eram “colaboradores inconscientes das lendas que envolverão mais tarde esta campanha crudelíssima”.³⁰⁹ Em telegrama da mesma época, também a partir da capital baiana, desabafou: “É difícilimo formar uma ideia de tudo isto, quando os protagonistas divergem e variam as impressões que trazem”.³¹⁰ A expectativa aumentou quando da iminência da viagem e, enfim, da proximidade de testemunhar plenamente as coisas: “Creio que partimos afinal por estes dias. Ajuizarei então, *in situ* [*no lugar, em latim*], acerca do que até agora tenho sabido através de narrativas que nem sempre se ajustam nas mesmas conclusões”.³¹¹

As três passagens da narrativa de Da Cunha demonstram a importância do caráter testemunhal para a composição do diário de guerra. Como observa Maria Rodrigues (ver **capítulo anterior**), os textos testemunhais estão centrados na experiência do narrador/autor, portanto, “a assunção da primeira pessoa contribui para estabelecer uma relação própria entre autor e leitor”.³¹² Tal aproximação é crucial para o perfil de público de Da Cunha, nos anos 1890: alfabetizado, localizado em São Paulo e que desconhece por completo uma luta travada nos rincões de um Brasil distante e impensável. Ou seja, o diário, em si, já estabeleceu o canal autor/público em outro

³⁰⁸ Idem: 170-2.

³⁰⁹ Idem: 105.

³¹⁰ Idem: 234.

³¹¹ Idem: 116.

³¹² Rodrigues, 2006: 118.

patamar, como se as histórias do correspondente contadas ali pudessem ser também as do próprio leitor, que acompanha a luta no sertão, pelas páginas do jornal.

Da Cunha testemunhou, com os próprios olhos, a ofensiva que, não demoraria muito, liquidaria Canudos. Escreveu ao *Estadão* que esteve na “zona de combate”, chegando ali em escassos “dois minutos” de onde se encontrava e que, embora a expedição cantasse glórias à República na expectativa do término da batalha, a resistência seguia ferrenha.

Canudos, 1º de outubro [...]

Às dez horas a vitória pairou um minuto sobre as nossas armas, mas desapareceu de pronto. Fora tomada a igreja nova e um cadete do 7º cravara, audaciosamente, no alto da parede destruída do templo a bandeira nacional.

As cornetas tocaram a marcha batida e um viva à República imenso e retumbante saiu de milhares de peitos. [...]

Na larga praça das igrejas fervilhavam soldados, atumtuadamente, andando em todas as direções, trocando saudações entusiásticas.

Era a vitória, por certo.

Eu estava a cerca de duzentos metros apenas da praça no quartel-general do general Barbosa. Desci rapidamente a encosta e entrei na zona do combate. Não gastei dois minutos na travessia. Ao chegar, porém, ouvi, surpreso, sobre a cabeça, o sibilar incômodo das balas.

Tudo é incompreensível nesta campanha: a batalha continuava mais acesa e mortífera se é possível.

Abeirei-me de uma trincheira.³¹³

Além de presenciar de perto os conflitos, Da Cunha testemunhou – e até participou – de interrogatórios com sertanejos presos após refregas sangrentas. É o narrador/autor participante, além de observador, protagonizando seus próprios relatos. Interessantes foram os maneirismos de linguagem dos seguidores de Conselheiro, que o correspondente preservou integralmente.

[*Canudos*], 26 de setembro [...]

– Onde está teu marido?

– No céu.

– O que queres dizer com isto?

– Meu marido morreu. [...]

– Há muita gente aí, em Canudos?

– E eu sei?... Eu não vivo *navegando na casa* dos outros. *Está com muitos dias* que ninguém sai por via das peças. E eu sei contar? Só conto até quarenta e *rola o tempo* pra contar a gente de Belo Monte...

– O Conselheiro tem recebido algum auxílio de fora, munições, armas?...

– E eu sei? Mas porém em Belo Monte não manca [*falta*] arma nem gente pra brigar.

– Onde estava seu marido quando foi morto?

³¹³ Cunha, 2000: 213-4.

Esta pergunta foi feita por mim e em má hora a fiz. Fulminou-me com o olhar.

– *E eu sei?* Então querem saber de tudo, do *miúdo* e do *grande*. Que extremos!...³¹⁴

Mas quando não presenciou nem tampouco pôde entrevistar suas personagens, Da Cunha foi até o local do acontecimento e, auxiliado por um dos militares, reconstituiu um dos combates mais marcantes da Guerra de Canudos, o de 18 de julho de 1897, que vitimou o correspondente de *A Notícia*, Cisneiros Cavalcanti, quando o repórter do *Estadão* nem tinha chegado à Bahia ainda. Um único canudense foi responsável por um dos “feitos de armas mais notáveis da nossa história militar”: derrubar incontáveis combatentes oficiais sem sequer ser visto pelos adversários.

Canudos, 10 de setembro [*corrigido para 24 de setembro*] [...] Percorri o campo da batalha com o meu colega Gustavo Guaribu e ele, que foi um dos protagonistas da luta [...].

Numa das colinas, no alto, sob a ramada sem folhas de um umbuzeiro o meu colega mostrou-me uma cavidade circular de pouco mais de meio metro de profundidade.

Ali estive no dia da peleja um único homem; e esse homem torturou batalhões inteiros!

Ninguém o podia distinguir. Os tiros rápidos da Manulicher que sopeava, dispensando a pontaria para um alvo enorme, caíam, repetidos, numerossíssimos, em cheio, dentro das fileiras. Era uma fuzilaria tenaz, impetuosa, mortífera, formidável, jogando em terra pelotões inteiros e feita por um único homem. Os soldados, estonteados, atiravam ao acaso, na direção provável dos tiros do maldito: uma saraivada de balas passava rugindo pela galhada do umbuzeiro; o atirador sinistro e nunca percebido abaixava apenas a cabeça e passada a onda de balas, continuava, de cócoras no fundo da trincheira, a tarefa espantosa.

Os melhores binóculos não o distinguiam: agachado na cova, olhando segundo uma tangente à borda do fosso terrível e atirando, atirando, atirando sempre, despiado, terrível, demoníaco, num duelo de morte contra mil homens!

Ainda lá estão as cápsulas detonadas. Contei 361.

Trezentos e sessenta e um tiros deu aquele ente fantástico e talvez perdesse muito poucas balas.

E não morreu [...]

Não será por isto difícil demonstrar – e fá-lo-ei muito breve – que a batalha de 18 de julho é um dos feitos de armas mais notáveis da nossa história militar.³¹⁵

E quando foi ater-se aos boatos ou ao disse-me-disse, ainda em Salvador, o correspondente viu que não podia fazê-lo. O testemunho foi condição fundamental para reportar uma guerra, cheia de versões e lendas de parte a parte. Em texto introdutório ao diário de guerra, o jornalista e economista Olímpio de Souza Andrade^{lxvi} adverte para a

³¹⁴ Idem: 187-8.

³¹⁵ Idem: 179-81.

fé que Da Cunha nutria no testemunho, prova final de sua verdade narrativa. Quando, no entanto, escorregava, acontecia o que Andrade aponta: “[*Euclides*] aproxima-se das fontes puras, foge das inverdades e, quando acontece tê-las agasalhado, apressa-se, tão logo percebe isso, em retificar-se a si mesmo”,³¹⁶ a exemplo das descrições mirabolantes que davam conta da organização urbana de Canudos, planejada como estratégia de guerrilha e que, em verdade, não passava de um “baralhamento indescritível”.

[*Canudos*], 29 de setembro

Tive uma primeira decepção: não consegui descobrir a propalada disposição em xadrez, das casas, à qual eu mesmo me referi anteriormente. Nada que recorde o mais breve, o mais simples plano na sucessão de humílimos [*extremamente humilde*] e desajeitados casebres. Ausência quase completa de ruas, em grande parte substituídas por um Dédalo desesperador de becos estreitíssimos, mal permitindo, muitos, a passagem de um homem.

As mais das vezes, porém, nem isto se dá: as casas acumulam-se em absoluta desordem [...], num baralhamento indescritível, como se tudo aquilo fosse construído rapidamente, vertiginosamente, febrilmente – numa noite – por uma multidão de loucos!³¹⁷

Esses trechos exibem o que já adiantamos ligeiramente antes: o correspondente de guerra tem o propósito comunicativo de testemunhar, antes de qualquer tentativa de apresentar, argumentar, analisar, emocionar ou prestar serviço. Ele precisa entender a complexidade do combate, estando lá, para, aí sim, ter condições de narrar ao público, a partir do que vê, ouve, cheira, sente... Esse diário da Guerra de Canudos serviu, assim como serviu às pesquisas educacionais, “para narrar, descrever, interpretar, anotar e, principalmente, registrar os acontecimentos corriqueiros que se desenvolvem ao redor de quem escreve”.³¹⁸ Andrade é prova de como E.Cunha se desdobrava, durante o conflito, para manter os “olhos abertos”, os “ouvidos atentos”, a “inteligência no pleno exercício” para ir “tirando de tudo suas próprias conclusões”:

Os grandes olhos bem abertos para tudo, os ouvidos atentos a todos os rumores, a inteligência no pleno exercício de seus poderes, como um filtro destinado a reter a mentira, deixando passar, quando muito, o simplesmente verossímil, ele [*Da Cunha*] ia tirando de tudo as suas próprias conclusões, após conferir as palavras que ouvia com os fatos que presenciava.³¹⁹

Assim como John Reed na cobertura da Revolução Russa, guardadas as devidas proporções, Da Cunha esteve em Canudos quando a quinta expedição rendeu os

³¹⁶ Andrade, 2003: LIV-LV.

³¹⁷ Cunha, 2000: 199-201.

³¹⁸ Cunha, 1997-1999.

³¹⁹ Andrade, 2003: LII.

canudenses, sendo fundamental seu testemunho para aproximar o público dos desdobramentos das missões à Bahia, também intangíveis aos leitores paulistanos, como o eram para os estadunidenses os acontecimentos russos de 1917. Isto é: o fato de ‘estar lá’, participar de um momento histórico, enriqueceu e levou uma magnitude de importância ao relato, valorizado cada vez mais ao passar dos anos, tendo em vista a máxima do linguista Émile Benveniste: “Se agora dois homens disputam entre si, um dizendo ‘eu vi’, o outro ‘eu ouvi’, o que diz ‘eu vi’, é nele que devemos acreditar”.³²⁰

Associar o caráter testemunhal ao diário, então, satisfaz a uma química que simplifica a complexidade da guerra. Katheleen Bailey, em estudos sobre educação, diz que o diário contém “registros simples e regulares”, como se fosse um “jornal pessoal”.³²¹ Keila Málaque pondera que, diferentemente do memorialista que precisa abordar uma vida inteira, o diarista “apenas transmite o seu dia-a-dia”.³²² E o cotidiano do correspondente de guerra, por ser um cidadão comum, como seus leitores da cidade, é bem mais palatável do que o de um militar.

Retornando uma vez mais a Málaque, quando esta cita Paul Ricoeur, atribui o “caráter de fragmento” do diário à “incapacidade de se perceber a realidade como um todo”, que nunca será percebida numa conflagração.³²³ Então, ao tratar a guerra em espécie de fascículos, periodicamente como também o é o próprio jornal, torna-se mais fácil seu entendimento. É como se ao ler o relato do dia sobre o conflito, o leitor soubesse que novidades surgirão somente amanhã ou quando da publicação da próxima reportagem. Pois o hoje, já foi dito, e dito por alguém que se aproxima do fato, fala em primeira pessoa, conta casos rotineiros e corriqueiros: o correspondente de guerra.

Mas e como ficam os contemporâneos de Da Cunha que também testemunharam e contaram a Guerra de Canudos, mas não são lembrados como ele?

Há diversas explicações para essa questão. Vamos apresentar algumas delas. As narrativas de Da Cunha estão registradas em livro, em pelo menos três livros, o que facilita sua recuperação – um ou outro correspondente daquela época conseguiu esse feito. O órgão para o qual ele trabalhava – o *Estadão* – é um jornal de vida secular, sendo, ainda hoje, um dos principais do país, o que também contribui para a criação dessa aura em torno dos textos do repórter, estimulada pelo periódico. Nenhum jornal

³²⁰ Benveniste *apud* Cunha, 2011a.

³²¹ Bailey *apud* Cunha, 1997-1999: 75.

³²² Málaque, 2011.

³²³ *Ibidem*.

que enviou profissionais para a Guerra de Canudos, naquele período, está em circulação nas bancas atualmente.^{lxvii}

Além disso, Da Cunha é autor de um livro fundamental para a história da formação territorial, política e social do Brasil – *Os Sertões* – e *Diário de uma Expedição* serve de rascunho para sua elaboração, o que naturalmente faz que seus despachos do sertão baiano em 1897 ganhem ainda mais importância. Ao apresentar o diário, Olímpio Andrade destaca *Os Sertões* como sendo uma “obra singular de arte e de coragem [que] tem mesmo a sua nascente nos dois artigos [A Nossa Vendaia] e nas reportagens que vamos conhecer”.³²⁴ Segundo o estudioso, as “linhas leves” do diário transformam-se em “traçados fortes e permanentes” em *Os Sertões*.³²⁵

Contudo, o fato mais relevante que o distingue de seus contemporâneos é, no dizer de Andrade, “sua técnica de lidar com as palavras”, que possibilitava “correspondências curtas, incisivas, capazes de, numa frase, definir um quadro, um homem, uma situação inteira”.³²⁶ Veja a maneira poética como descreve a chegada da lua e a despedida do sol no povoado de Conselheiro, em 2 de setembro: “Não se tocam mais sinos nem se entoam rezas em Canudos: à noite não brilha a menor luz – o arraial desaparece silenciosamente na sombra”.³²⁷

Andrade afirma que o Gilberto Freire viu, levando em conta a “acuidade” e a “lucidez” do trabalho de Da Cunha, “esse poder expressivo a garantir a permanência daquele jornalismo singular”. E vai além, acentuando que a marca do correspondente é originária da mescla entre jornalismo e literatura, num único texto, exatamente como discutimos na **seção 4.3.2.**: “O caso é que, já nas suas reportagens, ele cultivava os atributos do jornalista perfeito e mais: revela-se escritor, na acepção do termo”.³²⁸

Não obstante, Andrade observa que, aliado à qualidade literária, o repórter tinha faro, estava preocupado com ‘uma verdade maior’, em entender o que significava aquela guerra. Afora a luta, o sangue e a dor, por que aqueles homens – militares oriundos dos quatro cantos do Brasil e sertanejos nordestinos – digladiavam-se numa luta doméstica, num Brasil entre séculos, em local pobre e inóspito, de clima rigoroso e paisagem seca? A troco de que tudo isso acontecia, no esplendor republicano da democracia e da promessa de dias melhores?

³²⁴ Andrade, 2003: XLVII-XVLIII.

³²⁵ Ibidem.

³²⁶ Idem: LVIII-LIV.

³²⁷ Cunha, 2000: 142.

³²⁸ Andrade, 2003: LVII-LVIII.

No entendimento, por fim, de Andrade, está aí a grande questão. Era para ir atrás dessa resposta que Da Cunha fez o que fez. Ele foi o “primeiro a ver tudo”, sendo um dos últimos a chegar à frente de batalha, enquanto os demais correspondentes eram “simples relatores do que acontecia”. Investido da habilidade “de poeta e de profeta”, o repórter viu “o que os outros não viam no mais fundo daquela tragédia”.³²⁹

A causa profunda daquilo tudo é que passava a interessá-lo, e não apenas a causa das batalhas sem decisão. Via-a agora com seus próprios olhos, *no espaço*, vendo a terra e vendo o homem, e a via também *no tempo*, ao referir os três séculos de isolamento geradores do desnível bruto entre o sertão e o litoral, advertindo ser de nosso dever [*palavras de Da Cunha*] “incorporar à civilização estes rudes patrícios que – digamos com segurança – constituem o cerne da nossa nacionalidade”.³³⁰

Sendo a correspondência um ‘jeito de fazer jornalismo’, o diário de guerra, para se constituir enquanto formato de gênero, precisa de uma organização interna e um propósito comunicativo bem definido. A respeito da forma, acreditamos já ter nos esgotado a discussão, conforme analisamos anteriormente. Sobre a função, ainda há o que debater, por isso, recuperaremos os estudos de Marcuschi em seu didático *Produção Textual, Análise de Gêneros e Compreensão*.

Marcuschi considera que a determinação de um gênero textual – para nós do jornalismo, um formato de gênero – “se dá basicamente pela função e não pela forma”. O mais importante para caracterizá-lo é entender o seu porquê de ser. “Por exemplo”, sugere o linguista, “uma monografia é produzida para obter uma nota, uma publicidade serve para promover a venda de um produto, uma receita culinária orienta na confecção de uma comida etc.”.³³¹ E um diário de guerra é usado para quê?

Em outro modelo, Marcuschi exhibe um texto de função publicitária na forma de uma bula de remédio e explica a ascendência daquele em detrimento deste: “Isso não deve trazer dificuldade alguma para a interpretabilidade, já que impera o predomínio da função sobre a forma na determinação interpretativa do gênero”.³³² A força do gênero pode até, em alguns casos, ser mesmo balizadora para que tipo de texto vai se produzir e para que público, como no ambiente acadêmico, motivando se aquilo é ou não ciência, simplesmente pela escolha do gênero.

Certos gêneros tais como os ensaios, as teses, os artigos científicos, os resumos, as conferências etc., assumem um grande prestígio, a ponto de legitimarem e até imporem determinada forma de fazer ciência e

³²⁹ Idem: LIII.

³³⁰ Idem: LVI.

³³¹ Marcuschi, 2008: 150.

³³² Idem: 165-6.

decidir o que é científico. E com isso chega-se inclusive à ideia de que não são ciência os discursos produzidos fora de um certo cânon de gêneros da área acadêmica.³³³

No jornalismo, temos dificuldade, por exemplo, de apontar o propósito comunicativo do formato reportagem. Uma das polêmicas do nosso campo, a reportagem, é tratada como o formato mais nobre, porém sempre explicado como sendo a narrativa mais completa e mais aprofundada do que todas as demais, em que se ouve todas as versões e apura-se até o fim, cuja apresentação é contextualizada e o relato, livre, sem regras e, em alguns casos, quase literário.

Muitas vezes os formatos do jornalismo são, ao mesmo tempo, um e também reportagem, devido ao nível de grandeza e abstração deste. Marques de Melo define reportagem como um “relato ampliado de um acontecimento que já repercutiu no organismo social e produziu alterações que são percebidas pela instituição jornalística”.³³⁴ Por essa classificação, o diário de Da Cunha, observado em conjunto, é também uma grande reportagem ou mesmo um livro-reportagem.

Se é difícil investir um propósito comunicativo para a reportagem, para o diário este pode ser percebido de maneira mais clara. Sinteticamente, o diário consiste em anotações de um cidadão, que registra o que se passa ao seu redor, sucessivas vezes. Diário de guerra é, por sua vez, o apontamento regular de uma pessoa envolvida no contexto de um determinado conflito armado, que escreve sobre isso a partir do seu ponto de vista. Diário enquanto correspondência de guerra configura-se como uma narrativa sobre a conflagração, periodicamente registrada pelo autor e veiculada ao público, simultaneamente aos combates, realizada por um indivíduo que está no campo de batalha exclusivamente para reportar sobre ele.

Desse modo, a função de um diário, no âmbito da correspondência de guerra, é registrar o testemunho de quem vai ao *front* para contar a história ‘atual’ do conflito armado, tornando essa percepção o mais acessível possível, visto que o diário tem como objetivo também ser público, aberto, para que todos possam entender a guerra, ao menos pelo ponto de visto do autor.

O suporte utilizado para a apresentação do texto também influencia a questão do gênero, segundo Marcuschi. “[*O suporte é*] ao mesmo tempo modo de transporte e de fixação, mas interfere no discurso”, constata.³³⁵ No caso da correspondência de guerra,

³³³ Idem: 162.

³³⁴ Melo, 1985: 65.

³³⁵ Marcuschi, 2008: 174.

podemos verificar que a transposição do jornal para outro suporte (rádio e TV, por exemplo) reconsiderará uma possível escolha pelo diário, como formato de gênero para transmitir a guerra ao público. Os veículos de comunicação eletrônicos têm outro tempo de mídia, sendo necessária a atualização de informações num prazo bem mais curto do que as 24 horas demandadas pelo jornal impresso.

Esse encurtamento de tempo dificulta a escolha de um correspondente de rádio ou TV pelo diário, pois ele nunca conseguirá concluir a narração daquele dia. A cobertura será feita por reportagens gravadas ou em *flashes* ao vivo, importando mais os fatos do momento. Os veículos eletrônicos exibem telejornais em suas grades de programação, nos quais geralmente estão inseridas as coberturas de guerra^{lxviii}. O tempo do repórter, nesses casos, não passa de dois minutos, e a cobertura apresenta mais objetividade – quer transmitir rapidamente a informação – do que a subjetividade de narrar encontrada no diário. Preocupamo-nos, ao longo deste trabalho, com o diário da correspondência de guerra no jornal impresso.

Marcuschi não é adepto das tipologias de gêneros. Acredita que elas servem mais para entender o que “os autores estão fazendo para agrupar os gêneros” do que para a compreensão sobre o “funcionamento dos gêneros”.³³⁶ Por isso, propõe categorias passíveis de serem examinadas para a caracterização dos gêneros, apresentadas no **quadro 12**, que tomamos emprestado do seu trabalho para aplicar ao diário de Da Cunha, assim como fizemos ao diário de Taunay, no **quadro 9**.

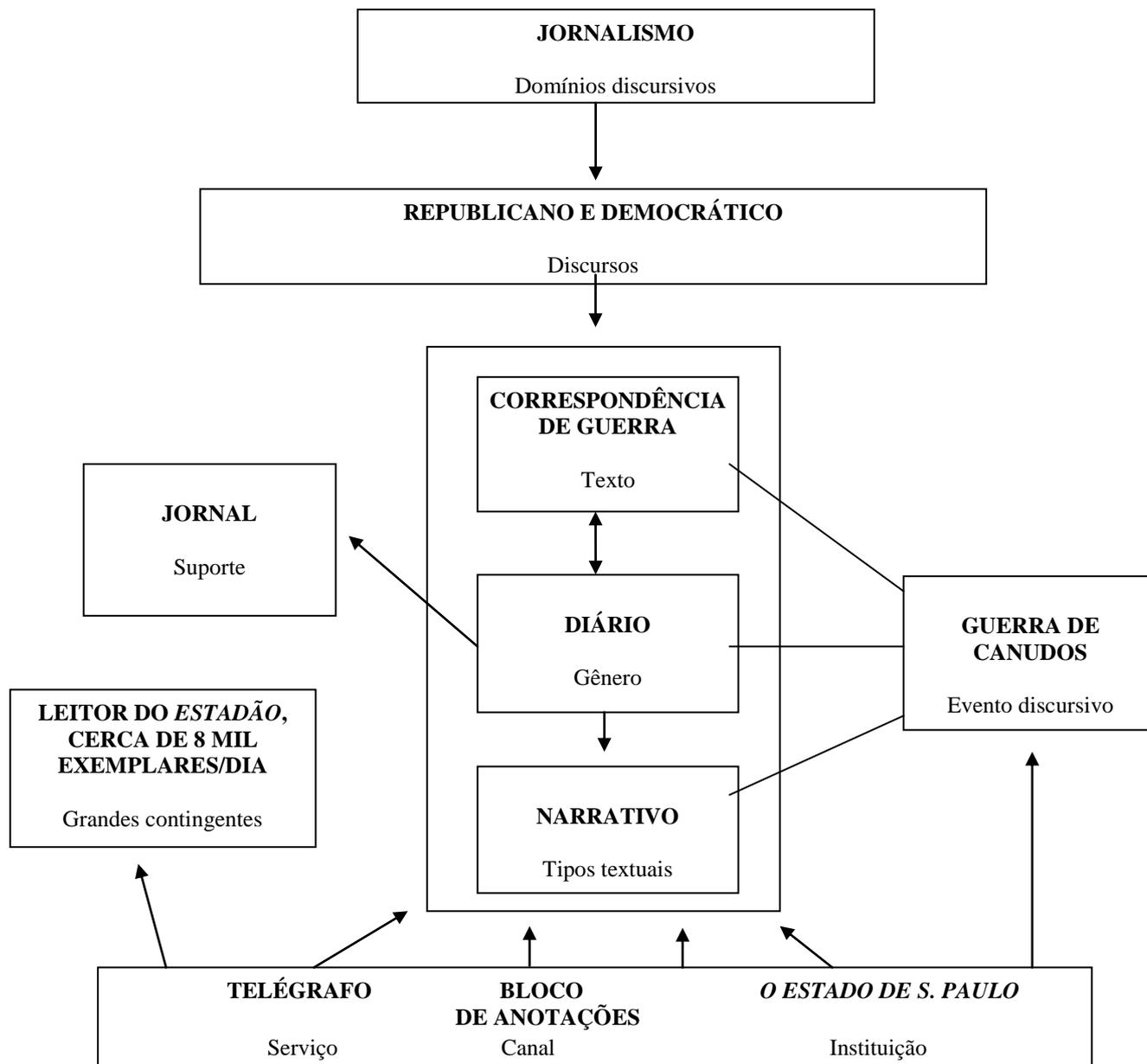
Em seu Quadro Geral das Categorias Analíticas, Marcuschi exhibe o ‘domínio discursivo’ como sendo o ponto de partida. No nosso caso, esse domínio discursivo é o “jornalismo”. Logo depois, o ‘discurso’ em si, que verificamos ser “republicano e democrático”. Em seguida, na ordem, vem o ‘texto’, o ‘gênero’ e o ‘tipo textual’, respectivamente: “correspondência de guerra”, “diário” e “narração”.^{lxix} O ‘evento discursivo’ em questão – a “Guerra de Canudos” – dialoga permanentemente com os três categorias acima, auxiliando suas definições. O ‘gênero’ está imbricado ao ‘suporte’ – aqui, o “jornal impresso”.

Relacionam-se também com o ‘texto’, o ‘gênero’ e o ‘tipo textual’, por sua vez, o ‘serviço’ de transporte usado pelo autor (“telégrafo”), o ‘canal’ pelo qual foi realizado o texto (“o bloco de anotações” de Da Cunha) e a ‘instituição’ envolvida (“*O Estado de S. Paulo*”). Por último, o ‘contingente receptor’ do texto (“os leitores do *Estadão*”). Em

³³⁶ Idem: 151.

1890, o *Estadão* tinha uma tiragem de 8 mil exemplares, o que significava à época um considerável universo de leitores. Graficamente, organizamos nosso esquema assim:

Quadro 12: Quadro Geral das Categorias Analíticas (em *Diário de uma Expedição*)



O quadro acima, baseado no esquema de Marcuschi, contempla todos os elementos arrolados que podem interferir na caracterização do ‘gênero textual’, ou seja, do ‘formato de gênero’ para a teoria do jornalismo. Do contexto ao texto, do acontecimento ao público, dos meios ao fim, da ideologia ao órgão, o esquema não deixa escapar nenhum detalhe.

O esquema de Marcuschi força uma abordagem interdisciplinar para o campo de estudos do jornalismo. Assim, para entender o funcionamento do que chamamos

‘formato de gênero’, não basta saber qual a intenção do texto, mas analisá-lo levando em consideração outras categorias. Por exemplo, o ‘serviço’ pelo qual foi transmitida a mensagem e para qual ‘instituição’ foi escrita são dois elementos que, em si, já têm características capazes de definir ou interferir no gênero.

4.5. Notas do capítulo 4

^{xxiii} Sem entrar em maiores detalhes, Knightley (1978: 8) constata que talvez o primeiro correspondente mundial de guerra tenha sido G. L. Gruneisen, pelo *Morning Post*. Russel e *The Times*, entretanto, deram “um imenso salto na história do jornalismo e, portanto, é apropriado começar” por eles, já que Gruneisen está mais para um fato isolado digno somente de nota.

^{xxiv} O livro *História do Brasil* (1994), do historiador Boris Fausto, serve de base para este trabalho guiarse pela trajetória das narrativas de conflitos armados brasileiros.

^{xxv} O escrito de Vaz de Caminha é formalmente conhecido por *Carta a el-Rei D. Manuel sobre o achamento do Brasil*.

^{xxvi} Estimativas da Fundação Nacional do Índio (Funai), divulgadas no site do órgão em janeiro de 2011, apontam que, em 1500, viviam no Brasil de 1 a 10 milhões de indígenas, o que contrasta com os números de hoje que revelam apenas 460 mil índios em aldeias.

^{xxvii} Cerca de 3,5 milhões de indivíduos, em sua maioria provenientes da costa ocidental da África, chegaram, como prisioneiros, ao Brasil nos chamados ‘navios negreiros’.

^{xxviii} Boris Fausto (2004: 15) defende que o passado histórico é um dado objetivo, porém essa objetividade “passa pela construção do historiador”. “Ele seleciona fatos, processos sociais etc., e os interpreta, de acordo com suas concepções e as informações obtidas”.

^{xxix} Mathias Assunção categoriza três níveis de memória oral: “memória individual”, cujo informante é familiar do envolvido no acontecimento; “memória oral de uma comunidade”, de propriedade coletiva e mais fidedigna; e “memória oral da região”, histórias que ficam no imaginário de um povo.

^{xxx} Alexandre Dumas (1802-1870) é autor de clássicos como *Os Três Mosqueteiros* e *Conde de Monte Cristo*. Na apresentação de *Memórias de Garibaldi*, consta que Dumas (2002) assegurava que o livro foi escrito pelo próprio ‘herói’, “sendo ele apenas o editor” da oralidade transposta para o papel.

^{xxxi} Parte significativa da trajetória de Taunay, exibida nestas páginas, é baseada no artigo *O Lugar de Fala de Taunay: um estudo sobre o enquadramento da narrativa na Guerra do Paraguai*, feito em coautoria entre a orientadora e o pesquisador deste trabalho.

^{xxxii} O romance *Inocência*, ambientado no interior do Brasil, retrata, além de trama amorosa impossível, o choque de duas concepções de mundo extremamente diversas: Pereira, homem do sertão, preso a padrões estritos de comportamento, mantém sua bela filha Inocência reclusa; e Meyer, naturalista alemão que se hospeda na casa de Pereira à procura de borboletas. São evidenciadas as contradições entre o meio rural brasileiro e o meio urbano europeu.

^{xxxiii} Taunay é autor de seis romances (*A Mocidade de Trajano*, *Inocência*, *Lágrimas do Coração: manuscrito de uma mulher*, *Ouro sobre Azul*, *O Encilhamento* e *No Declínio*), três coletâneas de contos (*Histórias Brasileiras*, *Narrativas Militares* e *Ao Entardecer*), quatro livros sobre a guerra e o sertão (*Scenas de Viagem: exploração entre os rios Taquary e Aquidauana no districto de Miranda*, *Diário do Exército*, *A Retirada da Laguna* e *Céus e Terras do Brasil*), cinco autobiografias e conjunto de ensaios (*Estudos Críticos: filologia e crítica*, *Reminiscências*, *Estudos Críticos: história da Guerra do Pacífico e Memórias*) e quatro peças teatrais (*Da Mão à Boca se Perde a Sopa*, *Por um Triz*, *Coronel: tua a figueira e eu à beira*, *Amélia Smith* e *A Conquista do Filho*).

^{xxxiv} Mais tarde, o filho de Taunay, Affonso d’Escragnolle-Taunay (1876-1958), tornar-se-ia historiador, lexicógrafo e ensaísta, tendo sido membro-fundador da Academia Brasileira de Letras (ABL).

^{xxxv} O desenrolar da Guerra do Paraguai, contado aqui, está referenciado no livro *O Conflito com o Paraguai: a grande guerra do Brasil*, de Francisco Fernando Monteoliva Doratioto.

^{xxxvi} A Guerra da Cisplatina teve como opostos, por disputa territorial, Brasil e as Províncias Unidas do Rio Prata, região do atual Uruguai; a Guerra do Prata, conhecida como Guerra contra Oribe e Rosas, foi uma disputa entre Argentina e Brasil pela influência no Uruguai e hegemonia na região do rio da Prata; e a Questão Uruguaiana aconteceu em razão da defesa dos interesses do Brasil na região Cisplatina, diante do rompimento das relações diplomáticas entre Argentina e Uruguai.

^{xxxvii} Doratioto (1996: 23) não confirma absolutamente este quantitativo, pois “são menos exatos os números sobre a força terrestre paraguaia no início da guerra”.

^{xxxviii} A batalha de Lomas Valentinas teve, do lado aliado, 23 mil homens e, do paraguaio, 6,5 mil. Vencida pela Tríplice Aliança, a luta gerou profunda polêmica sobre a fuga de Solano López, diante de tamanha desvantagem militar. Algumas versões dão conta de que Caxias teria facilitado sua saída, sob a promessa de que o líder paraguaio deixaria o país, pondo fim à guerra. O comandante brasileiro negou, peremptoriamente, tal atitude.

^{xxxix} Caxias era senador pelo Partido Conservador, quando foi convidado a ser comandante-em-chefe das forças aliadas. Ao deixar a Guerra do Paraguai, foi acusado pela oposição liberal, no plenário do Senado, de “abandono de posto”. Ainda assim, Dom Pedro II concedeu a Caxias o “título de duque e o Grão Colar da Ordem de D. Pedro I, honrarias essas que, desde a fundação do Império, nenhum outro brasileiro recebera”(Doratioto, 1996: 80).

^{xi} A carta entre o general Câmara e sua esposa foi recuperada por seu biógrafo, Rinaldo Pereira da Câmara, em *O General Câmara* (1970).

^{xii} No início do século XIX, o governo paraguaio, calcado em bases nacionalistas, promoveu a primeira grande reforma agrária na América do Sul. “Através do confisco ou de compras a baixo preço, o governo adquire e distribui terra aos camponeses paraguaios – arrendando-as a custo irrisório –, além de fornecer-lhes, inclusive, implementos agrícolas, gado e sementes”, informa Chiavenatto (1979:19-20). Também a Igreja Católica teve seus interesses contrariados, com bens confiscados e transferidos para o Estado. O analfabetismo foi erradicado. Essas políticas foram realizadas por dois presidentes anteriores, José Gaspar Rodríguez de Francia (1766-1840), que governou o Paraguai de 1813 a 1840, e Carlos Antonio López, pai de Solano López, de 1844 a 1862. Solano López foi um continuador das políticas de seus antecessores, mas, sobretudo, aquele que quis fazer a nação paraguaia ouvida na região mesmo que, para isso, ingressasse numa guerra.

^{xiii} Em 1901, quando da inauguração do novo prédio da livraria Garnier, foi distribuído aos convidados “um volume autografado de Machado de Assis” (Sodré, 1999: 207).

^{xiiii} Sodré (1999: 242) confirma a circulação no Brasil de outros “produtos gráficos”, além do jornal, do folhetim e do almanaque, como o opúsculo, uma espécie de folheto que não tinha a efemeridade do jornal, tampouco a permanência do livro.

^{xlv} De acordo com Sodré (1999: 244), o folhetim, embora tenha sido a ferramenta para a publicação dos romances daquela época, configura-se como “gênero marginal da literatura” brasileira. Suas características – “o enredo complicado, a trama difícil, a ausência de compromisso com o verdadeiro e até verossímil” – podem ser observadas somente em parte da obra do escritor Aluísio Azevedo.

^{xlv} Machado de Assis cobria o Senado para o *Diário do Rio de Janeiro*, enquanto Bernardo Guimarães (1825-1884), autor de *A Escrava Isaura* (1875), fazia o mesmo para o *Jornal do Comércio* (Sodré, 1999: 195).

^{xlvi} Taunay foi autor também de *Vocabulário da Língua Guaná ou Chané*, sobre línguas indígenas, publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, em 1875.

^{xlvii} No Rio Grande do Sul, por exemplo, surgiram de quatro a doze jornais por ano, entre 1839 e 1877, quase todos de combate e políticos. Tamanha exaltação registrou, no extremo, um retorno pontual de alguns periódicos de características que lembravam o pasquim (Sodré, 1999: 230-1).

^{xlviii} Medeiros (1997: 17-8) pontua que a coluna Camisão tinha a determinação do comando do exército de se portar enquanto vanguarda, guarnição avançada de uma tropa mais numerosa. Mas a expedição se arriscaria a, sozinha, combater o inimigo em terra estrangeira por decisão exclusiva de seus integrantes.

^{xlix} O uso do diário aqui pode ser relacionado a uma das seis características do formato de gênero em si, a “armazenagem da matéria bruta”.

^l O impacto de *A Retirada da Laguna* foi tal que a narrativa inspirou a transmutação da história para as telas de cinema, em 1931, com o filme *Alma do Brasil*, de Libero Luxardo (1908-1980). Motivou também a criação do Monumento aos Heróis de Laguna e Dourados, no Rio de Janeiro, e estimulou a criação da cidade de Guia Lopes da Laguna, no Mato Grosso do Sul, em homenagem ao guia civil da expedição.

^{li} O autor deste trabalho também trata de jornalismo literário (ver Corrêa, 2006).

^{lii} Para Cunha (2011a), os elementos textuais e principais do diário são: “Sequenciamento no registro dos fatos narrados”, “temporalidade presente”, “sobreposição da autoria com a narração”, “caráter testemunhal” e “subjetividade no narrar”. Excluímos da listagem o “armazenamento da matéria bruta”, alvo de referência em **nota anterior**, e a “abordagem de temas diversos” por ser lógico que, para este trabalho, o tema é a guerra e não outro, embora o diário aceite uma miscelânea de assuntos.

^{liii} A trajetória pessoal de Da Cunha foi cunhada a partir da leitura dos livros *Euclides da Cunha: contrastes e confrontos do Brasil*, de Luiz Costa Lima; e *Canudos e outros Temas*, de Da Cunha.

^{liv} Euclides da Cunha estabeleceu comparação, que ficou famosa, entre Canudos opondo-se à República e a Revolta da Vendeia, de 1793, que coligou o campesinato e a nobreza dessa região da França contra a Revolução Francesa.

^{lv} Em 4 de julho de 1916, Euclides da Cunha Filho, às vésperas de completar 22 anos, repetiu o gesto do pai no intuito de vingá-lo e teve o mesmo destino trágico. Numa sala do antigo Fórum do Rio de Janeiro, Euclides Filho atirou em Dilermando que, mesmo ferido, conseguiu matá-lo.

^{lvi} O histórico da Guerra de Canudos, registrado nestas linhas, está baseado na obra *Canudos: uma utopia no sertão*, de José Antônio Sola.

^{lvii} A data de nascimento dos comandantes das expedições militares à Canudos não foi encontrada.

^{lviii} O regresso das tropas oficiais que combateram em Canudos foi marcado por um atentado contra o presidente Prudente de Moraes, que acabou por vitimar mortalmente o ministro Machado Bittencourt.

^{lix} Sodré (1997: 257) informa que, nesta fase de transição, a então capital federal, o Rio de Janeiro, possuía os dois tipos de jornais da época, a maioria sediado na famosa Rua do Ouvidor: os industriais (*Jornal do Comércio*, *Gazeta de Notícias* e o recém criado *Jornal do Brasil*) e os artesanais (*A Rua*, *Folha Popular*, *A Tribuna*, *Cidade do Rio*, *Correio do Rio*, *O Brasil*, *Diário do Brasil*, *Gazeta da Tarde*, *Gazeta Moderna*, *Correio do Povo*, *Jornal do Povo* e *Diário do Comércio*). Havia também os jornais intermediários, que se profissionalizavam a olhos vistos, *O País* e *Diário de Notícias*.

^{lx} À exceção de Da Cunha, Favila Nunes e Siqueira Menezes, não foram encontrados registros das datas de nascimento e falecimento dos demais correspondentes da época da Guerra de Canudos.

^{lxi} *Diário de uma Expedição*, de Da Cunha e organizado por Walnice Nogueira Galvão, integra a coleção *Retratos do Brasil*, da editora Companhia das Letras. A coleção tem um adesivo, correndo a frente e o verso dos livros, como capa. Sua medida também foge a tradicional, tendo o formato 11,50cm x 30cm, com orelhas e capa semi-dura. O livro *A Retirada da Laguna*, de Taunay, e organizado por Sérgio Medeiros, que serviu de base para esta pesquisa, também foi editado no âmbito da coleção *Retratos do Brasil*.

^{lxii} Em *Diário de uma Expedição*, além do diário da Guerra de Canudos, há escritos de Da Cunha em três formatos de gênero diferentes, que não serão abordados por esta pesquisa: as duas reportagens *A Nossa Venda*, publicadas em 14 de março e 17 de julho de 1897, antes do envio do correspondente ao sertão, e uma reportagem – *O Batalhão de São Paulo* – veiculada em 26 de outubro, quando a refrega já tinha terminado; os 61 telegramas remetidos para a redação do *Estadão*, entre 7 de agosto e 14 de outubro de 1897, durante e após o conflito armado; e nove cartas a interlocutores diversos, durante o mesmo ano, de 14 de março a 19 de dezembro.

^{lxiii} Para este trabalho, o incremento das reflexões de Marcuschi à discussão de gêneros e formatos no jornalismo é obra e mérito da orientadora Cunha, que, não satisfeita com o nível ainda superficial do debate no nosso campo, trouxe para exame tais ideias, agora incorporadas.

^{lxiv} Os relatos a partir de Canudos, por exemplo, somente foram publicados pelo *Estadão* após o término da guerra – o que suscita dúvida sobre uma possível censura, com o objetivo de que as narrativas não levassem a conhecimento do público o calor dos acontecimentos cruciais daqueles derradeiros combates.

^{lxv} Da Cunha se refere às narrativas da Guerra de Canudos, isoladamente, como “carta”, “artigo”, “diário”, “notas”.

^{lxvi} Andrade dedicou boa parte de seus estudos literários à obra de Da Cunha, tendo inclusive reeditado seu diário da Guerra de Canudos, em 1967.

^{lxvii} Em 2011, o *Jornal do Brasil* anunciou que manteria o periódico somente na internet, deixando de fazer a impressão e vendê-lo em banca de jornal.

^{lxviii} Rádios e TVs também possuem programas especiais, cuja periodicidade é mais elástica, a exemplo do *Globo Repórter*, da TV Globo, que pode transmitir a correspondência de guerra de uma cobertura no formato de gênero diário. Esta, no entanto, é a exceção à regra dos telejornais.

^{lxix} Enfatizamos aqui que, diferentemente dos teóricos do jornalismo, Marcuschi não utiliza a nomenclatura diferenciada de gênero como guarda-chuva para subdividir os formatos de gênero. Logo, o item ‘texto’, no esquema, poderia ser também investigativo, esportivo etc.

5. Considerações finais

Neste trabalho analisamos o formato de gênero diário, após fazermos uma retrospectiva na construção teórica sobre gêneros nos estudos de jornalismo, incorporando ao nosso arcabouço teórico referências advindas dos estudos da linguagem.

O diário, como apresentamos na **seção 3.4.**, tem características bem definidas, quais sejam: (a) o sequenciamento no registro dos fatos narrados; (b) a temporalidade presente; (c) o armazenamento da matéria bruta; (d) a sobreposição da autoria com a narração; (e) o caráter testemunhal; (f) a subjetividade no narrar; e (g) a abordagem de temas diversos.

Nesta dissertação, examinamos os diários de Taunay e Da Cunha, que consideramos – como o Hamilton Ribeiro (ver **capítulo 2**) – marcos da correspondência de guerra no Brasil, ambos produzidos no século XIX.

Em resposta à primeira pergunta de pesquisa – *Por que o diário é um formato de gênero recorrente na correspondência?* –, podemos responder que as características específicas de seu formato, citadas acima, possibilitam ao correspondente levar não somente informação e estatística à narrativa (ou um relato puramente objetivo), mas a emoção (ou a subjetividade) oportunizada pelo testemunho de um conflito armado, seja ele qual for, sempre repleto de dor, sofrimento, sangue e morte. Esses sentimentos transpiram à flor da pele e a todo o momento diante do repórter, que não tem o direito de ignorá-los, sob o risco de não captar o que vem a ser, pelo menos, uma das facetas da guerra.

Além do mais, ao optar pelo diário, o correspondente transmite ao público uma narrativa cuja organização textual é das mais simples e didáticas, trazendo quem lê para o universo dos combates, pela perspectiva de um sobrevivente daqueles acontecimentos (o próprio autor). Ele lança no diário coordenadas da guerra, como a data e a localização dos despachos. Ao indicar sua presença no campo de batalha, manifesta no texto o uso da primeira pessoa, assumindo uma relação de proximidade entre autor/público. Essas coordenadas transportam o leitor para o cenário da guerra.

Em resposta à segunda indagação – *Como as características do diário são trabalhadas nos textos marcos da correspondência de guerra no Brasil?* –, apontamos ao longo das **seções 4.3.3.**, no caso de Taunay, e **4.4.3.**, no caso de Da Cunha, que os

elementos desse formato de gênero são marcantes nas narrativas de *A Retirada da Laguna* e *Diário de uma Expedição*. Podemos afirmar categoricamente que ambos os textos têm cronologia dos eventos narrados, embora Taunay a siga mais rigidamente em sua publicação em livro, na qual encaixa factualmente o que sucede à coluna Camisão um dia após o outro, como assinalamos no **anexo I**. Já Da Cunha mantinha o sequenciamento dos registros mesmo havendo um lapso de tempo entre a redação e a publicação no *Estadão*, com toda a sorte de dificuldades que exista à época na manipulação do telégrafo.

Sem a simultaneidade de hoje – na qual as informações são atualizadas e transmitidas em segundos –, ambos os autores gozaram de temporalidade presente em suas narrativas: Taunay, ao lançar um livro ainda durante o desenrolar de uma guerra da magnitude da do Paraguai, e Da Cunha, por informar o público conforme as batalhas fossem acontecendo, com atraso de poucos dias.

Os dois autores utilizaram anotações em papel para preencher o diário, armazenando em folhas os futuros relatos a serem veiculados.

Da Cunha, mais do que Taunay, também empregou na narrativa a sobreposição autor/narrador, colocando-se, sem disfarces, ao lado das forças que acompanhava junto à frente de batalha: assumia a armadura do exército da República contra os canudenses. Taunay, a seu modo, também estava umbilicalmente envolvido ao exército do Império, embora se colocasse fora de cena quando o caso assim requeresse. Os dois autores apresentam subjetividade no texto, mesmo em uma primeira e rápida leitura. Subjetividade essa somente aceita e fiel aos princípios jornalísticos da factualidade e verossimilhança, em razão do forte caráter testemunhal.

É justamente esse testemunho, condição e propósito comunicativo da correspondência de guerra, que ainda hoje sofre de invencionices, mesmo nos tempos modernos. O correspondente Caco Barcellos, autor do livro-reportagem *A Revolução das Crianças* (1982), sobre conflitos armados na Nicarágua, classifica esse correspondente que não testemunha como ‘correspondente de hotel’, que prefere a internet e o telefone ao acompanhamento presencial do teatro de operações³³⁷.

Não foi esse tipo de repórter – ‘o correspondente de hotel’ – que estudamos aqui. Falamos nestas páginas daquele correspondente de guerra pronto para *viver* o que é a guerra: que quer conhecer o sabor, o cheiro, o pavor e a fascinação da guerra. É verdade

³³⁷ Melo; Silva, 1991: 35.

que a vontade de alguns narradores de guerra de sempre estarem próximos à frente de batalha já terminou em tragédias. A de Hamilton Ribeiro, citada na **seção 3.4.**, mostra que esses autores não titubeiam em ir aonde for para falar com um soldado, ver um ataque, visitar feridos ou acompanhar ambos os lados da luta. O fotógrafo húngaro Endre Ernő Friedman, histórico correspondente conhecido como Robert Capa (1913-1954), por exemplo, morreu ao pisar numa mina terrestre durante a Guerra da Indochina (1946-1954), em busca do melhor ângulo, a caminho do ‘local’. Uma filosofia dele reforça a tese: “Se as fotografias não são suficientemente boas, é porque não se está suficientemente perto”.

Perto – *e até demais* – era como trabalhava um quarteto de fotojornalistas, enviado para a cobertura da Guerra Civil da África do Sul (1990-4), no período que antecedeu a ascensão de Nelson Mandela (1918–) ao poder: Greg Marinovitch, João Silva, Ken Oosterbroek, que morreu durante a luta africana, e Kevin Carter, que se suicidou anos após a cobertura. Premiados, suas histórias ficaram conhecidas com *O Clube do Banguê-Banguê* (2003), classificação que dá nome também ao livro de Marinovitch e Silva sobre a vivência dos conflitos durante o *apartheid*. É de Carter uma das fotografias mais significativas do século XX: a de um abutre na espreita de uma criança faminta, à beira da morte, no Sudão.

Portanto, é o testemunho que alimenta e nutre a correspondência de guerra, sendo o diário talvez a melhor expressão para transmiti-lo no campo do jornalismo, ainda que o estudo desse formato de gênero seja raro em nossa área. É também pelo caráter testemunhal que o diário pode acolher narrativas diversas, da guerra ao acidente, da dor à alegria, do objetivo ao subjetivo.

Acreditamos ainda que esta dissertação abra espaço para um debate sobre a correspondência de guerra que está apenas iniciando. Novas frentes de estudos devem aprofundar e intensificar sua compreensão. Não poderíamos deixar de indicar interessantes caminhos para a continuidade desta pesquisa. De imediato, um olhar mais aprofundado sobre o livro *Diário do Exército*, de Taunay, talvez revele reflexões sobre a correspondência de guerra que não alcançamos aqui. Outro caminho de pesquisa é a importância que a redação do diário de guerra de Canudos tem na elaboração de *Os Sertões*, de Da Cunha. Todos esses caminhos virão a fortalecer o estudo da correspondência de guerra.

Referências bibliográficas

- ALENCAR, José de. *O guarani*. São Paulo: Nobel. 2010.
- _____. *Ao correr da pena*. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2004.
- _____. *Cinco minutos*. São Paulo: Moderna. 2004.
- _____. *A viúvinha*. 2. ed, São Paulo: Moderna. 2004.
- _____. *Til*. São Paulo: Ática - Paradidáticos. 1997.
- _____. *Minas de prata*. Rio de Janeiro: José Olympio. 1955.
- ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. 25. ed., São Paulo: Ática, 1998.
- AMADO, Jorge. *Capitães de areia*. São Paulo: Companhia das Letras. 2009.
- _____. *Mar morto*. São Paulo: Companhia das Letras. 2008.
- _____. *Hora da guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ANDRADE, Luis Edgar. *Bao chi, bao chi*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.
- ANDRADE, Olímpio de Sousa. Introdução. In: CUNHA, Euclides, 2003.
- ANJOS, Cyro dos. *O amanuense Belmiro*. 12 ed. Rio de Janeiro: José Olympio. Coleção Sagarana 15. 1989.
- ARON, Raymond. *Paz e guerra entre as nações*. Tradução Sérgio Bath. Brasília: Universidade de Brasília, 1986 [Coleção Pensamento Político (7)].
- ARENDDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. Tradução: de José Rubens Siqueira. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras. 1999.
- ASSIS, Francisco. *Fundamentos para a compreensão dos gêneros jornalísticos*. Revista Alceu do Departamento de Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Disponível em <publique.rdc.puc-rio.br/revistaalceu/media/Alceu21_2.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2011a.
- _____. *Jornalismo com traços de literatura: alguns apontamentos sobre o gênero diversional*. Apresentado durante o XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Disponível em <www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-0967-1.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2011b.
- ASSIS, Joaquim Maria Machado de. *Falenas*. São Paulo: Martin Claret. 2009.
- _____. *Iaiá Garcia*. São Paulo: Martin Claret. 2004.
- _____. *Memórias póstumas de Brás Cubas*. São Paulo: Martin Claret. 2002.
- _____. *Contos fluminenses*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar 1994.
- _____. *A mão e a luva*. Obra Completa. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1979.
- _____. *O futuro*. Obra Completa. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1979.
- _____. *Madalena*. Obra Completa. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1979.
- ASSUNÇÃO, Mathias Röhrig. História do Balaio: historiografia, memória oral e as origens da balaçada. In: *Revista da Associação Brasileira de História Oral*. São Paulo, 1998. Disponível em: <<http://www.revista.historiaoral.org.br/>>. Acesso em: 24 jan. 2012.

- AZEVEDO, Aluísio. *Casa de pensão*. 5. ed., São Paulo: Ática, 1989.
- BARCELLOS, Caco. *A revolução das crianças*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.
- BETHELL, Leslie. Guerra do Paraguai: História e Polêmica. O imperialismo britânico e a Guerra do Paraguai. *Estudos Avançados* (9-24), São Paulo, maio-agosto, 1995.
- BRAGA, Rubem. *Crônicas da guerra na Itália*. Rio de Janeiro: Record, 1986.
- BRASIL, *Constituição da República Federativa do Brasil*, Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988, 292 p.
- CALLADO, Antonio Carlos. *Reflexos do baile*. São Paulo: Paz e Terra, 1977.
- CÂMARA, Rinaldo Pereira da. *O general Câmara*. Porto Alegre: Livraria O Globo, 1970.
- CAMINHA, Pero Vaz. *A Carta de Pero Vaz de Caminha*. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/livros_eletronicos/carta.pdf>. Acesso em 14 dez. 2010.
- CANCOGNI, Manlio, e BORIS, Ivan. *Solano López, o Napoleão do Prata (Il Napoleone Del Plata)* Tradução Juan Agullo Conejos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975(1970).
- CÂNDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos 1750-1880*. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2007.
- CHAPARRO, Manuel Carlos. *Jornalismo não se divide em opinião e informação*. Disponível em: <<http://www.oxisdaquestao.com.br/utilitarios/FCKeditor/UserFiles/File/Jornalismo%20no%20se%20divide%20em%20Opinio%20e%20Informao%282%29.pdf>>. Acesso em: 08 out. 2011.
- _____. *Sotaques d'aquém e d'além mar: percursos e gêneros do jornalismo português e brasileiro*. Santarém: Jortejo, 1998.
- CHIAVENATTO, Julio José. *Genocídio americano: a Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- CHILLÓN, Albert. *Literatura y periodismo: una traducción de relaciones promiscuas*. Bellaterra: Universitat Autònoma de Barcelona, 1999.
- CHURCHILL. Winston S. Fuga. In: Lewis, 2008, p. 57-70.
- CONY, Carlos Heitor. *O caso Lou*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- COSTA, Lailton Alves da. *Teoria e prática dos gêneros jornalísticos: estudo empírico dos principais diários das cinco macro-regiões brasileiras*. 2008. 197 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2008.
- CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: Ediouro, 2009.
- _____. *Diário de uma expedição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- _____. *Canudos e outros temas*. Brasília: Senado Federal, 2003.
- _____. *Contrastes e confrontos do Brasil*. Rio de Janeiro: Contraponto. 2000.
- _____. *À margem da história*. São Paulo: Martins Fontes. 1999.
- CUNHA, Maria Jandyra C. _____. Literatura e jornalismo na guerra de Agnès. *Anais do XIV Seminário Nacional Mulher e Literatura/V Seminário Internacional Mulher e*

- Literatura*, Universidade de Brasília, 2011, publicado em jan. 2012. Disponível em <http://www.telunb.com.br/mulhereliteratura/anais/wp-content/uploads/2012/01/maria_jandyra_cunha.pdf>, acesso em 2 fev. 2012.
- _____. Diário com sangue. Ação e reflexão em narrativas jornalísticas de guerra. *Revista Intercâmbio dos Congressos de Humanidades*. Brasília: UnB, 2011a. Disponível em <<http://unb.revistaintercambio.net.br/24h/pessoa/temp/anexo/1/1284/2077.pdf>>. Acesso em 2 fev. 2012.
- _____. (2011b) História com tinta, voz e sangue. Narrativas na correspondência de guerra do século XX. In: Pereira, F. H; Adghini, Z. L.; Moura, D. O. *Jornalismo e Sociedade*. Teorias e metodologias. Florianópolis: Insular, no prelo.
- _____. O uso do diário na pesquisa etnográfica da sala de aula de português como segundo L2. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, v. 3, n° 2, 72-83 p. (1997-1999). Disponível em: <<http://www.red.unb.br/index.php/les/article/view/1304>>. Acesso em: 14 nov. 2011.
- CUNHA, Maria Jandyra C.; CORRÊA, Vitor de A. Gêneros em guerra: estudo sobre a narrativa jornalística em conflitos internacionais. *Anais do VI Simpósio Internacional de Estudos dos Gêneros Textuais (Siget)*, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011a. Disponível em <[http://www.cchla.ufrn.br/visiget/pgs/pt/anais/Artigos/Maria%20Jandyra%20Cavalcanti%20Cunha%20\(UnB\)%20e%20Vitor%20de%20Abreu%20Corrêa%20\(UnB\).pdf](http://www.cchla.ufrn.br/visiget/pgs/pt/anais/Artigos/Maria%20Jandyra%20Cavalcanti%20Cunha%20(UnB)%20e%20Vitor%20de%20Abreu%20Corrêa%20(UnB).pdf)>. Acesso 10 fev. 2012.
- _____. O lugar de fala de Taunay. Um estudo sobre enquadramento da narrativa na Guerra do Paraguai. *Revista Intercâmbio dos Congressos de Humanidades*. Brasília: UnB, 2011b. Disponível em <<http://unb.revistaintercambio.net.br/24h/pessoa/temp/anexo/1/1250/2052.pdf>>. Acesso em 2 fev. 2012.
- DÁVILA, Sérgio e VARELLA, Juca, 2003. *Diário de Bagdá: a guerra do Iraque segundo os bombardeados*. Texto (Dávila) e imagens (Varella). São Paulo: DBA Artes Gráficas, 2003.
- DEFOE, Daniel. *Um diário do ano da peste*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2002.
- DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *O conflito com o Paraguai: a grande guerra do Brasil*. São Paulo: Ática, 1996.
- DUMAS, Alexandre. *Memórias de Garibaldi*. Porto Alegre: L&PM, 2002.
- _____. *Os três mosqueteiros*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.
- _____. *O Conde de Monte Cristo*. São Paulo: Scipione. 2001.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp – Editoria da Universidade de São Paulo, 2004.
- _____. Prefácio. In: AMADO, Jorge, 2008.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*, 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010.
- FRANK, Otto H.; PRESSLER, Mirjam. *O diário de Anne Frank: edição definitiva*. Rio de Janeiro: Record. 2003.
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. São Paulo: Global. 2006.
- FREITAS, Décio. *Palmares. A guerra dos escravos*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

- GALVÃO, Walnice Nogueira. *No calor da hora: a Guerra de Canudos nos jornais*. São Paulo: Ática, 1974.
- GELLHORN, Martha. *A face da guerra*. São Paulo: Objetiva, 2009.
- _____. Introdução. In: CUNHA, Euclides, 2000.
- HENN, Leonardo Guedes. *A imprensa na guerra: propaganda e/ou notícia? A participação dos correspondentes junto à Força Expedicionária Brasileira*. São Leopoldo, RS. Dissertação de Mestrado. Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos, 2000.
- HERÓDOTO. *História*. Madrid: Akal S.A., 1994.
- HERSEY, John. *Hiroshima*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- HERR, Michael. *Despachos do front*. São Paulo: Objetiva, 2005.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- HUGO, Victor. *Os miseráveis*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.
- HUMBERT, Agnès. *Resistência: A história de uma mulher que desafiou Hitler*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- KNIGHTLEY, Philip. *A primeira vítima: o correspondente de guerra como herói, propagandista e fabricante de mitos da Crimeia ao Vietnã*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.
- LARTÉGUY, Jean. *Um milhão de dólares por vietcong*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1966.
- LEWIS, John E. (org). *O grande livro do jornalismo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.
- LEVI, Primo. *É isto um homem?* Rio de Janeiro: Rocco, 1988.
- LIMA, Luiz Beltrão de Andrade. *Jornalismo opinativo*. Porto Alegre: Sulina, 1980.
- _____. *O Jornalismo interpretativo: filosofia e técnica*. Porto Alegre: Sulina, 1976.
- _____. *A imprensa informativa - Técnica da notícia e da reportagem no jornal diário*. São Paulo: Folco Masucci, 1969.
- LIMA, Luiz Costa. *Euclides da Cunha: contratos e confrontos do Brasil*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- LOUZEIRO, José de Jesus. *Lúcio Flávio, o passageiro da agonia*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- LUCHT, Janine Marques P. *Gêneros radiojornalísticos: análise da Rádio Eldorado de São Paulo*. 2009. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2009.
- MACEDO, Joaquim Manuel de. *O forasteiro*. São Paulo: Martin Claret, 2010.
- _____. *A moreninha*. 1, ed. São Paulo: Saraiva, 2008.
- _____. *O moço loiro*. São Paulo: Ática, 1979.
- _____. *Vicentina*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1944.

- MALAQUE, Keila Mara Sant'ana. *O Amauense Belmiro e o gênero diarístico*. Apresentado no VIII Congresso Nacional de Linguística e Filologia, disponível em <www.filologia.org.br/viiiicnlf/anais/caderno11-12.html>, acesso em 10/06/2011.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- MARINOVICH, Greg e SILVA, João. *O clube do banguê-banguê: instantâneos de uma guerra oculta*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- MEDEIROS, Sérgio. Introdução. In: TAUNAY, Alfredo d'Escragolle, 1997.
- MELLO, Evaldo Cabral (org.). *O Brasil holandês*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- MELO, José Marques. *Gêneros jornalísticos no Brasil: o estado da arte*. Apresentado durante o XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Curitiba, Paraná, 2009. Disponível em <www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-0763-1.pdf>. Acesso em 29 de jun. 2011.
- _____. *A opinião no jornalismo brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- MELO, José Marques; SILVA, Carlos Eduardo Lins (org.). *Perfis de jornalistas*. São Paulo: FTD, 1991.
- MELO, José Marques; CORDENONSSI, Ana Maria. *Jornalismo interpretativo: os formatos nas revistas Veja e Época*. Apresentado durante o XIII Congresso de Ciências da Comunicação da Região Sudeste, São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2008/resumos/R9-0320-1.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2011.
- MENDONÇA-JORGE, Thaís. *Manual do foca*. Guia de sobrevivência para jornalistas. São Paulo: Contexto, 2008.
- MOTTA, Luiz Gonzaga. *Narratologia: análise da narrativa jornalística*. Brasília: Casa das Musas, 2005.
- PAULINO, Rafael Rodrigues. *Os meios de comunicação em situações de guerra dos Estados Unidos da América: um estudo teórico-histórico-midiático*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade de Brasília, orientador Pedro Russi, 2009.
- PANIAGO, Paulo. *Um retrato interior*. O gênero perfil nas revistas *The New Yorker* e *Realidade*. Tese de doutorado inédita. Programa de Pós-graduação em Comunicação. Universidade de Brasília, orientadores L. G. Motta e Cunha, 2008.
- PAULICS, Veronika. In: MELO; José Marques; SILVA, Carlos Eduardo Lins (org.), 1991.
- POMER, León. *A guerra do Paraguai*. A grande tragédia rioplatense. (*La guerra del Paraguay. Estado, política e negocios*). São Paulo: Global, 1980 (1968)
- POMPÉIA, Raul D'Ávila. *O ateneu*. São Paulo: Klick. 1997.
- _____. *Alma morta*. meditações, Rio de Janeiro: Gazeta da Tarde, 1888.
- REED, John. *Dez dias que abalaram o mundo: a história de uma revolução*. São Paulo: Ediouro, 2002a.
- _____. *Guerra dos Bálcãs*. São Paulo: Conrad, 2002b.
- _____. *México rebelde*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

- REVERTE, Arturo Pérez. *O pintor de batalhas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- RIBEIRO, Darcy. *Diários índios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- RIBEIRO, José Hamilton. *O repórter do século*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.
- _____. *O gosto da guerra*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.
- _____. Bom dia, Bagdá. In: DÁVILA, Sérgio e VARELLA, Juca, 2003.
- _____. Eu vi estive na guerra. *Revista Realidade*, São Paulo: Editora Abril, ano III, n. 26, p. 26-42, maio, 1968.
- RODRIGUES, Maria Madalena. *Fronteiras da narrativa: ficção, história, testemunho*. Tese de doutoramento. Programa de Pós-graduação em Literatura, Universidade de Brasília, orient. Ana Vicentini de Azevedo, 2006.
- SACCO, Joe. *Área de segurança gorazde: a guerra na Bósnia oriental 1992-1995*. São Paulo. Conrad do Brasil. 2001.
- _____. *Palestina: uma nação ocupada*. São Paulo. Conrad do Brasil. 2000.
- SCHLINK, Bernhard. *O leitor*. São Paulo: Record, 2009.
- SEIERSTAD, Àsne. *O livreiro de Cabul*. Rio de Janeiro: Record. 2006.
- SILVEIRA, Joel. *O inverno da guerra*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.
- _____. *Repórter velho de guerra*. Entrevista publicada no site do Observatório da Imprensa. Disponível em:
<<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=316MCH001>>. Acesso em: 12 jun. 2009.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- _____. *História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.
- SOLA, José Antônio. *Canudos: uma utopia no sertão*. São Paulo: Contexto, 1997.
- SOUSA, Herculano Marcos Inglês de. *O coronel sangrado*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1968.
- TAUNAY, Affonso. Prefácio. In: Taunay, 2002.
- TAUNAY, Alfredo d'Escragno. *Inocência*. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2005.
- _____. *Memórias*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2005.
- _____. *Diário do Exército: campanha do Paraguai 1869-1870*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002.
- _____. *A retirada da Laguna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- _____. *A mocidade de Trajano*. 2. ed. São Paulo: Biblioteca da Academia Paulista de Letras, 1984.
- _____. *O encilhamento*. Belo Horizonte: Itatiaia. 1971.
- _____. *Por um triz coronel: tua a figueira e eu à beira*. São Paulo: Melhoramentos, 1931.
- _____. A conquista do filho. In: *A conquista do filho / Da mão à boca se perde a sopa*. São Paulo, Melhoramentos, 1931.
- _____. *Amélia Smith* (peça teatral). 2. ed. São Paulo: Melhoramentos. 1930.
- _____. *Reminiscências*. São Paulo: Companhia Nacional. 1923.
- _____. *Ouro sobre azul*. São Paulo: Melhoramentos. 1921.

- _____. *Ao entardecer*. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1901.
- _____. *No declínio*. Rio de Janeiro: Ribeiro, Macedo & C, 1899.
- _____. *Estudos críticos: filologia e crítica*. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1883.
- _____. *Céus e terras do Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1882.
- _____. *Estudos críticos: História da guerra do pacífico*. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1881.
- _____. *Narrativas militares*. Rio de Janeiro : B. L. Garnier, 1878.
- _____. *Histórias brasileiras*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1874.
- _____. *Lágrimas do coração: manuscrito de uma mulher*. Michigan, EUA: F. Thompson, 1872.
- _____. *Scenas de viagem: exploração entre os rios Taquary e Aquidauana no districto de Miranda*. Rio de Janeiro: Typographia Americana. 1868.
- TREGASKIS, Richard. *Diário de Guadalcanal*. São Paulo: Objetiva. 2005.
- TUCHMAN, Bárbara Wertheim. *Canhões de agosto*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1998.
- TUCÍDIDES. *História da guerra do Peloponeso*. Brasília: UnB, 1987.
- VAZ, Tyciane. *Jornalismo de Serviço: as espécies utilitárias como gênero na mídia brasileira*. XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2008/resumos/R3-0482-1.pdf>>. Acesso em 14 nov. 2011.
- VIDAL, Paulo. *Heróis esquecidos*. São Paulo: Edições GRD 1960.
- VIEIRA, Izabel Maria de Carvalho. *A violência e a guerra: uma abordagem sociopsicanalítica*. Tese de doutoramento. Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade de Brasília, orientador João Gabriel Lima Cruz Teixeira, 2007.

Anexo I – Análise dos ‘tópicos-resumos’ de *A Retirada da Laguna*

Em *A Retirada da Laguna*, Taunay oferece uma estratégia textual para o leitor situar-se temporal e espacialmente no decorrer da narrativa. Diferentemente de Da Cunha, que expõe no início o lugar e a data de onde despacha suas correspondências de guerra, Taunay traz, no alto de todos os 21 capítulos do livro, tópicos-resumos das ações contadas no âmbito daquele capítulo.

Aqui, apresentamos a íntegra desses ‘tópicos-resumos’, capítulo a capítulo, e, em seguida, interpretamos tais sintetizes para o formato de texto corrido, evidenciando o grau elevado de factualidade com que Taunay constrói a trama.

Tópicos-resumos dos 21 capítulos, na íntegra

Capítulo 1: Formação de um corpo de exército incumbido de atuar, pelo norte, no alto Paraguai – Distâncias e dificuldades de organização.

Capítulo 2: Miranda – Partida da coluna – De Miranda a Nioaque.

Capítulo 3: Nioaque – O coronel Carlos de Moraes Camisão – O guia José Francisco Lopes.

Capítulo 4: Marcha para a fronteira do Paraguai – Conselho de guerra.

Capítulo 5: Reconhecimento – Alerta falso – Retorno de prisioneiros que escaparam ao inimigo – O guia Lopes e seu filho – Avante!

Capítulo 6: Em marcha – Disposição da coluna – Visão da fronteira.

Capítulo 7: Passagem do Apa – Primeira escaramuça – Ocupação da Machorra.

Capítulo 8: Ocupação de Bela Vista – Os paraguaios devastam tudo ao redor da coluna – Tentativa de negociação – Fracasso da tentativa – Escassez de víveres – Marcha para Laguna.

Capítulo 9: Ordem de marcha e formatura do corpo expedicionário – O mascate italiano – O comandante Gonçalves – Assalto e tomada do acampamento paraguaio da Laguna.

Capítulo 10: Contramarcha sobre o Apa-Mi – Escaramuças e combates com a cavalaria paraguaia, que cerca totalmente o corpo do exército.

Capítulo 11: Alarme falso – Últimas ilusões – O tenente Victor Batista – Passagem do Apa – Retorno ao território brasileiro.

Capítulo 12: Vigoroso ataque do inimigo – Este é repellido, mas o gado se dispersa com o barulho do combate – Cenas do campo de batalha – A preta Ana – O ferido paraguaio – Os víveres vão faltar.

Capítulo 13: Deliberação sobre o caminho a seguir – Primeiro incêndio no campo.

Capítulo 14: Prossegue a marcha – O inimigo toma a dianteira – Novo sacrifício de bagagens – Faltam víveres – Incêndios e temporais no campo – Escaramuças incessantes.

Capítulo 15: Incerteza sobre o caminho a seguir – Novo incêndio, novo ataque dos paraguaios – O inimigo é repellido – Penúria da coluna – Reencontrado o caminho – Passagem do rio das Cruzes – A marcha é retomada – Outra travessia de rio – A fome se manifesta – As mulheres que seguem a coluna.

Capítulo 16: Breve lampejo de esperança – A cólera – Reaparece o inimigo – Continuam os incêndios – Recrudesce a cólera – Um recurso: os palmitos – Terrível passagem de um brejo – O tenente Santos Sousa – Bivaque; conseguimos acender o fogo.

Capítulo 17: Chegada aos limites da propriedade do guia Lopes – Passagem do Prata – O inimigo acompanha-nos sempre, mas ataca sem vigor – Devastação da cólera – Perplexidades do coronel Camisão – Abandonamos os doentes – A separação – O tenente-coronel Juvêncio e o coronel Camisão são contaminados – Morte do filho de Lopes – Continua a marcha – Chegada à fazenda Jardim; Lopes morre de cólera – Seu túmulo.

Capítulo 18: Chegada às margens do Miranda – O inimigo não se aproxima, para evitar o contágio da cólera – De início o Miranda não dá passagem – Entretanto, alguns homens o atravessam a nado e trazem a boa notícia da existência de um grande laranjal repleto de frutas maduras – O corpo de caçadores recebe ordem para tentar a passagem – São bem-sucedidos – Morte do tenente-coronel Juvêncio – Morte do coronel Camisão – É substituído no comando por J. T. Gonçalves – Estabelece-se um vaivém no rio – Chegam laranjas em abundância – Seu efeito benéfico sobre esfaimados e coléricos.

Capítulo 19: Renasce a esperança – Restabelece-se a disciplina – Passagem do Miranda – Os canhões – Ainda o inimigo – Tomamos deles alguns bois, que são de grande serventia – Marcha forçada – Andamos sete léguas! – Canindé.

Capítulo 20: Marcha para Nioaque, apenas duas léguas à frente – O inimigo continua rondando a coluna – O mascate italiano Saraco.

Capítulo 21: Nioaque – Decepção: foi a vila pilhada, incendiada e quase destruída pelos paraguaios – Infernal ardil de guerra – O inimigo desaparece definitivamente – Retorno tranquilo do corpo do exército – Ordem do dia sobre esta campanha de 35 dias.

Interpretação sintética dos tópicos dos resumos

Em 1º de janeiro de 1867, o coronel Camisão assumiu o comando. Antes tinha ocupado o posto o coronel Manoel Pedro Drago, que manteria a tropa por dois meses em Campinas, São Paulo, e, sendo cobrado a avançar com a expedição, chegou a ir para Uberaba, Minas Gerais, e recebeu ordens de retornar imediatamente à Corte, assumindo então o coronel José Antônio da Fonseca Galvão, que faleceria às febres antes de chegar a Miranda, Mato Grosso. Em Miranda, a coluna ficou 113 dias, ou seja, de 17 de setembro de 1866 a 11 de janeiro de 1867. Tinha, então, 1,6 mil homens. Rumou para Nioaque, 210 quilômetros a sudoeste de Miranda. Chegou a a Nioaque em 24 de janeiro de 1867, também já desocupada de paraguaios.

A coluna partiu de Nioaque, a 25 de fevereiro de 1867, sem saber para qual destino, já tendo integrado o guia Lopes. No dia 26, em Canindé; no dia 27, em Desbarrancado, seguia rumo à fronteira. No dia 2 de março, marchou para o rio Feio. No dia 4, chegou a uma vila de nome Miranda, a 80 quilômetros a sudoeste de Nioaque. No dia 25, após decisão de avançar, chegou a Retiro, localidade recentemente abandonada pelos paraguaios, mais 52 quilômetros de distância.

A 17 de abril avistou a fronteira, separada pelo rio Apa. No dia 19, o primeiro frente a frente com a tropa inimiga. No dia 20, marchou pela margem direita do Apa, com objetivo de chegar à fazenda Machorra, ocupada pelos paraguaios em território brasileiro, a uma légua e um quarto antes do forte de Belo Vista, construído a frente, na margem do país adversário. No dia 21, transpôs a fronteira e conquistou o forte de Bela Vista. Após tentativa frustrada de negociar a rendição inimiga, a tropa, já sem víveres, decidiu rumar para a fazenda Laguna, na esperança de encontrar víveres, no final de abril.

A 31 de abril e 1º de maio deu-se a marcha até Laguna, acampamento paraguaio. No dia 6 de maio, a decisão de recuar estava tomada, porém Camisão atacou o acampamento paraguaio adiante para demonstrar que a ‘contramarcha’ não se dava pela superioridade inimiga. No dia 8, seria iniciado o recuo. No dia 9, retornou ao forte Bela Vista, dentro de dois dias já estava em território nacional, rumo à Machorra. No dia 11, o combate mais importante da retirada (‘à baioneta’ e contra a cavalaria).

A tropa estava agora a 20 léguas da colônia de Miranda e, mais dez, de Nioaque, onde teriam abastecimento de gado. Os cálculos apontaram marcha de 15 dias para esse objetivo, no atual ritmo. Mas o guia Lopes propôs uma mudança de rota, via fazenda Jardim, que teria ainda mantimentos (laranjas), a três dias de viagem a sudoeste de Nioaque. Nos dias 14 e 15 de maio, a marcha seguiu para a fazenda Jardim, enfrentando

sufocantes incêndios provocados pelos paraguaios. Nos dias 17, 18 e 19, deram prosseguimento à marcha e atravessaram o rio das Cruzes, já famintos, sedentos e exaustos. Conseguiriam marchar ainda entre os dias 20 e 24, porém com muitas dificuldades, adicionada por outra: a cólera chegou à coluna Camisão.

Daí até o dia 27 de maio, continuaram o percurso, bem lentamente, como se fosse uma marcha de zumbis, tamanho era o número de coléricos. O comando decidiria pelo abandono dos coléricos para ‘salvar’ a expedição. O coronel Camisão e seu substituto, o tenente-coronel Juvêncio, foram atacados pela doença. Ainda assim, chegaram às imediações da fazenda Jardim, às margens do rio Miranda. Nos dias 28 e 29, não marchariam, diante da impossibilidade de atravessar o cheio rio. Alguns homens do exército, bons de nado, conseguiram chegar à outra margem e trouxeram abundância de frutos dos laranjais da fazenda Jardim. Morrem os comandantes e as laranjas servem de ‘cura’ para a maioria dos coléricos.

Nos dias 30 de maio e 1º e 2 de junho, atravessaram o rio, já alimentados, e marcharam vigorosamente rumo a Nioaque. Nos dias 3 e 4, seguiram marchando, transpondo o rio Canindé e ficando a duas léguas de distância de Nioaque. No dia 5, chegaram a Nioaque, incendiada pelos paraguaios, e, no dia seguinte, partiram para o porto Canuto, no rio Aquidauana, onde pousaram seguros no dia 11 de junho de 1867.